



FACULDADE DE AGRONOMIA E ENGENHARIA FLORESTAL

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Mestrado em Desenvolvimento Rural

**Empoderamento das Mulheres na Agricultura: Análise da Eficácia do Pro-WEAI
Como Instrumento de Monitoria**

Estudante:

Lina Alexandre Matavela

Supervisora:

Prof^ª. Dr^ª: Nícia Givá (PhD)

Maputo, Março de 2026

**Empoderamento das Mulheres na Agricultura: Análise da Eficácia do Pro-WEAI
Como Instrumento de Monitoria**

Estudante:

Lina Alexandre Matavela

Supervisora:

Prof^a. Dr^a. Nícia Givá (PhD)

Dissertação a ser submetida à Faculdade
de Agronomia e Engenharia Florestal da
Universidade Eduardo Mondlane para
Obtenção do grau de: Mestre em
Desenvolvimento Rural

Maputo, Março de 2026

DECLARAÇÃO DE HONRA

Eu, Lina Alexandre Matavela, declaro em minha honra que esta dissertação é fruto do meu trabalho e dedicação, e, que a mesma, nunca foi apresentada em nenhuma outra instituição de ensino para obtenção de qualquer grau acadêmico.

Lina Alex Matavela

Maputo, Março de 2026

RESUMO

O empoderamento das mulheres (5º ODS) é essencial para o avanço de metas como: erradicação da pobreza, fome zero e agricultura sustentável, evidenciando a relevância de instrumentos eficazes para medir e monitorar o empoderamento. Contudo, esta tarefa é desafiadora, dada a natureza complexa e multidimensional do conceito, bem como as limitações dos indicadores tradicionais. O Pro-WEAI surge como uma alternativa promissora ao medir o empoderamento com enfoque na capacidade de agir (*agency*) das mulheres. O estudo testou a eficácia do Pro-WEAI em captar diferentes dimensões do empoderamento em seis associações beneficiárias do projecto F2M, com ênfase na sustentabilidade, inclusão social e igualdade de género em actividades produtivas no distrito de Magude. Foram combinadas abordagens qualitativas (entrevistas semiestruturadas e discussões em grupo) e quantitativa (inquéritos), abrangendo 10 indicadores directos de empoderamento. O resultado global de 0,82, sugere, à primeira vista, um elevado nível de empoderamento, no entanto, a desagregação do índice expõe desigualdades significativas. A análise em função da liderança das associações demonstra que apenas três lideranças femininas e uma mista apresentaram níveis altos de empoderamento. Testes estatísticos indicaram que o índice captou 7 dos 10 indicadores testados. Conclui-se, assim, que o Pro-WEAI é um instrumento eficaz para monitorar o empoderamento feminino, contudo, a sua aplicação em contextos específicos, como o de Magude, requer ajustes e adaptações metodológicas para que o índice reflecta de forma mais fidedigna as desigualdades de género e as dinâmicas locais.

Palavras-chave: Empoderamento feminino; Pro-WEAI; Índice agregado vs. desagregado

ABSTRACT

Women's empowerment (SDG 5) is essential for advancing goals such as poverty eradication, zero hunger, and sustainable agriculture, highlighting the importance of effective instruments to measure and monitor empowerment. However, this task remains challenging due to the complex and multidimensional nature of the concept, as well as the limitations of commonly used indicators. The Pro-WEAI emerges as a promising alternative by measuring empowerment with a focus on women's capacity to act (agency). This study tested the effectiveness of the Pro-WEAI in capturing different dimensions of empowerment among six associations benefiting from the F2M project, with an emphasis on sustainability, social inclusion, and gender equality in productive activities in the district of Magude. Qualitative approaches (semi-structured interviews and focus group discussions) and quantitative methods (surveys) were combined, covering ten direct indicators of empowerment. The overall result of 0.82 suggests, at first glance, a high level of empowerment; however, disaggregation of the index reveals significant inequalities. Analysis by association leadership shows that only three female-led associations and one mixed-leadership association exhibited high levels of empowerment. Statistical tests indicated that the index captured seven out of the ten indicators tested. It is therefore concluded that the Pro-WEAI is an effective instrument for monitoring women's empowerment; however, its application in specific contexts, such as Magude, requires methodological adjustments and contextual adaptations to ensure that the index more accurately reflects gender inequalities and local dynamics.

Keywords: Women's empowerment; Pro-WEAI; Aggregated vs. disaggregated index.

DEDICATÓRIA

A minha mãe, **Gilda Raúl Nemba**, cuja força, dedicação, empenho e coragem inspiram-me diariamente.

A minha mãe: que o SENHOR te abençoe e te guarde, que o SENHOR faça resplandecer o seu rosto sobre ti e te conceda graça, que haja luz e sistema de DEUS na sua vida!

AGRADECIMENTOS

O sucesso deste trabalho não se baseou apenas no meu esforço e empenho individual, mas também no apoio e colaboração de um conjunto de pessoas, às quais gostaria de tornar público o meu reconhecimento e gratidão.

Gostaria de expressar a minha sincera gratidão à minha família, em especial ao meu esposo, filhos e irmãs, e a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho.

O meu profundo agradecimento vai para a minha supervisora, a Professora Doutora Nícia Givá, pois o seu apoio inestimável e a sua orientação foram cruciais para a materialização desta dissertação. Agradeço de igual forma, a Direcção Científica da UEM por me conceder uma bolsa de estudo, que foi essencial para a realização deste trabalho e de toda a minha formação.

À minha turma de Mestrado em Desenvolvimento Rural 2022, porque perto deles não me faltou uma gargalhada. À equipa de campo, em especial aos técnicos do SDAE de Magude que estiveram envolvidos directamente neste trabalho e ao Eng. Lisboa Cossa, expresso a minha sincera gratidão pelo seu empenho e dedicação. Agradeço igualmente as associações dos produtores, nomeadamente: Chichachanduco, Chobela, Conjanine, Graça Machel, Khanimambo e Zama-Zama, pois sem a vossa colaboração este trabalho não se tornaria real.

Aos meus amigos, agradeço pela confiança depositada e por todo o suporte que foi fundamental ao longo desta jornada. Endereço um agradecimento especial à minha irmã, Julieta, a quem a distância impediu um abraço de conforto, mas nunca um sentimento.

A todos os envolvidos o meu MUITO OBRIGADO!

Agradeço a DEUS, a quem depusitei toda minha fé, pela vida, força e coragem durante toda a minha jornada acadêmica!

ÍNDICE

DECLARAÇÃO DE HONRA.....	i
RESUMO.....	ii
ABSTRACT.....	iii
DEDICATÓRIA.....	iv
AGRADECIMENTOS	v
ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES.....	ix
LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS	x
LISTA DE SIGLAS E ACRÔNIMOS	xi
CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO	1
1.1. Contextualização.....	1
1.2. Problema e Justificativa	2
1.3. Objectivos	4
1.3.1. Objectivo Geral.....	4
1.3.2. Objectivos Específicos.....	4
1.4. Estrutura da Dissertação.....	4
CAPÍTULO 2: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	5
PARTE 1: ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	5
2.1. Aplicação do Pro-WEAI em Contextos Africanos e em Moçambique.....	5
2.2. Empoderamento Feminino e Desenvolvimento Agrícola Sustentável.....	6
2.3. Quadro Político-Institucional e Legal para a Igualdade de Género e Empoderamento da Mulher em Moçambique.....	8
2.4. Evolução das Medidas de Empoderamento: Crítica aos Indicadores Tradicionais	9
2.5. Desafios Metodológicos: Indicadores Directos vs. Indirectos, Dados Agregados vs. Desagregados.....	11
2.6. Medidas e Indicadores Alternativos de Empoderamento: WEAI vs. Pro-WEAI.....	13
2.6.1. Breve Resumo do WEAI	13
2.6.2. Surgimento do Pro-WEAI.....	14
2.7. Domínios e Indicadores Pro-WEAI.....	16
2.7.1. Domínio I: Motivação Interior (<i>Intrinsic Agency</i>).....	16
2.7.2. Domínio II: Capacidade de Intervenção Prática (<i>Instrumental Agency</i>).....	18
2.7.3. Domínio III: Capacidade de Agir Colectivamente (<i>Collective Agency</i>).....	21
2.8. Cálculo do Pro-WEAI.....	21

PARTE 2: ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL	25
2.9. Conceitos Operacionais: Pobreza, Equidade, Poder, Empoderamento e Monitoria	25
2.9.1. Pobreza.....	25
2.9.2. Equidade Social e de Género.....	26
2.9.3. Poder e Empoderamento	27
2.9.4. Empoderamento	28
2.9.5. O Papel da Monitoria no Fortalecimento do Empoderamento	30
CAPÍTULO 3: METODOLOGIA	32
3.1. Localização Geográfica e Descrição da Área de Estudo	32
3.2. Breve Descrição do Projecto F2M.....	33
3.3. Abordagem da Pesquisa.....	34
3.4. Grupo Alvo.....	34
3.5. Tamanho da Amostra e Amostragem	35
3.5.1. Determinação do Tamanho da Amostra	35
3.5.2. Procedimentos de Amostragem.....	35
3.6. Métodos, Instrumentos e Técnicas de Recolha de Dados.....	36
3.7. Tratamento e Análise de Dados.....	38
3.8. Limitações do Estudo	40
CAPÍTULO 4: RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	42
4.1. Testagem do Pro-WEAI no Contexto Moçambicano: Caso do Projecto F2M	422
4.1.1. Acções e Abordagens do F2M Orientadas para o Empoderamento das Mulheres	422
4.1.2. Descrição do Perfil do Grupo Alvo.....	422
4.1.3. Principais Resultados dos Indicadores Considerados no Cálculo do Pro-WEAI	455
4.2. Exame Crítico da Eficácia do Pro-WEAI em Captar os Indicadores de Empoderamento em Contextos Particulares	544
4.2.1. Identificação das Lacunas no Empoderamento das Mulheres de Magude	544
4.2.2. Contribuições Relativas de Cada Indicador no Desempoderamento	577
4.2.3. Contributo dos 3DE na Identificação das Lacunas no Empoderamento das Mulheres	58
4.2.4. Relação das Categorias-chave e dos Indicadores Pro-WEAI com o Empoderamento das Mulheres em Magude	600
4.2.5. Adequações Metodológicas e Operacionais Feitas no Pro-WEAI Para Monitorar os Impactos do F2M no Contexto de Magude	622
4.3. Lições e Implicações da Aplicação do Pro-WEAI na Monitoria do Empoderamento das Mulheres em Contextos Locais Específicos	655

4.3.1. Lições da Aplicação do Pro-WEAI em Magude.....	65
4.3.2. Implicações da Aplicação do Pro-WEAI.....	66
CAPÍTULO 5: CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	667
5.1. CONCLUSÕES	667
5.2. RECOMENDAÇÕES	700
6. LISTA DE REFERÊNCIAS	711

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1- Componentes de Empoderamento Identificados por Kabeer.....	29
Figura 2- Mapa da Área de Estudo	33
Figura 3- Faixa Etária do Grupo Alvo	43
Figura 4- Distribuição do Estado Civil	44
Figura 5- Distribuição do Nível de Escolaridade por Sexo	44
Figura 6- Combinação Entre o Valor Agregado e Desagregado do Pro-WEAI.....	54
Figura 7- Proporção de Mulheres Desempoderadas por Indicador	55
Figura 8- Proporção de Mulheres Desempoderadas por Associações	56
Figura 9- Contributo de Cada Indicador no Desempoderamento das mulheres	58
Figura 10- Contributo dos 3DE na Identificação das Lacunas no Empoderamento das Mulheres	58

QUADROS

Quadro 1- Aspectos/Questões a Considerar na Escolha de Indicadores para Medir o Empoderamento	12
Quadro 2- Relação entre Variáveis Qualitativas e o Pro-WEAI.....	48
Quadro 3- Indicadores Utilizados para Medir o Empoderamento Antes e Depois dos Anos 90	76
Quadro 4- Indicadores Testados em Função do Tipo e Fonte de Informação e Instrumentos de Recolha de Dados	77
Quadro 5- Análise de Conteúdo Temática.....	79
Quadro 6- Análise das Linhas de Intervenção e Contribuição Esperada do F2M no Empoderamento	80
Quadro 7- Resumo das Variáveis Estudadas	81

TABELAS

Tabela 1- Os Cinco Domínios de Empoderamento no WEAI.....	13
Tabela 2- Domínios, Indicadores e Pesos do Pro-WEAI.....	16
Tabela 3- Distribuição da Amostra.....	35
Tabela 4- Número de Participantes dos Grupos de Discussão Desagregado por Sexo	37
Tabela 5- Interpretação do Coeficiente phi.....	39

Tabela 6- Resultados Agregados do Pro-WEAI	46
Tabela 7- Resultados do Pro-WEAI Desagregados por Associações de Produtores	50
Tabela 8- Relação Entre as Categorias-chave e o Empoderamento	83
Tabela 9- Relação Entre os Indicadores Pro-WEAI e o Empoderamento	84
Tabela 10- Associação Entre as Categorias-chave e os Indicadores Pro-WEAI.....	85

LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS

ANEXOS

Anexo 1- Quadros	76
Anexo 2- Tabelas	83
Anexo 3- Imagens Capturadas na Área de Estudo: Entrevistas e Grupos de Discussão	85
Anexo 4- Imagens Capturadas na Área de Estudo: Construção de Armazéns e Moageiras no Âmbito do Projecto F2M	86

APÊNDICES

Apêndice 1- Questionário Dirigido aos Beneficiários do Projecto F2M.....	87
Apêndice 2- Guião Dirigido aos Informantes-chave	95
Apêndice 3- Guião de Entrevista em Grupos de Discussão	97
Apêndice 4- Credenciais de Recolha de Dados	99

LISTA DE SIGLAS E ACRÔNIMOS

ADRA	Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais
AFs	Agregados Familiares
AICS/Helpcode	Agência Italiana de Cooperação para o Desenvolvimento
CDRs	Campos de Demonstração de Resultados
DHS	Pesquisas Demográficas e de Saúde
EUA	Estados Unidos da América
F2M	<i>From Field to Market</i> (Do Campo ao Mercado)
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação
FTF	projecto Alimentar o Futuro
GAAP2	Fase 2 do Projecto de Género, Agricultura e Activos
GDI	Índice de Disparidade de Género
GEM	Medida de Empoderamento do Género
GII	Índice de Desigualdade de Género
GPI	Índice de Paridade de Género
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFPRI	Instituto Internacional de Pesquisa em Política Alimentar
KULIMA	Organismo para o Desenvolvimento Socioeconómico Integrado
MADER	Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural
MAE	Ministério de Administração Estatal
MGCAS	Ministério de Género, Criança e Acção Social
NGSE	<i>New General Scale of Efficacy</i> (Nova Escala Geral de Auto-Eficácia)
ODS	Objectivo de Desenvolvimento Sustentável
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OPHI	Iniciativa de Desenvolvimento Humano
PASPE	Projectos de Acção Social Produtiva
PMA	Programa Mundial para a Alimentação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROCAVA	Programa de Desenvolvimento Inclusivo de Cadeias de Valores Agro-alimentares
Pro-WEAI	Índice de Empoderamento da Mulher na Agricultura ao Nível de Projecto
PPS	Metodologia de Probabilidade Proporcional ao Tamanho da População
RAI	Indicador de Autonomia na Renda
SDAE	Serviço Distrital de Actividades Económicas

SUSTENTA	Projecto de Gestão Integrada de Agricultura e Recursos Naturais
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
VBG	Violência Baseada no Género
VIF	Factor de Inflação da Variância
WEAI	Índice de Empoderamento da Mulher na Agricultura

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

1.1.Contextualização

O empoderamento de todas as mulheres e meninas (5º Objectivo de Desenvolvimento Sustentável-ODS) é fundamental para a construção de um mundo pacífico, justo e próspero, além de contribuir para a erradicação da pobreza (ODS1), fome zero e agricultura sustentável (ODS2) e redução das desigualdades (ODS10) (Nações Unidas, 2015; Bonis-Profumo *et al.*, 2021). Entretanto, medir esse empoderamento é complexo devido a natureza multidimensional do conceito (Bishop e Bowman, 2014). Embora existam várias definições, há consenso de que o empoderamento abrange dimensões como educação, tomada de decisões produtivas, autonomia, posse de activos, acesso e controlo de crédito e renda, e participação em grupos (Seymour *et al.*, 2023, Meinzen-Dick *et al.*, 2019; Alkire *et al.*, 2012; Narayan, 2002). No entanto, há divergências entre os autores sobre quais dimensões são mais relevantes (Ewerling *et al.*, 2017).

Por exemplo, Alkire *et al.* (2013) analisaram medidas como o Índice de Desenvolvimento de Género (GDI) e o Índice de Desigualdade de Género (GII). E, afirmam que esses índices medem as desigualdades de género, baseando-se em indicadores indirectos e limitados, e, portanto, não medem o empoderamento de forma abrangente, e dependem de dados administrativos e censitários que não podem ser decompostos por regiões ou subgrupos. Ewerling *et al.* (2017) analisaram índices propostos para países de baixa e média renda, baseados nas Pesquisas Demográficas e de Saúde (DHS), que abordam o envolvimento das mulheres nas decisões familiares, emprego, tipo de rendimentos e controlo sobre recursos. E, identificaram 3 limitações principais: (1) a escolha subjectiva dos pesos para compor os indicadores; (2) a aplicação exclusiva a mulheres casadas; e (3) a elaboração voltada para países específicos, dificultando comparações entre países.

O *Project-Level Women's Empowerment in Agriculture Index* (Pro-WEAI), surge como uma medida promissora preenchendo essas lacunas, pois, operacionaliza a definição de Kabeer (1999) ao medir o empoderamento da mulher no sector agrícola por meio da sua capacidade de agir. Focado no *intrinsic, instrumental e collective agency* o índice avalia a autonomia das mulheres, sua capacidade de tomar decisões sobre a produção, controlar seus rendimentos e expandir suas redes sociais e económicas. E, por ser um índice baseado em dados individuais, este pode ser desagregado por regiões ou subgrupos (Malapit *et al.*, 2019). Assim, esta pesquisa, consiste em testar a eficácia do Pro-WEAI e analisar como este capta ou não as

dimensões relevantes para monitorar o empoderamento das mulheres no âmbito do projecto *From Field to Market* (F2M) no distrito de Magude. Espera-se que este estudo ofereça bases para recomendar indicadores mais apropriados para uma medida robusta e abrangente que facilite a monitoria do empoderamento feminino em projectos de desenvolvimento rural.

1.2. Problema e Justificativa

Segundo o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Moçambique ocupa o 183.º lugar do ranking mundial, entre 193 países, com uma pontuação (0,461) abaixo da média da África Subsaariana, integrando ao grupo das nações com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O relatório revela ainda que o País possui um elevado nível de desigualdade social (0,270), e um desempenho positivo na desigualdade de género (0,477). Para medir o IDH o PNUD combina indicadores de saúde, educação e rendimento, e nas desigualdades de género são utilizados indicadores de saúde reprodutiva (taxa de mortalidade materna e taxa de fertilidade adolescente) empoderamento (proporção de mulheres com educação secundária ou superior e participação no mercado de trabalho) e empoderamento político (proporção de assentos ocupados por mulheres no parlamento) (PNUD, 2024).

Entretanto, apesar dos avanços registrados nos indicadores de desigualdade de género, persistem limitações importantes na forma como o empoderamento é medido e interpretado. Segundo o Banco Mundial (2021) e MGCAS (2022), dois obstáculos principais dificultam uma avaliação mais precisa desse fenómeno: (i) a compreensão limitada e muitas vezes distorcida do conceito de empoderamento, comumente interpretado como uma simples substituição de poder entre homens e mulheres; e (ii) a estagnação dos indicadores-chave tradicionalmente utilizados para monitorar o progresso, nomeadamente: o nível de escolaridade, a participação no mercado de trabalho e a presença de mulheres em cargos políticos.

Além disso, diversos autores (Ewerling *et al.*, 2017; Alkire *et al.*, 2013; Meinzen-Dick *et al.*, 2019; Armand, 2018) alertam para os limites dos indicadores quantitativos e indirectos, pois, estas medidas por si só, não captam adequadamente as dinâmicas contextuais nem os efeitos profundos das normas sociais sobre a vida das mulheres, o que compromete a capacidade dos indicadores de reflectir o empoderamento real. Portanto, confiar exclusivamente em dados agregados pode resultar em diagnósticos incompletos ou até enganosos sobre o progresso no empoderamento.

No sector agrícola, nota-se igualmente, a falta de abordagens e medidas apropriadas para monitorar o empoderamento feminino em projectos. A maioria dos índices existentes são relatados ao nível nacional e tendem a concentrar-se na igualdade de género, em vez do empoderamento (Malapit *et al.*, 2019). Além disso, muitos deles possuem pouca aplicabilidade ao contexto agrícola e ignoram especificidades de género (Alkire *et al.*, 2013). Conforme destacado pela ONU Mulheres (2017), muitos projectos ainda carecem de medidas claras e de sistematização dos resultados, pois isto dificulta a demonstração do impacto real das intervenções e a replicação de boas práticas. Para a ONU a presença de uma estrutura sólida de monitoria contribui para reforçar a prestação de contas e dar legitimidade aos projectos diante dos financiadores, parceiros institucionais e dos beneficiários.

Esta organização enfatiza que o estabelecimento de uma monitoria contínua e transparente das intervenções é fundamental para avaliar os avanços no empoderamento. Na agricultura, isto significa que o empoderamento não deve ser entendido apenas como o aumento da presença das mulheres em actividades produtivas, mas como um processo transformador que redefine seu papel socioeconômico e político. O Pro-WEAI apresenta-se como um instrumento promissor ao monitorar as mudanças no empoderamento das mulheres, resultantes de projectos agrícolas. Esta ferramenta vai além das medidas tradicionais, proporcionando uma análise mais detalhada, contextualizada e centrada no nível do projecto - essencial para identificar progressos reais num determinado contexto, ajustar estratégias e evitar situações de desempoderamento após o término das intervenções (Malapit *et al.*, 2019).

Assim, o estudo analisa a eficácia do Pro-WEAI na monitoria dos impactos do F2M, uma iniciativa de fortalecimento da agricultura e empoderamento socioeconômico de pequenos produtores e jovens, particularmente mulheres, do distrito de Magude, promovida pela Agência Italiana de Cooperação para o Desenvolvimento (AICS/Helpcode) que visa contribuir para a melhoria da sustentabilidade económica, ambiental e inclusão social e de género a partir do reforço do sector com vista à adaptação às alterações climáticas. O estudo visa responder à seguinte questão: ***“Em que medida o Pro-WEAI capta ou não, o empoderamento das mulheres beneficiárias do F2M em Magude, tendo em conta as dinâmicas intradomiciliares e a paridade de género?”***

Além de contribuir para o progresso dos compromissos assumidos pelo País no âmbito dos ODS, o uso de medidas como o Pro-WEAI alinha-se a recomendação 202 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que reforça a importância da colecta sistemática de dados

desagregados, com critérios metodológicos claros, para garantir o cumprimento da legislação, assegurar transparência, responsabilidade e apoiar o aprimoramento contínuo dos projectos (Transform, 2017). Assim, mais do que validar um instrumento de monitoria, o estudo pretende contribuir para a padronização de uma metodologia e fortalecer a recolha e sistematização de uma base de dados, apoiando um ciclo de aprendizagem contínua sobre a eficácia de medidas para monitorar o empoderamento das mulheres e fornecer informações que ajudem a aprimorar políticas e práticas mais eficazes de inclusão de género no sector agrícola.

1.3.Objectivos

1.3.1. Objectivo Geral

- Avaliar a eficácia do Pro-WEAI como instrumento de monitoria, a partir da sua aplicação no contexto do projecto F2M em Magude.

1.3.2. Objectivos Específicos

- Testar o Pro-WEAI e os respectivos indicadores no projecto F2M;
- Examinar criticamente a eficácia do Pro-WEAI em captar os indicadores de empoderamento em um contexto particular;
- Discutir as lições e implicações da aplicação do Pro-WEAI na monitoria do empoderamento das mulheres em contextos locais específicos.

1.4. Estrutura da Dissertação

Esta dissertação, divide-se em cinco capítulos temáticos: este capítulo Introdutório, contempla a contextualização, o problema, a justificativa e os objectivos do estudo. O segundo capítulo da Revisão Bibliográfica, apresenta o referencial teórico-conceitual, com a discussão de autores relevantes, bem como a definição e a operacionalização dos principais conceitos e abordagens adoptadas. A Metodologia é apresentada no capítulo 3, que descreve a área de estudo e os procedimentos utilizados, incluindo técnicas de amostragem, colecta, análise e tratamento dos dados. De seguida são apresentados os Resultados e Discussão no quarto capítulo, cuja sequência segue a ordem dos objectivos. Finalmente, no quinto capítulo são apresentadas as Conclusões e sugestões para a aplicabilidade do Pro-WEAI em contextos similares ao da intervenção do projecto F2M em Magude.

CAPÍTULO 2: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O capítulo mostra o quadro teórico e conceptual da pesquisa. Na primeira parte, expõem-se as perspectivas de diversos autores sobre a aplicação do Pro-WEAI em contextos africanos, bem como os argumentos que sustentam a utilização de instrumentos de medição do empoderamento feminino no sector agrícola. Apresenta-se, igualmente, o quadro legal de apoio ao empoderamento da mulher em Moçambique, a evolução das abordagens e medidas de empoderamento e, por fim, discute-se o WEAI e o surgimento do Pro-WEAI como instrumentos alternativos de monitoria do empoderamento. Na segunda parte, analisam-se os principais conceitos relacionados com empoderamento e monitoria, à luz de experiências e contributos teóricos de diversos autores que abordam esta temática.

2. PARTE 1: ENQUADRAMENTO TEÓRICO

2.1. Aplicação do Pro-WEAI em Contextos Africanos e em Moçambique

O Pro-WEAI tem sido aplicado em vários países Africanos como instrumento para monitorar e avaliar o empoderamento em projectos de desenvolvimento agrícola e rural. Estudos realizados em países Africanos como Burkina Faso, Etiópia, Ghana, Kenya, Mali e Tanzânia demonstram que o Pro-WEAI permite captar diferentes dimensões do empoderamento, incluindo o intrínseco, instrumental e o *collective agency*, bem como a paridade de género no seio dos domicílios (Malapit *et al.*, 2019). Em Burkina Faso, o Pro-WEAI foi aplicado em avaliações de programas agrícolas, permitindo analisar mudanças nos níveis de empoderamento de mulheres e homens em três domínios de empoderamento (3DE) mapeados para 11 indicadores: autonomia no uso da renda, atitudes face à violência baseada no género (VBG), respeito entre os membros do agregado familiar (AF), participação nas decisões produtivas, propriedade de terra e outros bens, acesso e tomada de decisão sobre serviços financeiros, controlo sobre o uso da renda, equilíbrio trabalho, visita a locais importantes, participação em grupos e participação em grupos influentes. O índice permite, ainda, identificar desigualdades intradomiciliares através do subíndice de paridade de género (GPI) (Crookston *et al.* 2021).

Na Etiópia, o índice foi utilizado na avaliação de programas de microfinanças e de desenvolvimento agrícola, revelando-se sensível a mudanças relacionadas com a tomada de decisão, controlo de recursos produtivos e autonomia no domicílio (Malapit *et al.*, 2019). Em outros contextos africanos, como o Malawi, o Pro-WEAI foi adaptado para avaliar iniciativas de inclusão em cadeias de valor agrícolas (*Pro-WEAI for Market Inclusion*), demonstrando a

flexibilidade do instrumento para diferentes tipos de intervenção, sem comprometer a comparabilidade dos seus indicadores principais (IFPRI, 2023). Estes estudos evidenciam que o Pro-WEAI não se limita a medir resultados globais de empoderamento, mas permite identificar áreas específicas onde persistem desigualdades de género.

Até a data de realização deste estudo, não haviam, na literatura científica, estudos académicos publicados com a aplicação do Pro-WEAI especificamente no contexto rural Moçambicano em revistas científicas. Neste contexto, este estudo não se limita a medir o empoderamento das mulheres beneficiárias do F2M em Magude, mas procura igualmente analisar em que medida o Pro-WEAI é capaz de captar o empoderamento real das mulheres e o GPI neste contexto específico, contribuindo para a reflexão sobre a adequação e sensibilidade do instrumento em contextos rurais do País.

2.2. Empoderamento Feminino e Desenvolvimento Agrícola Sustentável

A agricultura é amplamente reconhecida como um motor de crescimento e redução da pobreza nos países em desenvolvimento. No entanto, em muitos desses países o desempenho do sector agrícola tem sido insatisfatório. Uma das razões é que as mulheres que desempenham papéis cruciais na agricultura e na economia rural enfrentam mais obstáculos do que os homens no acesso a recursos produtivos. As suas actividades geralmente envolvem o cultivo de culturas de baixo valor comercial, a criação de pequenos animais e o processamento e preparo de alimentos. Embora muitas dessas actividades não sejam economicamente reconhecidas, elas são fundamentais para o bem-estar das famílias rurais (FAO, 2011). Segundo Maia e Lopes (2001) as mulheres contribuem muito mais para a agricultura do que se supõe, entretanto, a sociedade conferiu à mulher uma condição inferior e que reflecte em todas as dimensões de sua vida, principalmente na divisão dos papéis.

Assim, se sustentam ideologias (muitas vezes aceites por elas) de complementaridade do seu trabalho, ou tornando-o invisível e sem importância para a geração de renda e para o desenvolvimento (Maia e Lopes 2001). Para Sharma *et al.* (2020) o empoderamento é essencial para o desenvolvimento agrícola, pois influencia directamente a produtividade e a segurança alimentar. Se for melhorado o acesso e controlo de recursos e as oportunidades para as mulheres, a produtividade agrícola pode aumentar entre 20% e 25% (Srivastava e Srivastava, 2017), o que ajudaria a garantir a segurança alimentar e a combater a fome, pois muitas mulheres rurais dependem da agricultura para sobreviver.

Segundo o MGCAS (2016) 82,5% das mulheres participam da força de trabalho em Moçambique, a prática de actividades agrícolas é apontada como um factor de influência neste dado. Entretanto, as actividades económicas desempenhadas pelas mulheres são classificadas, na sua maioria, como actividades informais e ligadas ao papel tradicional da mulher dona de casa. Na prática muitas delas seguem enfrentando dificuldades, como resultado a sua participação em toda cadeia de produção continua muito baixa em comparação aos homens, apesar de elas representarem a maioria da mão de obra no sector. Uma avaliação do Banco Mundial (2023), revelou que 93% das mulheres estão envolvidas na agricultura nas zonas rurais contra a 76% dos homens e os desafios mais enfrentados por elas são: a falta de títulos de propriedade, restrições no acesso a recursos produtivos e serviços financeiros e assistência técnica.

Em 2012 o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER) relatou que apenas 28% das mulheres possuíam terra, comparado a 71% dos homens. Além disso, apenas 20,98% das mulheres receberam assistência técnica nessa época, contra 46,5% dos homens (MADER, 2021). Aliado a isso, estão as relações de poder desiguais que não permitem às mulheres negociar o uso dos resultados da comercialização, pois, neste sector, observa-se uma divisão do trabalho por sexo, onde as mulheres tendem a estar mais activas na produção e comercialização de culturas de menor rendimento, enquanto os homens tendem a ter maior responsabilidade e controlo da comercialização das culturas de maior rendimento (MGCAS, 2016; 2022).

Reforçando, assim, a afirmação de que: “as motivações para o empoderamento das mulheres não são mutuamente exclusivas, ao contrário, elas tendem a reforçar-se”. E, eliminar as disparidades de género neste sector, permite que as mulheres possuam e controlem bens produtivos enquanto, aumentam tanto a sua produtividade quanto a sua auto-estima. Uma mulher que tem o poder de tomar decisões sobre o que plantar e quais e/ou quantos insumos aplicar em seu campo de produção, será mais produtiva na agricultura. Uma mulher empoderada também será mais capaz de garantir a saúde e nutrição de seus filhos, em grande parte porque ela é capaz de cuidar de seu próprio bem-estar físico e mental (Smith *et al.*, 2003 citado por Alkire *et al.*, 2013). A União Nacional de Camponeses (UNAC, 2024) enfatiza que o empoderamento das mulheres na agricultura é uma forma de garantir a subsistência familiar e o desenvolvimento do sector. Engajar a mulher promove a igualdade de género, estimula o crescimento socioeconómico e contribui para a redução da pobreza, reforçando a ideia de que

o empoderamento feminino na agricultura resulta em benefícios tanto para as mulheres quanto para suas famílias e comunidades.

A literatura analisada evidencia que, apesar do papel central das mulheres na agricultura e na economia rural, persistem desigualdades significativas no acesso a recursos produtivos, serviços e poder de decisão, sobretudo em Moçambique. Embora representem a maioria da força de trabalho agrícola, o contributo das mulheres permanece invisível, condicionado por normas socioculturais e relações de poder desiguais que limitam a sua autonomia económica e decisória. A literatura demonstra que o empoderamento das mulheres é fundamental para o aumento da produtividade agrícola, a segurança alimentar e a redução da pobreza, reforçando, deste modo, que o empoderamento das mulheres na agricultura não deve ser encarado apenas como uma questão de equidade social e de género, mas como uma estratégia essencial para o desenvolvimento sustentável do sector e das comunidades rurais. Neste sentido, justifica-se a utilização de instrumentos capazes de medir e monitorar, de forma rigorosa, as diferentes dimensões do empoderamento feminino, como o Pro-WEAI, adoptado no presente estudo para analisar o empoderamento das mulheres beneficiárias do F2M.

2.3. Quadro Político-Institucional e Legal para a Igualdade de Género e Empoderamento da Mulher em Moçambique

O compromisso de Moçambique com a promoção da igualdade de género e o empoderamento da mulher no sector agrícola assenta num conjunto de instrumentos legais e estratégicos que reconhecem o papel central das mulheres na produção agrícola e na segurança alimentar, bem como as desigualdades persistentes no acesso a recursos produtivos e à tomada de decisão. A nível macro, a Constituição da República de Moçambique consagra o princípio da igualdade de direitos e oportunidades entre mulheres e homens, criando a base legal para a integração da perspectiva de género nas políticas sectoriais, incluindo a agricultura. Este compromisso é reforçado pela ratificação de instrumentos como a Política de Género e Estratégia da sua Implementação (PGEI), que estabelece linhas de orientação com vista a permitir a tomada de decisões e a identificação de acções para a elevação do estatuto da mulher (PGEI, 2018).

A PGEI inspirou a harmonização da Estratégia de Género para o Sector Agrário (EGSA) com outros instrumentos/programas de gestão como: o Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA), o Programa Nacional de Investimento do Sector Agrário (PNISA), o Plano Director de Desenvolvimento Agrário (PDDA) e o Programa de

Desenvolvimento da Agricultura (PODA), na prossecução de esforços no sentido de assegurar a garantia da igualdade entre mulheres e homens e, a eliminação da discriminação com base no sexo, ainda não consolidada, em muitos subsectores da agricultura. A EGSA foi criada para reforçar e focalizar os mecanismos de promoção da igualdade do género e de empoderamento da mulher à luz das premissas da PGEI, tendo em conta a natureza primariamente feminina e as privações na participação da mulher ainda prevalentes e visíveis nos segmentos da cadeia de valor do sector (MADER, 2016).

O PEDSA recentemente adoptado, destaca-se pelo seu forte enfoque na igualdade de género e o empoderamento dos jovens, como eixos transversais para o aumento da produtividade, da segurança alimentar e do desenvolvimento rural sustentável (MADER, 2022). O PEDSA reconhece que as desigualdades de género no acesso e controlo da terra, dos recursos produtivos, dos serviços financeiros e da assistência técnica comprometem o desempenho do sector agrícola e limitam o alcance dos objectivos nacionais de redução da pobreza, segurança alimentar e crescimento inclusivo (MADER, 2022). Neste sentido, o empoderamento das mulheres é assumido não apenas como uma questão de justiça social, mas como um factor estratégico de eficiência económica e sustentabilidade do desenvolvimento agrícola.

2.4.Evolução das Medidas de Empoderamento: Crítica aos Indicadores Tradicionais

Antes dos anos 90, os indicadores usados para medir o empoderamento eram bastante limitados e na sua maioria não captavam totalmente as dimensões de poder e *agency* como é feito hoje. O foco estava voltado para aspectos básicos de desenvolvimento e igualdade de género, como acesso a serviços básicos e demográficos. O conceito de empoderamento como é entendido hoje só começou a ser incorporado aos indicadores a partir dos anos 90 (Kabeer, 1999; Moraes, 2022). Portanto, os indicadores iniciais não mediam o empoderamento de forma directa, não se monitorava se às mulheres participavam nas decisões, havia pouca diferenciação entre acesso e controlo, por exemplo, uma mulher podia ter acesso à terra, mas sem direito legal ou controlo real sobre ela, e os dados não eram desagregados por género, pois, muitas estatísticas não distinguiam homens e as mulheres com clareza (Alkire *et al.*, 2013).

Entretanto, mesmo depois da década 90 surgiram índices que não mediam o empoderamento de forma directa. Na sua abordagem pioneira o PNUD introduziu em 1995, dois índices principais: o GDI que mede as diferenças de género na esperança de vida, educação e renda. E a Medida de Empoderamento do Género (GEM) que foi o primeiro índice de

empoderamento feminino construído na tentativa de medir a extensão da desigualdade de género nos países do mundo com base em estimativas de renda relativa das mulheres, participações em cargos econômicos bem remunerados e com poder, e acesso a cargos profissionais e parlamentares (Klassen, 2006). Em 2010, o PNUD construiu o GII, com indicadores do GDI e do GEM, e incorporando outros indicadores de vulnerabilidade das mulheres, como: vulnerabilidade de saúde- saúde reprodutiva (taxa de mortalidade materna e taxa de fertilidade adolescente) e a vulnerabilidade econômica- taxa de participação na força de trabalho. E, o empoderamento era representado em termos de maior participação parlamentar e alto nível de escolaridade, e, todos esses índices sensíveis ao género foram definidos como índices de realização em nível macro (Roy *et al.*, 2018).

Desde então e em resposta a críticas como a subjectividade com que os pesos usados para a composição dos indicadores foram escolhidos e o facto da maioria das questões relacionadas ao empoderamento se restringir a determinados grupos (Ewerling *et al.*, 2017), surgiram outros índices na tentativa de responder as críticas levantadas por Alkire *et al.* (2013) e Malapit *et al.* (2019) que reportaram que a maioria dos índices são medidos e relatados ao nível nacional porque se baseiam em dados administrativos, portanto, se concentram na igualdade de género em vez do empoderamento. Além do que, como esses índices dependem de dados agrupados, eles não podem ser decompostos por regiões ou subgrupos populacionais e têm pouca cobertura do sector agrícola. Alguns desses novos índices são: *Gender Gap Index* (do Fórum Econômico Mundial), *African Gender Status Index*, *Social Watch's Gender Equality Index e Women's Economic Opportunity Index* (Dilli *et al.*, 2019).

No caso de Moçambique, antes da década de 90, o foco estava em indicadores como: alfabetização feminina, acesso a cuidados de saúde (redução da taxa de fecundidade), inclusão formal de mulheres no mercado de trabalho e na política, envolvimento das mulheres em funções de chefia ao nível dos órgãos do Estado, como parte do discurso de igualdade do governo pós-independência (Agy, 2020). Após este período e com o aumento do foco no empoderamento, direitos humanos, género e desenvolvimento sustentável, organizações como a ONU, FAO, IFPRI, CARE passaram a aplicar indicadores mais completos que avaliam: se as mulheres controlam os recursos produtivos; se participam nas decisões familiares e comunitárias; se têm autonomia sobre sua vida pessoal e profissional e tem estado a promover grupos de microfinanças (poupança/xitique). Alguns estudos também passaram a incorporar alguns desses indicadores em suas análises.

Por exemplo, em seu estudo Agy (2020) constatou a existência de baixos níveis de empoderamento por parte das mulheres do distrito de Boane, abordando 3 dimensões principais de empoderamento: acesso à informação, integração econômica e participação política. Tendo analisado indicadores como: nível de escolaridade, realização de actividades económicas fora da agricultura, acesso a bens duráveis, poupança, pertença a uma associação, e exercício do direito de cidadania. Porém, mesmo com os avanços em pesquisas que abordam novas medidas de empoderamento, Muianga *et. al.* (2018) alerta que a tendência do país é de analisar indicadores como a participação das mulheres na tomada de decisão de forma quantitativa. Sendo que, uma abordagem mista seria mais robusta, ou seja, em vez de apenas quantificar o número de mulheres que participam em funções de tomada de decisão, deve se perguntar de que forma elas participam deste processo e que tipo de decisões normalmente tomam.

O estudo de Rettig e Hijmans (2022) mediu o empoderamento das mulheres em 6 domínios: VBG, planeamento familiar, saúde reprodutiva, emprego, educação e tomada de decisões. Para os autores, devido a natureza complexa do conceito de empoderamento este não permite ser perfeitamente quantificado, portanto, porque usar um índice geral é mais suscetível de contestações, o estudo, focou se apenas em domínios que expressam de forma clara as componentes do *agency*. Contudo, o estudo resumiu suas descobertas em um índice geral o qual chamou de Índice de Empoderamento Feminino (FEMI). O Quadro 3 (Anexo 1) resume comparativamente os principais indicadores utilizados antes da década de 90 a 95, e os indicadores mais comuns após 1995 para medir o empoderamento.

2.5.Desafios Metodológicos: Indicadores Directos vs. Indirectos, Dados Agregados vs. Desagregados

Apesar dos avanços na proliferação de medidas de empoderamento, ainda faltam abordagens e métricas apropriadas e consistentes para monitorá-lo de forma eficaz. Esses desafios são, em grande parte, de natureza metodológica. Um deles diz respeito ao uso de indicadores directos e indirectos (Meinzen-Dick *et al.*, 2019). Outro refere-se ao uso de dados agregados e desagregados. Muitos índices de género são baseados em dados administrativos ou censitários (dados colectados por meio de censos), o que leva a análises em nível macro (nacional ou regional), embora úteis para comparações entre países, esses dados frequentemente mascaram desigualdades e ignoram as dinâmicas familiares e comunitárias, que são centrais para o empoderamento (Alkire *et al.*, 2013).

A produção de dados em nível individual e desagregado, como propõe o Pro-WEAI, permite identificar lacunas de empoderamento dentro dos próprios domicílios, tornando-se uma ferramenta robusta para projectos de desenvolvimento agrícola (Malapit et al., 2019). No entanto, a colecta de dados demanda recursos técnicos, formação e tempo, o que pode limitar sua aplicabilidade em grande escala. Assim, Cornwall e Rivas (2015) afirmam que não há uma única medida universal que consiga captar completamente o empoderamento. Entretanto, a escolha dos indicadores deve sempre considerar o contexto cultural e os objectivos do projecto para assegurar que o índice construído seja realmente útil e reflecta com precisão o que se pretende mensurar. No Quadro 1 são apresentados os principais aspectos a considerar na escolha dos tipos de indicadores para a construção de um índice:

Quadro 1- Aspectos/Questões a Considerar na Escolha de Indicadores para Medir o Empoderamento

Tipo de indicador	Descrição
Directo ou Indirecto	Medidas directas de empoderamento se concentram na expansão da capacidade de um indivíduo de avançar nos objectivos e fins que ele valoriza. Por exemplo, oferecer formação profissional a mulheres em comunidades rurais permite que elas adquiram habilidades específicas para entrarem no mercado de trabalho e gerarem sua própria renda. O acesso ao crédito, dá-lhes os meios financeiros necessários para iniciar ou expandir seus próprios negócios, de acordo com seus interesses e aspirações pessoais, e não apenas para cumprir com normas sociais impostas. O acesso à terra, por exemplo, permite que as mulheres tenham direito legal de possuir, usar a terra e tomar decisões sobre o que plantar e como gerir sua produção. As medidas indirectas se concentram na posse de recursos necessários para o empoderamento, como educação e propriedade de activos, e não no empoderamento em si. Obtém-se informações sobre indicadores indirectos porque é vital examinar como as medidas directas de empoderamento são afectadas por vários determinantes.
Intrínseco ou Extrínseco	É necessário questionar se, mede-se o empoderamento que as pessoas valorizam ou os poderes que elas têm, mesmo que não os valorizem? Ou seja, deve se questionar se ao medir o empoderamento, estamos realmente a considerar aquilo que as pessoas valorizam nas suas próprias vidas ou apenas a contabilizar os recursos e capacidades que possuem, mesmo que não deem importância a eles. Esta reflexão destaca a diferença entre o verdadeiro empoderamento (baseado nos objectivos e valores individuais) e o não verdadeiro, ou seja, uma visão externa que pode não reflectir as prioridades das pessoas envolvidas. Avaliar o empoderamento sem considerar essas diferenças pode levar a interpretações distorcidas sobre o impacto das intervenções.
Universal ou Contexto Específico	Embora o empoderamento seja inerentemente específico do contexto (moldado por condições socioeconómicas, culturais e políticas), o que pode tornar problemática a comparação entre países. Para medir e acompanhar o empoderamento, os pesquisadores devem usar indicadores que possam ser comparados entre contextos e ao longo do tempo, ou seja, indicadores que não priorizam nenhum país ou contexto sobre outro.
Nível de Aplicação (individual ou colectivo)	Os indicadores de empoderamento podem ser medidos a nível familiar, de grupo, comunidade e nacional.
Quantitativo ou Qualitativo	Embora a maioria dos índices seja reportado de forma quantitativa, o que facilita a realização de análises estatísticas, os estudos de caso qualitativos são importantes para capturar o que as pessoas vivenciam em suas próprias palavras e entender o que significa empoderamento em diferentes contextos.

Fonte: Adaptado de Ibrahim e Alkire (2007) e Alkire *et al.*, (2013)

2.6. Medidas e Indicadores Alternativos de Empoderamento: WEAI vs. Pro-WEAI

2.6.1. Breve Resumo do WEAI

Pese embora a definição de empoderamento de Kabeer seja amplamente aceite, sua operacionalização e mensuração ainda são desafiadoras, devido ao carácter subjectivo e contextual do conceito. O WEAI surge como uma solução ao traduzir essa definição em medidas práticas, centrando-se na capacidade de as mulheres tomarem decisões e agirem sobre suas vidas e produção (Malapit *et al.*, 2019). O WEAI é composto por 2 subíndices: o primeiro reflecte a percentagem de mulheres que são empoderadas em 5 domínios de empoderamento (5DE), com o contributo de 90% do peso no WEAI. Uma mulher é definida como empoderada no 5DE se ela alcançou a adequação em pelo menos 80% dos indicadores. O subíndice compreendem os seguintes domínios (Tabela 1) (Alkire *et al.*, 2012: 2013):

Tabela 1- Os Cinco Domínios de Empoderamento no WEAI

5DE	Indicador	Peso
Produção	Participação nas decisões de produção	1/10
	Autonomia na produção	1/10
Recursos	Propriedade de activos	1/15
	Participação nas decisões sobre compra, venda ou transferência de activos	1/15
	Acesso e participação na tomada de decisões sobre crédito	1/15
Renda	Controlo sobre o uso da renda	1/5
Liderança	Participação em grupos na comunidade	1/10
	Falar em público	1/10
Tempo	Carga de trabalho	1/10
	Lazer	1/10

Fonte: Alkire *et al.* (2013)

O segundo, o GPI, contribui com 10% de peso no WEAI e mede a igualdade entre homens e mulheres no mesmo domicílio, revelando se a mulher é tão empoderada quanto o homem ou não, e para os lares onde não há paridade, o GPI indica quanto falta para que essa igualdade seja alcançada. Uma inovação importante do WEAI é a capacidade de identificar simultaneamente os domínios de empoderamento e os de desempoderamento. Isso permite que os tomadores de decisão se concentrem em melhorar a situação das mulheres nas áreas enfraquecidas (Alkire *et al.* 2012: 2013; Vedana *et al.*, 2023).

Este índice foi lançado pela *United States Agency for International Development* (USAID), através do *International Food Policy Research Institute* (IFPRI), *Oxford Poverty, Human Development Initiative* (OPHI) e o projecto *Feed the Future* (FTF). O WEAI é um

índice baseado em pesquisa, inspirado em académicos (Narayan, 2002; Alsop *et al.*, 2006; Ibrahim e Alkire, 2007) e foi desenvolvido para medir o empoderamento, a *agency* e a inclusão das mulheres na agricultura. O seu desenvolvimento iniciou em 2010-2011, a partir da necessidade identificada pelas agências do FTF de dispor de um indicador específico para monitorar o empoderamento feminino. A fase piloto ocorreu entre setembro e novembro de 2011, em Bangladesh, Guatemala e Uganda, sendo oficialmente lançado em fevereiro de 2012, na 56ª Sessão do Comitê sobre a Situação da Mulher, nas Nações Unidas (Sraboni *et al.*, 2013).

No processo de concepção, foram selecionados indicadores sensíveis a mudanças ao longo do tempo, aplicados através de questionários a homens e mulheres do mesmo domicílio, permitindo comparações de género. Os indicadores abrangeram áreas como decisões agrícolas, ativos, crédito, renda e autonomia. A validação incluiu entrevistas semiestruturadas, que exploraram percepções locais sobre o significado do empoderamento, assegurando a relevância contextual dos dados (Alkire *et al.*, 2013; Sraboni *et al.*, 2013). O estudo piloto abrangeu 350 domicílios (625 indivíduos) na Guatemala e Uganda e 450 (800 indivíduos) em Bangladesh, incluindo tanto mulheres solteiras como casadas, com amostragem baseada em probabilidade proporcional ao tamanho da população. Os dados foram analisados estatisticamente, utilizando coeficientes (V de Cramer, Phi) e testes de associação (Qui-quadrado de Pearson, Fisher), para avaliar a relação entre empoderamento e variáveis sociodemográficas, bem como os próprios indicadores do WEAI (Alkire *et al.* 2013).

Os resultados mostraram variações significativas entre os países: Uganda apresentou maior índice (0,80), seguido de Bangladesh (0,76) e Guatemala (0,70). O 3DE mostrou que a falta de liderança e de controlo sobre os recursos eram os principais factores de desempoderamento. Já o subíndice GPI revelou que 59,8% das mulheres tinham paridade com os homens em suas famílias, enquanto as demais apresentavam uma diferença média de 25,2% no nível de empoderamento com seus cônjuges. Apesar de fornecer evidências relevantes sobre o empoderamento na agricultura, o estudo piloto do WEAI teve limitações, sobretudo no tamanho e representatividade da amostra, não abrangendo todas as zonas de influência do FTF nem reflectindo a diversidade completa dos países estudados (Alkire *et al.*, 2013).

2.6.2. Surgimento do Pro-WEAI

Desde o seu lançamento, o WEAI passou por diversas transformações, pois, notou-se que o índice não era apropriado para a monitoria e avaliação de projectos individuais, com objectivos e metas específicas. Assim, como parte da Fase 2 do Projecto de Género, Agricultura

e Activos (GAAP2), o IFPRI, trabalhou com 13 projectos de desenvolvimento agrícola que tinham objectivos explícitos de empoderamento das mulheres para desenvolver um índice que fosse mais adequado para avaliar a paridade de género e empoderamento no contexto de intervenções específicas de desenvolvimento (Meinzen-Dick *et al.*, 2019; Malapit *et al.*, 2019 e Yount *et al.*, 2019).

Esses projectos ajudaram a identificar aspectos de empoderamento a serem medidos, tanto para diagnóstico de linha de base como, para monitorar o progresso no cumprimento de seus objectivos de facilitar o empoderamento. Os projectos engajaram-se no desenho do instrumento de pesquisa propondo indicadores para inclusão e testando-os em campo, utilizando uma abordagem mista (combinação de métodos qualitativos e quantitativos). Os indicadores incluíam novos aspectos como: autonomia no controlo de renda, mobilidade, relacionamentos intradomiciliares e VBG, bem como, revisaram alguns indicadores incluídos no WEAI, como: tomada de decisão sobre a produção agrícola, propriedade e controlo sobre recursos, tempo e liderança (Malapit *et al.*, 2019; Meinzen-Dick *et al.*, 2019)

O desenvolvimento do Pro-WEAI baseou-se em métodos mistos, assim como no WEAI para explorar conceitos de empoderamento em diferentes contextos (Meinzen-Dick *et al.*, 2019). Para Malapit *et al.* (2019) a pesquisa qualitativa foi uma parte importante de desenvolvimento do índice para obter uma melhor compreensão das condições de pobreza e desempoderamento das mulheres, para avaliar a relevância dos domínios Pro-WEAI em contextos locais e compreender as ligações entre as intervenções do projecto e os resultados do empoderamento das mulheres.

Houve uma diferença significativa no tamanho das amostras utilizadas nos testes da fase piloto do WEAI em comparação com o Pro-WEAI. Essa diferença, no entanto, justifica-se pelos diferentes propósitos para os quais cada índice foi concebido. Por um lado, como o WEAI foi desenvolvido para medir os níveis e as tendências do empoderamento das mulheres na agricultura em âmbitos nacional ou regional, exige amostras mais amplas e representativas da população. Em contrapartida, o Pro-WEAI foi desenhado especificamente para avaliar os impactos de projectos de desenvolvimento agrícola em nível local/comunitário, nesse caso, o tamanho da amostra depende da dimensão e alcance do projecto analisado, ou seja, do número de beneficiários directos (Malapit *et al.*, 2019).

Assim, enquanto o WEAI busca captar um retrato mais amplo e generalizado da realidade das mulheres, o Pro-WEAI foca em mudanças induzidas por intervenções específicas, o que justifica o uso de amostras menores e mais direcionadas. Todavia, ambos estão enraizados na estrutura de empoderamento de Kabeer (1999), que descreve o empoderamento como um processo de mudança nas dimensões inter-relacionadas de *agency*, recursos e conquistas. O Pro-WEAI é composto por 10 indicadores mapeados em 3DE (Tabela 2). Cada indicador é igualmente ponderado e um indivíduo é considerado empoderado se estiver adequado em 80% (ou em 8 dos 10) dos indicadores, ou seja, se tiver uma pontuação de empoderamento de 0,8 ou superior. A adequação expressa como um indivíduo se sai em relação a cada indicador e o empoderamento expressa como alguém se sai em todos os 10 indicadores (Seymour *et al.*, 2023).

Tabela 2- Domínios, Indicadores e Pesos do Pro-WEAI

Domínio	Indicador	Peso
Motivação interior (<i>Intrinsic agency</i>)	Autonomia na renda	1/10
	Auto-Eficácia	1/10
	Atitudes sobre a VBG	1/10
Capacidade de intervenção prática (<i>Instrumental agency</i>)	Participação nas decisões de subsistência	1/10
	Propriedade de activos (terra e outros bens)	1/10
	Acesso e decisões sobre serviços financeiros	1/10
	Controlo sobre o uso da renda	1/10
	Equilíbrio de trabalho	1/10
	Visita a locais importantes	1/10
Acção conjunta (<i>Collective agency</i>)	Associação ao grupo	1/10

Fonte: Seymour *et al.* (2023)

2.7. Domínios e Indicadores Pro-WEAI

2.7.1. Domínio I: Motivação Interior (*Intrinsic Agency*)

Autonomia na Renda (RAI)

Mede a capacidade de um indivíduo agir de acordo com o que acredita, de fazer com que suas próprias motivações prevaleçam sobre as motivações para agradar os outros ou evitar punições. Este indicador sonda a própria compreensão e permite ao entrevistado explicar facilmente as diferentes motivações que influenciam as actividades relacionadas ao uso da renda gerada por actividades agrícolas ou não. O indicador é construído a partir das seguintes respostas: (1) minhas acções em relação ao uso da renda são em parte porque terei problemas com alguém se agir de forma diferente; (2) faço o que faço para que os outros não pensem mal

de mim; e (3) faço o que faço porque pessoalmente acho que é a coisa certa a fazer (Alkire *et al.*, 2013; Malapit *et al.*, 2019).

Cada uma das respostas visa captar um tipo diferente de motivação: externa (coagida), introjectada (tentar agradar) e autónoma (motivada por valores próprios - associadas ao empoderamento), respectivamente. Como, na realidade, as motivações são muitas vezes misturadas, ou seja, agimos em parte para agradar os outros, bem como com base em nossas próprias convicções, o RAI permite ao entrevistado articular até que ponto suas acções são moldadas pelas 3 motivações. E, se a motivação relacionada aos próprios valores for relativamente mais forte do que a dos outros, então a pessoa tem adequação em autonomia (Alkire *et al.*, 2013). O RAI é calculado através da seguinte fórmula: (motivação externa x (-2)) + (motivação introjectada x (-1)) + (motivação autónoma x 3). Portanto, para ser adequado, um indivíduo deve ter uma pontuação RAI de pelo menos 1 ($RAI \geq 1$) (Seymour *et al.*, 2023).

Auto-Eficácia

No pró-WEAI, a Auto-Eficácia é medida com base na Nova Escala Geral de Auto-Eficácia (NGSE). A NGSE mede a percepção de uma pessoa sobre suas capacidades e a capacidade de atingir seus objectivos. O entrevistado é convidado a pensar sobre como cada uma das 4 afirmações abaixo se relaciona com a sua vida e indicar se discorda totalmente, discorda, não concorda e não discorda, concorda ou concorda totalmente. As afirmações são: 1) ao enfrentar tarefas difíceis, tenho certeza de que irei realizá-las; 2) em geral, penso que posso obter resultados que são importantes para mim; 3) estou confiante de que consigo desempenhar de forma eficaz muitas tarefas diferentes; e 4) mesmo quando as coisas estão difíceis, consigo desempenhar muito bem (Seymour *et al.*, 2023). Para cada afirmação um indivíduo recebe as seguintes pontuações: 1- se discorda totalmente; 2- se discorda; 3- se não concorda e não discorda; 4- se concorda; e 5= se concorda totalmente = 5. As pontuações de cada uma das 4 afirmações são então somadas para obter a pontuação final. Por exemplo, se um indivíduo concorda fortemente com todas as afirmações terá uma pontuação de 20 (4x5). E, para ser adequado em Auto-Eficácia, o entrevistado deve ter uma pontuação na NGSE de pelo menos 16, o que equivale a uma resposta média nas afirmações de “concordo” (Seymour *et al.*, 2023).

Atitudes Sobre a Violência Baseada no Género (VBG)

A VBG é um novo indicador que não foi incluído no WEAI. Os projectos GAAP2 mostraram um forte apoio à inclusão de um indicador centrado na VBG, pois consideraram que

a ausência de violência é importante para alcançar o agency, especialmente tendo em conta a forma como a violência interage com outras áreas do agency. Além disso, para (Eves e Crawford, 2014), o aumento da VBG foi testemunhado como um impacto não intencional dos projectos de empoderamento, o que dá uma importância extra à inclusão de uma medida de VBG, uma vez que a monitoria dos impactos não intencionais de um projecto é extremamente importante. Devido as preocupações éticas ao perguntar um indivíduo sobre a sua própria experiência em relação a VBG, no Pro-WEAI, este indicador não envolve questões sobre a experiência dos entrevistados, mas sim sobre as suas atitudes em relação à aceitabilidade da violência contra as mulheres (Meinzen Dick *et al.*, 2019).

O módulo utilizado no Pro-WEAI foi desenvolvido pelo DHS e nele, questiona-se ao entrevistado se, na sua opinião, o marido tem justificativa para bater na esposa em 5 situações diferentes: 1) se ela sai sem lhe avisar; 2) se ela negligencia os filhos; 3) se ela discute com ele; 4) se ela se recusar a fazer sexo com ele; e 5) se ela queimar a comida. O entrevistado pode responder “sim”, “não” ou “não sei”. E, para ser adequado neste indicador, o indivíduo deve responder “não”, pois a VBG não se justifica em qualquer situação (Seymour *et al.*, 2023).

2.7.2. Domínio II: Capacidade de Intervenção Prática (*Instrumental Agency*)

Participação nas Decisões de Subsistência

O indicador de participação em decisões produtivas, incluído no WEAI, foi modificado para incluir decisões não agrícolas no Pro-WEAI e foi assim renomeado como “participação nas decisões de subsistência” (Seymour *et al.*, 2023). O indicador é construído a partir de diversas questões relativas às seguintes actividades: agricultura de grãos básicos, horticultura ou cultivo de culturas de alto valor, criação e processamento de gado, pequena criação e processamento de gado, criação e processamento de aves, pesca ou cultivo em viveiros de peixes, actividades económicas não agrícolas e emprego assalariado. É questionado ao entrevistado se: (1) ele participou de cada actividade no ano anterior; (2) se participou na referida actividade, quem no agregado familiar normalmente toma as decisões relativas a essa actividade; (3) se reportar vários tomadores de decisão, quanta contribuição ele pessoalmente teve na tomada de decisões sobre a actividade e; (4) até que ponto sente que poderia participar nas decisões relativas à actividade se quisesse (Seymour *et al.*, 2023).

O indicador de participação nas decisões de subsistência assim como a participação nas decisões produtivas combina duas questões: uma sobre a entrada nas decisões (única ou conjunta) e outra para saber se o entrevistado poderia tomar decisões pessoais se quisesse. A

razão para a combinação destas questões, é pelo facto de que, um indivíduo não tomar decisões em uma área, não significa que ele seja destituído de poder, simplesmente a pessoa pode não ter interesse em participar das decisões, mas poderia fazê-lo se quisesse. E, considerar apenas uma dessas questões seria negligenciar informações relevantes, portanto, as duas questões são agregadas em um indicador (Alkire *et al.*, 2013).

A escala de resposta para a questão relativa aos contributos nas decisões é: 1 = pouca a nenhuma contribuição nas decisões; 2 = participação em algumas decisões; 3 = contribuição para a maioria ou todas as decisões. Para cada actividade é criado um subindicador que considera o indivíduo adequado se ele participar daquela actividade e tiver pelo menos contribuição em algumas decisões relacionadas a essa actividade. Para cada tipo de decisão, é criado um subindicador que considera o respondente adequado se ele ou ela toma as decisões ou se o respondente sente que poderia participar na tomada de decisão, pelo menos em grau médio. A escala de resposta para esta última questão, que diz respeito à medida em que o indivíduo sente que pode participar nas decisões, é: 1=de jeito nenhum; 2=pequena extensão; 3=extensão média; e 4=em grande medida (Seymour *et al.*, 2023). Todos esses subindicadores são então agregados no indicador de contribuição nas decisões de subsistência, e um indivíduo é considerado adequado se ele ou ela participa de pelo menos uma actividade, e para cada actividade em que participa, tem alguma contribuição nas decisões, toma a decisão ou sente que poderia tomá-la até certo ponto, se quisesse (Seymour *et al.*, 2023).

Propriedade de Terra e Outros Bens

Este indicador analisa se um indivíduo possui propriedade única ou conjunta de terras e bens, com base em uma lista de bens que incluem: terras agrícolas e não agrícolas, pecuária de grande e pequeno porte, tanques de peixes, equipamentos agrícolas, habitação, telefone celular, meios de transporte, entre outros bens duráveis de grande e pequeno porte. Uma pessoa é considerada adequada nesta área se declarar possuir propriedade única ou conjunta de terras ou pelo menos três outros bens (Meinzen Dick *et al.*, 2019; Seymour *et al.*, 2023).

Acesso e Decisão sobre Serviços Financeiros

O indicador examina o acesso e a tomada de decisão sobre o uso do crédito obtido de várias fontes, quer sejam organizações não governamentais, credores formais e informais, amigos ou parentes, poupança e associações de crédito. Para que haja adequação no indicador, um indivíduo deve atender a pelo menos uma das seguintes condições: 1) pertencer a uma família que utilizou uma fonte de crédito no último ano e participou de pelo menos uma decisão

única ou conjunta sobre ela; 2) pertencer a uma família que não utilizou crédito no último ano, mas que poderia ter feito isso, se quisesse, de pelo menos uma fonte; ou 3) têm acesso, única ou conjuntamente, a uma conta financeira (Alkire *et al.*, 2013; Malapit *et al.*, 2019; Seymour *et al.*, 2023).

Controlo Sobre o Uso da Renda

Este indicador é obtido no mesmo módulo que o indicador de participação nas decisões de subsistência para que as informações sejam capturadas apenas uma vez. Ele é construído a partir de respostas relativas aos contributos para as decisões sobre o uso da renda. É questionado aos indivíduos se participaram em alguma das actividades descritas no indicador de participação nas decisões de subsistência. Para cada actividade agrícola em que o respondente participou foi-lhes perguntado que contribuição têm nas decisões sobre quanto dos produtos da actividade devem manter para consumo em casa, em vez de vender. E, para cada actividade em que o respondente participou, agrícola ou não agrícola, é-lhe perguntado quanto contribui nas decisões sobre como utilizar o rendimento gerado pela actividade. A escala de resposta para a pergunta sobre contribuições nas decisões é: 1=nenhuma contribuição ou contribuição em muito poucas decisões; 2=participação em algumas decisões; 3=participação na maioria ou em todas as decisões (Seymour *et al.*, 2023).

Para cada actividade é criado um subindicador que considera o indivíduo adequado na contribuição nas decisões para essa actividade se ele participar nesta actividade e tiver pelo menos alguma contribuição sobre como utilizar o rendimento gerado pela actividade e, para actividades agrícolas, pelo menos alguns contributos nas decisões relacionaram-se com a quantidade dos produtos da actividade a manter para consumo em casa em vez de venda. Por outras palavras, um indivíduo deve ter informações sobre como utilizar tanto a produção como o rendimento para ser considerado adequado. Para actividades não agrícolas, tais como emprego assalariado e actividades económicas não agrícolas, onde não há produção agrícola, um indivíduo necessita apenas de ter contributos nas decisões relacionadas com a utilização do rendimento gerado. Assim, todos esses subindicadores são agregados no indicador de controlo sobre o uso da renda e o respondente é considerado adequado se ele for considerado adequado em todas as actividades das quais participa (Seymour *et al.*, 2023).

Equilíbrio de Trabalho

Neste indicador, os entrevistados são solicitados a estimar o tempo gasto em actividades primárias e secundárias nas 24 horas anteriores à entrevista, começando às 4h do dia anterior.

A carga horária é definida como a soma do tempo que o indivíduo relatou gastar em tarefas relacionadas ao trabalho como actividade principal mais 50% em tarefas relacionadas ao trabalho como actividade secundária. A definição de tarefas relacionadas com o trabalho inclui emprego assalariado e não-assalariado, trabalho próprio, agricultura, construção, compras/serviços, pesca, tecelagem/costura, trabalhos domésticos, cuidados com crianças/idosos, deslocações, entre outros. O indivíduo é definido como adequado na carga de trabalho se o número de horas que trabalhou for inferior a 10,5 horas nas últimas 24 horas (Alkire *et al.*, 2013).

Visita a Locais Importantes (Mobilidade)

Para medir o indicador, questiona-se aos indivíduos com que frequência visitam uma série de locais, incluindo: um centro urbano, o mercado, a família ou parentes, qualquer serviço de saúde, reuniões públicas nas aldeias/reuniões comunitárias/formação. A escala de respostas é: 1= todos os dias; 2= todas as semanas pelo menos uma vez; 3= a cada 2 semanas pelo menos uma vez; 4= todos os meses pelo menos uma vez; 5= menos de uma vez por mês; e 6= nunca. E, para serem considerados adequados, devem cumprir pelo menos uma de duas condições: 1) visitam pelo menos dois dos três locais: centro urbano, mercado, família/parente, pelo menos uma vez por semana, ou 2) visitam pelo menos um dos dois locais: unidade de saúde ou reunião pública, pelo menos uma vez por mês (Seymour *et al.*, 2023).

2.7.3. Domínio III: Capacidade de Agir Colectivamente (*Collective Agency*)

Associação ao Grupo

Para Alkire *et al.* (2013), a participação em grupos não é deliberadamente restrita a grupos formais relacionados à agricultura porque outros tipos de grupos sociais fornecem importantes fontes de redes e capital social que são empoderadores por si mesmos e também podem ser uma importante fonte de informações ou insumos agrícolas. Portanto, reconhecendo o valor do capital social como um recurso, este indicador mostra se a pessoa é um membro activo de pelo menos um grupo, incluindo: grupos de produtores agrícolas; grupos de crédito ou microfinanças grupos de ajuda mútua ou seguro; associações comerciais e empresariais; grupos sociais ou de caridade; grupos do governo local; grupos religiosos; entre outros grupos de mulheres.

2.8.Cálculo do Pro-WEAI

O Pro-WEAI, semelhante ao WEAI original, é calculado como a média ponderada de dois subíndices: o 3DE com um peso de 90%, e o GPI com um peso de 10%. Enquanto o 3DE

mede as conquistas das mulheres em três domínios, o GPI compara as pontuações de empoderamento do indivíduo elegível e seu cônjuge em cada domicílio com dois adultos. A escolha dos pesos para os dois subíndices segue o WEAI original, e é arbitrária, colocando maior ênfase no 3DE devido a sua magnitude que reflecte a extensão e intensidade (profundidade) do empoderamento individual. O menor peso atribuído ao GPI reconhece a importância da dinâmica de empoderamento dentro do agregado familiar, mas também reconhece que o GPI só pode ser calculado em agregados familiares onde estão presentes homens e mulheres entrevistados (Malapit *et al.*, 2019; Seymour *et al.*, 2023).

Segundo Malapit *et al.* (2019) para medir o empoderamento, o foco é nas áreas de desempoderamento que devem ser ultrapassadas. Começasse por calcular um índice de desempoderamento (M_0), para capturar a percentagem de mulheres que não têm poder, bem como a proporção média de inadequações que elas vivenciam. O índice varia entre 0 e 1 (0 - quando ninguém é desempoderado, e 1 - quando todos são desempoderados e inadequados em todos os 10 indicadores). O 3DE é definido como $(1 - M_0)$. A seguir, são descritas as etapas para calcular o 3DE segundo Malapit *et al.*, (2019) e (Seymour *et al.*, 2023):

Etapa I: Identificação de inadequações

A inadequação faz menção ao desempenho de cada pessoa em relação aos indicadores Pro-WEAI, ou seja, para cada um dos 10 indicadores do 3DE, uma pessoa é identificada como adequada ou inadequada. A pessoa i é inadequada no indicador j se o seu nível de realização, X_{ij} , estiver abaixo do limite de adequação Z_j . Para cada pessoa em cada indicador, atribui-se um status de inadequação $g_{ij} = 1$, se $X_{ij} < Z_j$, e $g_{ij} = 0$, caso contrário.

Etapa II: Criação da pontuação de inadequação

Para cada pessoa, a pontuação de inadequação, c_i , é calculada pela soma do estado de inadequação de todos os indicadores, cada um multiplicado por seu peso (W_j) correspondente:

$$c_i = \sum_{j=1}^{12} w_j \times g_{ij}$$

No Pro-WEAI, todos os indicadores são igualmente ponderados, por tanto, $W_j = 1/10$. A pontuação de inadequação representa a parcela de indicadores em que uma pessoa é inadequada.

Etapa III: Identificação dos desempoderados

Para identificar quem é desempoderado, compara-se a pontuação de inadequação com o corte de impotência, $k \in (0,1)$. O corte de impotência é a parcela de inadequações (ponderadas) que um indivíduo deve ter para ser considerado sem poder. Assim, uma pessoa é identificada como sem poder se $ci > k$, e empoderado, caso contrário. No Pro-WEAI, k é definido em 0,25 e, portanto, uma pessoa é identificada como sem poder se for inadequada em pelo menos 3 dos 10 indicadores.

Etapa IV: Cálculo da taxa de contagem de pessoas desempoderadas

A percentagem de mulheres sem poder é dada por:

$$H_p = \frac{q}{n}$$

Onde:

q – representa o número de mulheres identificadas como sem poder; e

n - é o número total de mulheres

Etapa V: Cálculo da intensidade do desempoderamento

Para focar a medição na situação de desempoderados, censura-se as pontuações de inadequação. A pontuação de inadequação censurada, $ci(k)$, para o indivíduo i é igual à pontuação de inadequação se o indivíduo estiver sem poder (ou seja, se $ci > k$, então $ci(k) = ci$). A pontuação de inadequação censurada, $ci(k)$, é igual a zero se o indivíduo for empoderado (ou seja, se $ci \leq k$, então $ci(k) = 0$). A intensidade (ou amplitude) do desempoderamento (Ap) é a pontuação média de inadequação de mulheres sem poder:

$$A_p = \frac{\sum_{i=1}^n ci(k)}{q}$$

Etapa VI: Cálculo do índice de desempoderamento M0 e o 3DE

O $M0$ é calculado como o produto da taxa de contagem de pessoal desempoderado e a intensidade do desempoderamento: $M0 = Hp \times Ap$. Assim, o 3DE será obtido:

$$3DE = 1 - M0 = 1 - Hp \times Ap$$

Quanto ao GPI, este subíndice, se concentra na diferença entre as pontuações de inadequação da mulher elegível e de seu cônjuge dentro de cada domicílio. Em contraste com o 3DE, que se concentra nas pontuações de inadequação das mulheres e é baseado na amostra completa de mulheres, o GPI envolve o cálculo das pontuações de inadequação para homens e

mulheres e é baseado na amostra de domicílios com dois adultos (ou seja, composto por pelo menos uma mulher e um homem) (Malapit *et al.*, 2019).

A pontuação da desigualdade intrafamiliar é a diferença entre as pontuações de empoderamento de uma mulher e do seu parceiro, variando de -1 a +1. Uma pontuação positiva indica que o marido tem mais poder do que a esposa, uma pontuação 0 indica que não há diferença nas pontuações de empoderamento e uma pontuação negativa indica que a esposa tem mais poder do que o marido. Pontuações mais elevadas de desigualdade intrafamiliar indicam uma lacuna maior entre o empoderamento do marido e da mulher (Seymour *et al.*, 2023). E, para que se alcance a Paridade de Género num AF (Seymour *et al.*, 2023):

- A mulher deve estar empoderada (adequada em pelo menos 80% dos indicadores, ou seja, ter uma pontuação de empoderamento de 0,8 ou mais);
- A sua pontuação de empoderamento deve ser pelo menos igual à pontuação do seu parceiro. Ou seja:
- Um $GPI = 1$ representa igualdade de género.
- Um $GPI < 1$, significa que as mulheres estão menos empoderadas em relação aos homens.

As etapas para construir o GPI são descritas a seguir (Malapit *et al.*, 2019):

Etapa I: Censura das pontuações de inadequação para paridade de género

As pontuações de inadequação de homens ou mulheres que são empoderados, ou seja, cujas pontuações de inadequação são menores ou iguais ao corte de desempoderamento k , são substituídos pelo valor de k (em vez de zero como no cálculo do 3DE). A nova pontuação de inadequação censurada, denotada como $c'_i(k)$ e para diferenciá-la do 3DE, é definida da seguinte forma: $c'_i(k) = c_i$ se $c_i > k$, e $c'_i(k) = k$ se $c_i \leq k$.

Etapa II: Identificação das famílias sem paridade de género

Um agregado familiar carece de paridade de género se a mulher for desempoderada e sua nova pontuação de inadequação censurada é maior do que a nova pontuação de inadequação censurada de sua contraparte masculina. Formalmente, o domicílio j carece de paridade de género se:

$$c'_j(k)^W > k \text{ and } c'_j(k)^W > c'_j(k)^M, \text{ where } c'_j(k)^W \text{ and } c'_j(k)^M$$

são as pontuações de inadequação censuradas da mulher e do seu cônjuge, respectivamente. Em outras palavras, um domicílio é identificado como tendo alcançado a paridade de género se a mulher for empoderada ou, se ela não for empoderada, sua pontuação

de inadequação for igual ou menor que a do homem em sua casa.

Etapa III: Cálculo da proporção de domicílios sem paridade de género

A proporção de domicílios que carecem de paridade de género é dada por:

$$HGPI = r/m$$

Onde:

r - é o número de domicílios classificados como sem paridade de género; e

m - é o número total de domicílios com dois adultos na amostra.

Etapa IV: Cálculo da lacuna média de empoderamento

A lacuna de empoderamento captura a extensão da disparidade entre as pontuações de inadequação de mulheres e homens em domicílios que carecem de paridade de género. É calculado como a diferença relativa média nas pontuações de inadequação censuradas entre mulheres e homens que vivem em domicílios sem paridade de género:

$$IGPI = \frac{1}{r} \sum_{j=1}^r \frac{c_{j(k)}^W - c_{j(k)}^M}{1 - c_{j(k)}^M}$$

Assim, o GPI equivalente a um menos o produto da percentagem de mulheres que falta paridade de género e a lacuna média de empoderamento:

$$GPI = 1 - (HGPI \times IGPI)$$

E, o Pro-WEAI é calculado como a média ponderada dos subíndices 3DE (com um peso de 90%) e o GPI (com um peso de 10%):

$$\text{Pro-WEAI} = 0.9(3DE) + 0.1(GPI)$$

PARTE 2: ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL

2.9. Conceitos Operacionais: Pobreza, Equidade, Poder, Empoderamento e Monitoria

2.9.1. Pobreza

O objecto da pesquisa leva-nos à discussão não apenas do conceito de empoderamento, mas igualmente ao de pobreza, na medida em que a luta pela participação efectiva das mulheres em actividades agrícolas geradoras de rendimento tem como objectivo a erradicação da pobreza (Casimiro e Souto, 2010). Tradicionalmente, instituições como o Banco Mundial privilegiaram

abordagens baseadas na renda e no consumo, fixando linhas de pobreza, como a de 1 dólar/dia por pessoa, para distinguir indivíduos pobres e não pobres (Casimiro e Souto, 2010). No entanto, Amartya Sen (1976) um dos teóricos destacados na conceptualização, operacionalidade e desenho da metodologia para a medição da pobreza, introduziu uma crítica substantiva a esta abordagem ao argumentar que o progresso e o bem-estar não podem ser medidos apenas por rendimentos ou produtos per capita. Para o autor, a pobreza deve ser entendida a partir daquilo que as pessoas conseguem efectivamente fazer e ser com os recursos de que dispõem. Esta perspectiva das capacidades ampliou o entendimento da pobreza, integrando dimensões sociais, políticas e institucionais.

Rocha (2003) reforça esta crítica ao salientar que a definição de pobreza baseada exclusivamente na renda apresenta limitações, nomeadamente a dificuldade de estabelecer um limiar mínimo universal e absoluto. Casimiro e Souto (2010) aprofundam esta visão ao defender que a pobreza está profundamente ligada à falta de poder, autonomia e representação social. Assim, a pobreza não se resume à escassez material, mas inclui processos de exclusão social e limitações no exercício do *agency*. Deste modo, abordagens contemporâneas reconhecem a pobreza como um fenómeno multidimensional, no qual o empoderamento surge como uma dimensão central para a superação das privações económicas, sociais e políticas (Albuquerque e Cunha, 2012).

Portanto, neste estudo, a pobreza é entendida não apenas como a escassez de recursos financeiros e produtivos, mas também como restrições ao poder, à autonomia e às oportunidades das mulheres de exercer o *agency* para transformar de forma sustentável suas condições de vida e os meios de subsistência rurais. Esta definição é adoptada por ser compatível com a abordagem multidimensional do Pro-WEAI, permitindo analisar como a privação material e social influencia o empoderamento das mulheres na agricultura.

2.9.2. Equidade Social e de Género

A equidade constitui um conceito fundamental para a compreensão do empoderamento, especialmente em contextos caracterizados por desigualdades estruturais de género. Ao contrário da igualdade, que pressupõe tratamento idêntico entre indivíduos, a equidade reconhece que mulheres e homens partem de posições sociais, económicas e culturais distintas, exigindo medidas diferenciadas e compensatórias para garantir oportunidades reais e justas (León, 2001; UNICEF, 2021). Kabeer (2005) enfatiza que a equidade de género envolve a

remoção de barreiras sociais e estruturais que limitam o agency das mulheres, permitindo que tenham as mesmas oportunidades de influenciar decisões e controlar recursos.

O estudo alia-se a definição de Kabeer, pois, no contexto agrícola, a equidade assume um papel central, uma vez que as acções orientadas para o empoderamento procuram corrigir assimetrias de poder historicamente construídas, particularmente no acesso e controlo de recursos produtivos, na participação em processos decisórios e na autonomia económica. Deste modo, o empoderamento pode ser entendido como um processo intrinsecamente ligado à equidade social e de género, pois apenas através de condições equitativas é possível expandir o agency das mulheres e permitir que recursos se transformem em escolhas efectivas e realizações concretas. Portanto, a equidade de género é entendida como a forma de tratamento de mulheres e homens de acordo com as suas necessidades e condições específicas, reconhecendo que ambos têm os mesmos direitos, obrigações e oportunidades, mas que podem requerer medidas distintas para superar desigualdades históricas e estruturais.

2.9.3. Poder e Empoderamento

Segundo Kabeer (2001), o “poder” tem vários sentidos que incluem: “poder mandar”, “poder fazer ou agir” e “poder ser quem se deseja”. O “poder” está directamente ligado à capacidade de fazer escolhas importantes que levam a mudanças tanto na vida das pessoas como nas regras, instituições e nas relações entre homens e mulheres ou entre diferentes classes sociais. Para Léon (2001) e Arnfred (2001), o empoderamento contém a palavra “poder” e a sua utilização implica uma chamada de atenção sobre as relações de poder. Estes autores explicam que as mulheres se relacionam com o “poder” de diversas maneiras e a experiência revela que o “poder” pode ser uma fonte de opressão no seu abuso e uma fonte de emancipação no seu bom uso. As relações de poder, podem, assim, significar dominação, mas também desafio e resistência para com as fontes de poder existentes ou servir para obter controlo sobre elas, mas podem ser uma ferramenta para a construção de relações de género mais justas.

Entender os diferentes tipos de “poder” ajuda a compreender o empoderamento. Existem 2 tipos principais de “poder”: 1) poder sobre – por um lado pode significar dominar e impor decisões aos outros, por outro lado, a capacidade de mobilizar recursos, influenciar processos e estruturar relações sociais ou institucionais; e 2) poder positivo – o poder que se compartilha, favorece a todos e promove apoio mútuo. O poder positivo divide -se em 3 tipos: a) poder para - ligado à solidariedade e à transformação; b) poder com - construído em alianças e cooperação; e c) poder de dentro - vem da autoconfiança e da capacidade de mudar a própria visão da

realidade. É nesta noção de poder positivo onde o núcleo do conceito de empoderamento se encontra (León 2001).

Igualmente, é neste tipo de poder que o estudo se baseia por estar aliado ao Pro-WEAI, permitindo relacionar directamente os tipos de poder aos seus 3DE: o *intrinsic agency* – ligado ao “poder de dentro”, que reforça autoconfiança e percepção de valor próprio; o *instrumental agency* - correspondente ao “poder para”, que mede a capacidade de agir sobre recursos e oportunidades; e o *collective agency* - associado ao “poder com”, que captura a acção em grupo, alianças e cooperação. Desta forma, o Pro-WEAI avalia não apenas o acesso a recursos, mas também a capacidade efectiva das mulheres de agir, influenciar processos e transformar relações sociais, oferecendo uma visão completa do empoderamento no sector agrícola.

2.9.4. Empoderamento

O empoderamento é um conceito amplo que é usado de forma diferente por vários autores e que depende do contexto ou circunstância. Existem muitas definições na literatura, contudo, três definições comumente citadas são encontradas em Narayan (2002); Alsop *et al.* (2006) e Kabeer (1999; 2001). Narayan (2002) define empoderamento como o aumento de recursos e capacidade de pessoas pobres para participar, negociar, influenciar, controlar e responsabilizar instituições que afectam suas vidas, enfatizando quatro elementos principais de empoderamento: acesso à informação, inclusão e participação, responsabilização e capacidade organizacional local. Alsop *et al.* (2006) descrevem o empoderamento como a capacidade de um grupo ou indivíduo de fazer escolhas efectivas, ou seja, fazer escolhas e depois transformar essas escolhas em acções e resultados desejados. Essa definição tem duas componentes: 1) o *agency* de Amartya Sen (1989) – significa a capacidade de agir em nome do que se valoriza e se tem motivos para valorizar; 2) e a componente relacionada ao ambiente institucional, que oferece às pessoas a capacidade de exercer o *agency* de forma frutífera (Alkire, 2008; Ibrahim e Alkire 2007).

Kabeer (2001) define empoderamento como a expansão da capacidade das pessoas de fazerem escolhas estratégicas de vida, particularmente em contextos em que essa capacidade lhes foi negada. Tanto a definição de Kabeer quanto Alsop *et al.* incluem a capacidade de agir de acordo com as próprias escolhas. Todavia, a definição amplamente aceite é a definição de Kabeer, tendo influenciado o desenho de várias medidas sensíveis ao género como: Meinzen-Dick *et al.* (2019); Alkire *et al.* (2013). A autora identifica três componentes críticos do empoderamento: *agency*, recursos e conquistas (Figura 1). O *agency* representa os processos

pelos quais as escolhas são feitas e colocadas em prática. É, portanto, central para o conceito de empoderamento. Os recursos ajudam as pessoas a desenvolver a sua capacidade de agir e conquistas referem-se aos resultados do *agency* (Malapit *et al.*, 2017). Abaixo, cada uma dessas dimensões é descrita no contexto do empoderamento de acordo com Kabeer (2005):

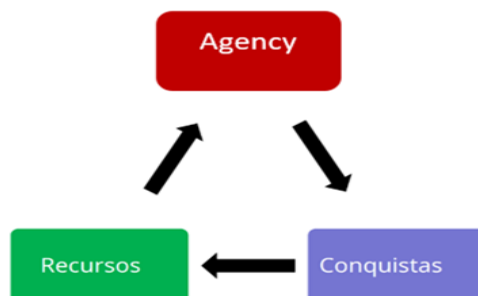


Figura 1- Componentes de Empoderamento Identificados por Kabeer

Fonte: Malapit *et al.* (2017)

a) *Agency*

O *agency* tem conotações positivas e negativas: seu sentido positivo (poder para) refere-se à capacidade das pessoas de fazer e agir de acordo com suas próprias escolhas, mesmo diante da oposição dos outros. Seu sentido negativo (poder sobre) refere-se à capacidade de alguns actores de se sobrepor o *agency* de outros por meio, por exemplo, do exercício da autoridade ou do uso da violência e outras formas de coerção. O empoderamento envolve não apenas a capacidade de fazer escolhas, mas também de agir de forma a desafiar as relações de poder. Como as crenças e valores influenciam a aceitação das desigualdades, o processo de empoderamento geralmente começa de dentro, isso inclui, além da tomada de decisões e acções visíveis, o significado, a motivação e os objectivos pessoais que as pessoas atribuem às suas acções. O empoderamento está profundamente relacionado à forma como as pessoas se veem e ao seu senso de autoestima, isso, por sua vez, está criticamente ligado à forma como eles são vistos por aqueles ao seu redor e pela sociedade.

b) Recursos

Os recursos constituem o meio pelo qual o *agency* é exercido. A sua distribuição ocorre através das diferentes instituições e relações sociais existentes. Nas instituições, alguns actores (chefes de família, líderes comunitários, directores, gestores, elites locais) ocupam posições privilegiadas que lhes conferem maior influência na interpretação e aplicação de regras e normas, detendo autoridade decisória em virtude do seu estatuto. Assim, a forma como os recursos são distribuídos depende da capacidade de quem tem poder de estabelecer prioridades

e de impor reivindicações, além de definir as condições de acesso a esses recursos. Nesse sentido, quando o acesso de uma mulher aos recursos se dá principalmente por meio da sua condição de membro dependente da família, o seu *agency* tende a ser significativamente limitado.

c) Conquistas/Realizações

Enquanto os recursos e o *agency* representam a capacidade que as pessoas têm de viver a vida que desejam. As conquistas referem-se ao quanto esse potencial é de facto alcançado, ou seja, aos resultados concretos das acções das pessoas. No empoderamento, essas realizações são avaliadas tanto pelas escolhas feitas quanto pelos efeitos dessas escolhas. Por exemplo, ter um emprego com salário pode ser visto, pelos ODS, como um sinal de empoderamento feminino. No entanto, isso só indica empoderamento de facto se a mulher escolheu esse trabalho como uma oportunidade de crescimento ou busca por independência e não por necessidade urgente ou falta de opção.

De modo geral, nesta pesquisa, o empoderamento é entendido como o processo pelo qual as mulheres aumentam a sua capacidade de decisão e *agency* sobre os recursos, oportunidades e processos que afectam as suas vidas, incluindo a participação económica, o acesso a recursos produtivos e a influência social e política. Esta definição é adoptada por alinhar-se à abordagem de Kabeer, que enfatiza o *agency* como um elemento central do empoderamento. Esta perspectiva é fundamental para o Pro-WEAI, pois permite avaliar não apenas a posse de recursos, mas também a capacidade efectiva das mulheres de utilizá-los e de influenciar os processos que determinam as suas condições de vida.

2.9.5. O Papel da Monitoria no Fortalecimento do Empoderamento

A monitoria é um processo sistemático, contínuo e orientado por evidências, que colecta e analisa dados sobre a execução, desempenho de um projecto/programa, com o objectivo de apoiar a tomada de decisões, melhorar a implementação e garantir a responsabilidade perante os objectivos estabelecidos (Kusek e Rist, 2004; Transform, 2017). Nesse sentido, é fundamental que os projectos adoptem práticas sistemáticas de monitoria orientadas por indicadores de género, pois, para o avanço do empoderamento, além de intervenções bem estruturadas, são necessários processos robustos de monitoria com foco no género e a monitoria não deve ser vista apenas como um mecanismo técnico, mas como uma ferramenta estratégica para assegurar que os projectos promovam mudanças reais nas relações de poder e ampliem as capacidades das mulheres. A ausência desses elementos compromete a

qualidade da colecta de dados, dificulta a sistematização das informações e enfraquece a monitoria dos projectos (PGEI, 2018; Transform, 2017).

Para Attah *et al.* (2015) um sistema de monitoria funcional fortalece os projectos ao permitir a avaliação contínua da sua eficácia, a documentação de lições aprendidas e a formulação de recomendações para sua continuidade ou reformulação. Além disso, identifica falhas em tempo real, possibilitando correções. A monitoria também reforça a prestação de contas e a legitimidade dos projectos, à medida que torna visíveis os resultados alcançados. No sector agrícola a monitoria tem se mostrado crucial não apenas para o sucesso técnico das intervenções, mas também para a promoção do empoderamento feminino. Estudos evidenciam que projectos com monitoria sistemática apresentam maior produtividade, melhor gestão de recursos e maior adaptabilidade às mudanças ambientais e do mercado (FAO, 2021). Um exemplo disso é a pesquisa realizada no Quênia, onde projectos com forte componente de monitoria mostraram resultados superiores em termos de resiliência das famílias e gestão eficiente dos recursos quando comparados a aqueles sem monitoria (Maitho e Kyalo, 2025).

No País, o MGCAS é o órgão que monitora as acções de empoderamento de acordo com os planos nacionais. Este órgão aponta que os instrumentos legais ainda se limitam a conferir igualdade de direitos entre homens e mulheres, pois, não consideram as desigualdades reais de poder nem garantem direitos específicos às mulheres. O país enfrenta desafios no reporte de resultados, apesar de avanços na recolha de dados e na capacidade de monitoria. No sector agrícola, por exemplo, os progressos são pouco visíveis, pois há dificuldades básicas como a desagregação de dados por sexo que ainda é muito limitada (MGCAS, 2022).

CAPÍTULO 3: METODOLOGIA

O capítulo descreve a metodologia adoptada para o alcance dos objectivos propostos. Iniciando-se com a caracterização da área de estudo e do projecto F2M, que fundamenta o contexto empírico da investigação. Em seguida são detalhados os procedimentos metodológicos, o tamanho da amostra e a amostragem, bem como os métodos e as técnicas de recolha de dados aplicadas. Por fim, apresentam-se os procedimentos de tratamento e análise dos dados e as limitações do estudo.

3.1. Localização Geográfica e Descrição da Área de Estudo

O estudo foi realizado no distrito de Magude pelo facto de este ser um distrito que está dentro da zona de influência do projecto F2M, e um dos requisitos imprescindíveis para a aplicabilidade do Pro-WEAI é que este deve ser testado em regiões que se encontram a beneficiar ou que já tenham beneficiado de um projecto agrícola com objectivos explícitos de empoderamento em pelo menos 2 a 5 anos. Entretanto, embora este horizonte temporal seja suficiente para avaliar ganhos na adequação dos indicadores Pro-WEAI, avaliações mais completas de empoderamento exigem mais tempo e continuidade das intervenções, por este ser um processo que se constrói de forma paulatina (IFPRI, 2018).

O distrito localiza-se na região norte da província de Maputo e dista 152 Km da cidade capital. A sua sede é a vila de Magude, tem limites a Norte com o distrito de Massingir (da província de Gaza), a Sul com o distrito de Moamba, a Leste com os distritos de Chókwé e Bilene Macia (província de Gaza), a Sudeste com o distrito de Manhiça e a Oeste é limitado por uma linha de fronteira com a província sul-africana de Mpumalanga.¹ Com uma superfície total de 6.654 km², que corresponde a 26,4% da área total da província, o distrito de Magude tem uma população estimada de 58.510 habitantes, segundo o censo demográfico de 2017.² Segundo a classificação de Köppen, Magude é caracterizado por um clima subtropical seco com uma temperatura média anual que oscila entre 22°C e 24°C no inverno e no verão. As temperaturas registradas de janeiro a novembro variam de 17°C a 28°C, sendo que o mês mais quente é fevereiro, e julho, o mais frio. A pluviosidade anual varia de 600 mm a 800 mm, o distrito é composto por terras agrícolas e florestas secas no interior e, no entorno, pela existência de extensas áreas planas na sua maioria com cotas inferiores a 100 m, e as restantes

¹ Perfil do distrito de Magude. Disponível em: <https://www.pmaputo.gov.mz/por/A-Provincia/Perfis-Distritais/Magude>

² Instituto Nacional de Estatística (INE). Disponível em: <https://www.ine.gov.mz>

oscilando entre os 100 m e 200 m, e, ao longo das margens do rio Incomáti, possui solos férteis que favorecem a prática de agricultura (Saide, 2020).

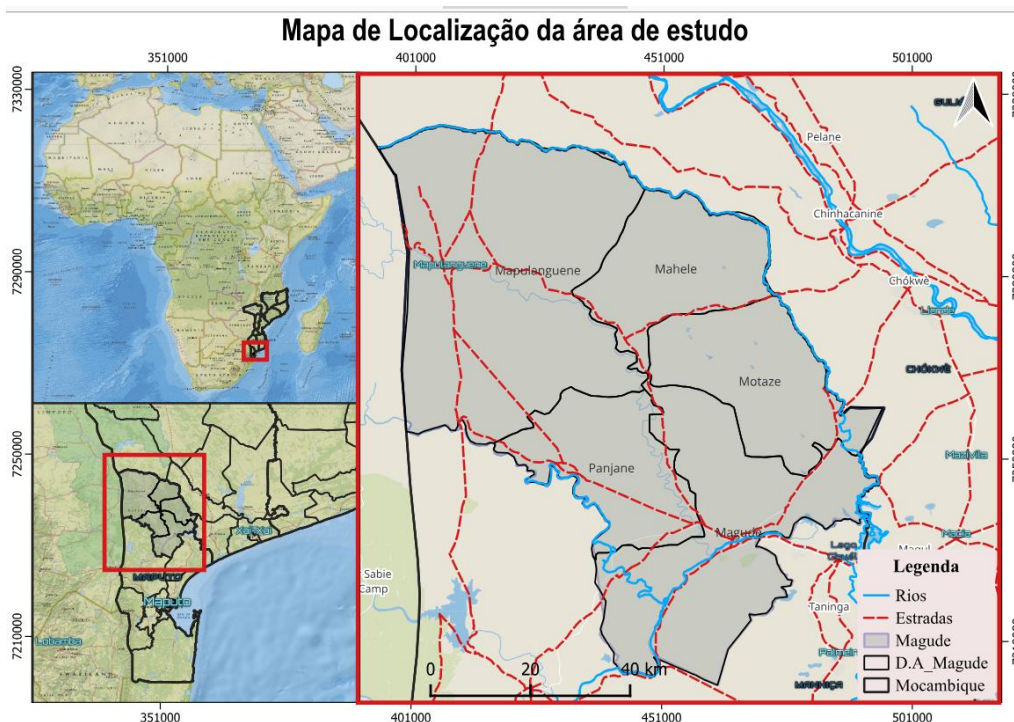


Figura 2- Mapa da Área de Estudo

Fonte: CENACARTA (2019)

3.2. Breve Descrição do Projecto F2M

O F2M é um projecto lançado em 2022 de apoio as associações agrícolas e jovens produtores dos distritos de Magude, Manhiça e Moamba, promovendo a sustentabilidade económica, ambiental e a inclusão social e de género. Foi implementado pela Helpcode, uma ONG sediada em Marracuene, que actua em assistência social, gestão de emergências, educação, água e saneamento, segurança alimentar e nutricional. Embora o projecto seja recente, a organização trabalha no sector desde 2016 e em Moçambique desde 1988, com foco no desenvolvimento rural e na resiliência comunitária, promovendo o acesso à educação e apoiando associações de produtores na adaptação às mudanças climáticas, com atenção especial a crianças, jovens e mulheres. O F2M visava beneficiar directamente 26 associações de pequenos produtores (1004 beneficiários) e 90 jovens, dos quais 50 % eram mulheres.

O F2M tinha como principais objectivos: contribuir para a melhoria da qualidade de vida das famílias rurais em termos de segurança alimentar e estabilidade socioeconómica a partir de actividades agrícolas resilientes e sustentáveis através do reforço do sector com vista

à adaptação às alterações climática; aumentar as oportunidades de acesso ao mercado para produtores membros de associações, com enfoque nos jovens; aumentar a produtividade agrícola; reduzir as perdas de produção e aumentar as competências técnicas dos beneficiários. Com vista a melhorar a capacidade das associações através da disponibilidade de infraestruturas e serviços para agricultura a nível distrital; reduzir as perdas da produção; prover formações em conservação, processamento e comercialização; melhorar as competências técnicas dos jovens no sector agrícola e estimular o autoempoderamento.

3.3. Abordagem da Pesquisa

O estudo, baseou-se numa abordagem mista (combinação dos métodos quantitativo e qualitativo) para permitir uma compreensão mais abrangente e profunda do local de estudo e trazendo vantagens como (Gil, 2008; Martins, 2007):

- **Complementaridade:** enquanto os dados quantitativos medem o grau de empoderamento com base em indicadores específicos, os dados qualitativos ajudam a compreender as razões por trás dos números, revelando experiências pessoais, percepções e dinâmicas sociais que não são captadas por escalas padronizadas.
- **Triangulação:** permite que os resultados qualitativos reforcem ou expliquem achados quantitativos, aumentando a credibilidade e robustez das conclusões.
- **Flexibilidade de análise:** a abordagem adoptada permitiu realizar análises estatísticas com facilidade, possibilitando a validação de resultados. Esta abordagem, permitiu ainda, colher por meio de questionários individuais, guiões de entrevista a informantes-chave e grupos de discussão, os seguintes tipos de dados: dados quantitativos - perfil sociodemográfico dos membros das associações desagregados por género que beneficiaram do projecto e indicadores de empoderamento. Dados qualitativos - percepções, narrativas e experiências locais sobre empoderamento; abordagem, desafios, resultados alcançados e linhas de intervenção do projecto F2M.

3.4. Grupo Alvo

Embora o projecto possua um grupo alvo diversificado, o estudo foca-se apenas nas mulheres por estas enfrentarem formas mais acentuadas de marginalização social, económica e política e o empoderamento é visto como veículo para alcance de um desenvolvimento mais equitativo (Sharma *et al.*, 2020; Srivastava e Srivastava, 2017; MGCAS, 2022; UNAC, 2024). Esta escolha, fundamenta-se também nos ODS, em particular no ODS 5. Entretanto, para o

caso das mulheres casadas ou em uniões de facto, os seus cônjuges também foram incluídos como parte do estudo, para ajudar na determinação do subíndice GPI.

3.5. Tamanho da Amostra e Amostragem

3.5.1. Determinação do Tamanho da Amostra

O tamanho da amostra (n) foi obtido com base na seguinte equação:

$$n = \frac{Z^2 \times P \times Q \times N}{e^2 (N - 1) + Z^2 \times P \times Q}$$

Onde:

N = tamanho da população ($N = 244$); Z = abscissa da normal padrão ($Z = 95 \% = 1,96$); P = estimativa da proporção ($p = 0,5$); $Q = 1 - P (0,5)$; e e = erro amostral (5%). O cálculo resultou numa amostra total de **150** indivíduos, dos quais **148** foram efectivamente seleccionados e entrevistados em intervalos de 2 em 2 indivíduos ($N/n = 244 / 150 = 1.6 \cong 2$) (Bolfarine e Bussab, 2005), devido a ausência e incompatibilidade de tempo com os restantes. A sua distribuição é apresentada na Tabela 3.

Tabela 3- Distribuição da Amostra

Associação	Chichach anduco	Chobela	Conjanin e	Graça Machel	Khanima mbo	Zama-zama	Total
Nr. total de membros da associação (N)	43	30	42	56	23	50	244
Amostra (n) ³	26	19	26	34	14	31	150

3.5.2. Procedimentos de Amostragem

A amostra do estudo quantitativo, baseou-se no método de amostragem aleatória estratificada proporcional, justificado pela heterogeneidade da população e pela sua organização natural em associações agrícolas distintas. Embora todas as associações tenham beneficiado de forma semelhante do projecto F2M, estas diferem significativamente quanto ao número total de membros, à composição interna (tipo de liderança) e ao perfil sociodemográfico dos participantes. Estas diferenças estruturais constituem o argumento central para a adopção da estratificação, uma vez que a utilização de uma amostragem aleatória

³ A estratificação ou o tamanho da amostra por associação foi obtido através da seguinte equação: $n/N * \text{nr. de membros em cada associação}$

simples poderia introduzir enviesamentos, favorecendo associações mais numerosas em detrimento das de menor dimensão.

Neste sentido, cada associação foi considerada um estrato independente, permitindo assegurar que todas estivessem adequadamente representadas na amostra, em proporção ao seu peso total na população. A proporcionalidade contribuiu para o aumento da precisão das estimativas e para o reforço da validade dos resultados, ao garantir que a estrutura da amostra reflectisse fielmente a estrutura da população-alvo. De seguida, recorreu-se à amostragem sistemática dentro de cada estrato. Para o efeito, os membros foram listados em ordem alfabética e seleccionou-se periodicamente um elemento a cada dois, considerando um intervalo aproximado de $N/n \approx 2$. Esta técnica é particularmente recomendada para populações ordenadas, por assegurar uma selecção regular e imparcial dos participantes, minimizando interferências do investigador no processo de escolha (Bolfarine & Bussab, 2005).

O estudo qualitativo, baseou-se na amostragem intencional, orientada pela relevância e pelo conhecimento dos sujeitos, pela necessidade de aprofundar percepções, experiências e dinâmicas associadas ao empoderamento e às intervenções do projecto F2M. Assim, realizaram-se entrevistas não estruturadas com 10 informantes-chave (4-líderes das associações, 5-extensionistas e 1-gestor do F2M), seleccionados com base na sua função e experiência. Estes informantes contribuíram para a identificação e selecção dos participantes dos grupos de discussão. Adicionalmente, foram conduzidos seis grupos de discussão, com 8 a 13 participantes, seleccionados de forma intencional entre os membros das associações, considerando critérios como sexo, faixa etária e disponibilidade. A separação dos grupos por sexo e idade visou promover a participação activa e a livre expressão dos participantes. Deste modo, enquanto a amostra quantitativa visou a representatividade estatística, a qualitativa privilegiou a profundidade e diversidade das informações recolhidas, complementando os resultados quantitativos e reforçando a compreensão dos fenómenos analisados.

3.6. Métodos, Instrumentos e Técnicas de Recolha de Dados

A recolha de dados envolveu o uso combinado de questionários, entrevistas semiestruturadas e pesquisa bibliográfica, articulados conforme os objectivos específicos do estudo:

- 1. Pesquisa bibliográfica:** incidiu sobre relatórios do projecto F2M, documentos institucionais, políticas públicas e literatura científica relacionada com o Pro-WEAI e o empoderamento feminino no sector agrícola. A revisão da literatura foi conduzida de forma sistemática, recorrendo a bases de dados científicas reconhecidas, nomeadamente: Elsevier,

Web of Science, ScienceDirect, Google Scholar e SciELO, privilegiando artigos científicos com revisão de pares. Adicionalmente, foram consultados repositórios e plataformas de organizações internacionais relevantes para o tema, incluindo a FAO, o IFPRI, o Banco Mundial e a ONU Mulheres, bem como documentos oficiais do Governo de Moçambique, tais como políticas públicas, estratégias sectoriais e planos nacionais relacionados com agricultura, género e empoderamento das mulheres. A pesquisa bibliográfica privilegiou, essencialmente, publicações em inglês, utilizando descritores como “*Pro-WEAI, women’s empowerment, gender equality e women in agriculture*”.

2. **Visita exploratória:** mapeamento das associações e aplicação de pré-teste dos instrumentos de recolha para verificação da clareza e tempo de resposta.
3. **Colecta de dados em campo:** aplicação de 148 (120 mulheres e 28 homens) questionários, realização de entrevistas com 10 informantes-chave e 6 grupos de discussão, com 8 a 13 participantes por grupo. Ao todo foram realizados 3 grupos de discussão apenas com mulheres, 2 grupos mistos e 1 grupo com jovens. Não foi possível realizar grupos de discussão com homens apenas pois estes mostravam-se indisponíveis para tal efeito.

Tabela 4- Número de Participantes dos Grupos de Discussão Desagregado por Sexo

Local	Número de participantes		
	Mulheres	Homens	Total
Chichachanduco	13	0	13
Chobela	13	0	13
Conjanine	7	4	11
Graça Machel	7	5	12
Khanimambo	9	3	12
Zama-zama	8	0	8
Total	57	12	69

3.6.1. Objectivo I: Testagem do Pro-WEAI e Respective Indicadores no F2M

Para a operacionalização do objectivo I, seguiram-se, os seguintes passos: definição dos indicadores com base na análise conceptual dos indicadores apontados na revisão bibliográfica sobre o Pro-WEAI e em função dos objectivos do projecto F2M, descrição dos indicadores em função do tipo e fonte de informação e instrumento de recolha de dados (vide o Quadro 4 no Anexo 1) e formulação das perguntas do inquérito e aplicação prática dos questionários.

3.6.2. Objectivo II: Exame Crítico da Aplicabilidade do Pro-WEAI em Captar os Indicadores de Empoderamento em Contextos Particulares

Para a operacionalização do objectivo II foi necessário identificar as lacunas no empoderamento das mulheres (descrição dos indicadores e domínios que mais contribuem no

desempoderamento), para isto, determinou-se a proporção de mulheres desempoderadas em cada indicador do Pro-WEAI. De seguida, através da análise de contribuição ponderada⁴, determinou-se o contributo/peso relativo de cada indicador e 3DE no desempoderamento das mulheres, possibilitando compreender quais dimensões exercem maior peso na composição global do índice de desempoderamento para orientar intervenções mais focalizadas nos domínios críticos. Recorreu-se, ainda, a análise de associação para descrever a relação das categorias-chave e os indicadores Pro-WEAI com o empoderamento das mulheres. Por fim, analisou-se a adequação metodológica e operacional (os ajustes feitos antes e durante a aplicação em campo) do Pro-WEAI no contexto local de Magude.

3.6.3. Objectivo III: Discussão das Lições e Implicações da Aplicação do Pro-WEAI na Monitoria do Empoderamento das Mulheres em Contextos Locais Específicos

Para operacionalizar este objectivo, foi necessário, extrair evidências e recomendações práticas sobre o uso do Pro-WEAI na monitoria de projectos de empoderamento feminino, para isto, foi necessário documentar as lições aprendidas com a aplicação do pró-WEAI em Magude, por meio da triangulação dos resultados quantitativos e qualitativos e análise de conteúdo temática, destacando as vantagens do índice, desafios/limitações e adaptações necessárias.

3.7. Tratamento e Análise de Dados

3.7.1. Objectivo I: Testagem do Pro-WEAI e Respective Indicadores no F2M

Após a colecta, procedeu-se com a limpeza e armazenamento dos dados no programa Microsoft Excel versão 2021. De seguida os dados foram exportados para o software SPSS versão 25.0, onde procedeu-se com os cálculos. Recorreu-se a análise de associação baseado no Teste de Qui-Quadrado de Pearson para saber se as variáveis estão correlacionadas ou não, pois uma alta correlação entre variáveis independentes pode resultar em um peso implícito maior do que o pretendido. O ideal é que essas variáveis sejam fracamente correlacionadas entre si, o que ajuda a reduzir o Factor de Inflação de Variância (VIF). Um VIF elevado (acima de 2,5 a 5) indica presença de multicolinearidade, o que pode resultar na diminuição da significância estatística dos coeficientes e na dificuldade de estimar com precisão a associação entre cada variável independente com a dependente (Hair *et al.*, 2019; Malapit *et al.*, 2019).

⁴ **Análise de contribuição ponderada** - mostra quanto cada indicador contribui para o índice de desempoderamento (MO), considerando tanto a proporção de mulheres inadequadas em cada um dos 10 indicadores quanto à importância (ou peso) que o indicador tem dentro dos 3DE (Seymour *et al.*, 2023)

3.7.2. Objectivo II: Exame Crítico da Aplicabilidade do Pro-WEAI em Captar os Indicadores de Empoderamento em Contextos Particulares

Após a identificação das lacunas no empoderamento das mulheres e sua transcrição em gráficos, procedeu-se com a análise de associação, para complementar o teste de qui-quadrado, baseando-se no Coeficiente Phi para estimar a intensidade da relação entre as variáveis (Kotrlík *et al.*, 2011). A interpretação do coeficiente Phi, assemelha-se ao coeficiente de correlação de Pearson, com valores que variam de -1 a +1, sendo, -1 (o indicativo de uma associação negativa perfeita, +1 (associação positiva perfeita) e 0 indica a ausência de associação entre as variáveis (Tabela 5) (Kotrlík *et al.*, 2011).

Tabela 5- Interpretação do Coeficiente phi

Intervalo de classificação	Tipo de associação
$0 \leq \varphi < 0,20$	Fraca
$0,20 \leq \varphi < 0,40$	Moderada
$0,40 \leq \varphi < 0,80$	Forte
$0,80 \leq \varphi < 1$	Muito forte
$\varphi = 1$	Perfeita

Fonte: Kotrlík *et al.* (2011)

Dado que a variável dependente é de natureza dicotômica ou binária, para complementar a análise, foi usado o Modelo de Regressão Logística, que é uma técnica que permite estimar a probabilidade associada a ocorrência de determinado evento face a um conjunto de variáveis independentes ou explanatórias, que podem ser categóricas ou não (Kim, 2017). O modelo de regressão logística é dado por:

$$\text{Log} [\pi / (1 - \pi)] = \alpha + \beta_1 x_1 + \beta_2 x_2 + \beta_3 x_3 + \dots + \beta_n x_n + \varepsilon$$

Onde:

$[\pi / (1 - \pi)]$ = Odds de sucesso – a probabilidade de ser e não ser empoderado

X1 – Idade; **X2**- Sexo; **X3** – Educação; **X4** – Estado civil; **X5** – Religião; **X6** - Autonomia na renda; **X7** - Auto-Eficácia; **X8** - Atitudes sobre a VBG; **X9** - Participação nas decisões de subsistência; **X10** - Propriedade de terras e outros bens; **X11** - Acesso e decisão sobre serviços

financeiros; **X12** - Controlo sobre o uso da renda; **X13** - Equilíbrio de trabalho; **X14** – Visita a locais importantes **X15** - Associação ao grupo; ϵ – erro padrão.

3.7.3. Objectivo III: Discussão das Lições e Implicações da Aplicação do Pro-WEAI na Monitoria do Empoderamento das Mulheres em Contextos Locais Específicos

A análise consistiu no cruzamento (triangulação) dos resultados quantitativos do Pro-WEAI (índice agregado e desagregado) e dos respectivos indicadores (como estes captaram ou não o empoderamento e as realidades socioculturais vivenciadas pelas mulheres em Magude), com os resultados qualitativos obtidos em entrevistas, grupos de discussão e na revisão documental, de modo a estabelecer uma relação interpretativa entre as dimensões numéricas e as percepções expressas pelas participantes. Os dados qualitativos, por sua vez, foram tratados por meio da análise de conteúdo temática (vide o Quadro 5 do Anexo 1) segundo Bardin (2016). O processo seguiu três etapas: 1) pré-análise - transcrição das entrevistas realizadas com os informantes-chave e os Grupos de Discussão; 2) categorização - agrupamento da informação em categorias e temáticas e 3) análise e interpretação, para identificar padrões e conexões nas respostas.

No entanto, embora o estudo adopte uma abordagem mista, não foram incluídas todas as dimensões do Pro-WEAI quantitativo na componente qualitativa. Esta opção, justifica-se pelo facto da abordagem mista no Pro-WEAI não pressupor, necessariamente, a duplicação integral das dimensões em ambos os métodos, mas sim a sua complementaridade, em que o quantitativo assegura a medição estruturada do empoderamento o qualitativo contribui para a compreensão aprofundada dos significados, percepções e contextos que influenciam esses resultados (Alkire *et al.*, 2013; Meinzen-Dick *et al.*, 2019). Por tanto, a análise qualitativa adoptada não teve como objectivo replicar integralmente a componente qualitativa, mas sim aprofundar e contextualizar algumas dimensões do empoderamento feminino mais influenciadas por factores socioculturais e menos captáveis por indicadores quantitativos, privilegiando aspectos como dinâmicas de poder, tomada de decisão, autonomia no uso da renda, divisão de tarefas e papéis de género, mobilidade, e percepções sobre a VBG.

3.8. Limitações do Estudo

Uma das principais limitações deste estudo reside no facto de não terem sido incluídas associações localizadas fora da área de influência do projecto F2M, as quais poderiam servir como grupo de controlo. As associações analisadas estavam inseridas em iniciativas de desenvolvimento em curso ou já implementadas, o que implica que os níveis de

empoderamento observados podem ter sido influenciados por intervenções anteriores. Esta condição limita a capacidade de isolar o efeito específico do contexto associativo sobre os níveis de empoderamento encontrados, uma vez que os resultados podem reflectir não apenas a dinâmica interna das associações, mas também a influência acumulada de diferentes projectos. Adicionalmente, o estudo foi conduzido com um número reduzido de beneficiários, decorrente de limitações de ordem financeira e logística, o que restringe ainda mais a generalização dos resultados para outros contextos, particularmente para associações que não beneficiam de apoio externo. Ainda assim, procurou-se mitigar estas limitações através da diversificação das associações incluídas dentro da área de influência do F2M, assegurando a representação de diferentes realidades locais.

Pelo facto do Pro-WEAI ser um instrumento novo e complexo, no contexto aplicado, onde havia pouca familiaridade com seus conceitos e estrutura, a tradução dos questionários para língua local trouxe riscos de subjectividade e de diferentes interpretações que podem alterar o significado das perguntas e afectar as respostas obtidas. Para reduzir estes riscos, foi realizado um pré-teste com os questionários na língua local para verificar a clareza das questões e corrigir quaisquer inconsistências. Para reduzir o risco de viés de respostas, durante as entrevistas foram adoptadas medidas para criar um ambiente mais seguro e de confiança, incentivando respostas sinceras dos participantes, nomeadamente, a realização das entrevistas em espaços reservados sem a influencia de terceiros, utilização de códigos em substituição dos nomes reais, a explicação prévia do carácter voluntário da participação e da confidencialidade das respostas.

Devido aos desafios identificados no cálculo do subíndice GPI, nomeadamente a ausência dos cônjuges do sexo masculino no momento da recolha de dados e a prevalência de uniões poligâmicas, foi necessária uma adaptação metodológica do instrumento. Embora o GPI seja originalmente aplicável apenas a domicílios com casais monogâmicos, o instrumento foi ajustado para incluir domicílios em uniões poligâmicas, considerando-se, para efeitos de cálculo, apenas a primeira esposa. Esta adaptação foi realizada de forma criteriosa e cautelosa, procurando minimizar potenciais vieses e sem comprometer a integridade do estudo.

CAPÍTULO 4: RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo apresenta e analisa os resultados obtidos no âmbito do estudo, estruturados em três subcapítulos de acordo com os objectivos da investigação. Esta organização visa assegurar uma abordagem sistemática, permitindo uma análise aprofundada e uma discussão crítica de cada dimensão estudada.

4.1. Testagem do Pro-WEAI no Contexto Moçambicano: Caso do Projecto F2M

A secção inicia com a descrição das acções do F2M focadas no empoderamento, de seguida é apresentado o perfil do grupo alvo, onde, se analisa: a idade, sexo, estado civil, religião e nível de escolaridade. Por fim são apresentados os principais resultados dos indicadores testados e considerados no cálculo do Pro-WEAI.

4.1.1. Acções e Abordagens do F2M Orientadas para o Empoderamento das Mulheres

O Quadro 6 do Anexo 1 apresenta uma análise resumida e detalhada das principais linhas de intervenção do projecto F2M, evidenciando o modo como cada acção contribui para o fortalecimento da sustentabilidade produtiva, ambiental e social, com enfoque particular no empoderamento económico e social das mulheres rurais. A sistematização das informações permite compreender o que o projecto fez, como fez e com que finalidade, destacando as metodologias e abordagens utilizadas, as tecnologias disseminadas e os efeitos esperados.

4.1.2. Descrição do Perfil do Grupo Alvo

No total foram entrevistados 148 beneficiários, dos quais 81% do sexo feminino e 19% do sexo masculino. Os dados revelam que a maioria dos beneficiários do projecto são mulheres na faixa etária entre os 36-59 anos de idade (33%) e idosas entre os 60 anos ou mais (27%). Os homens, na sua maioria, são igualmente adultos entre os 36-59 anos (14%). Verifica-se, uma fraca presença de jovens entre os 18-35 anos, em ambos sexos, embora este grupo fosse o foco inicial do projecto (Figura 3). A fraca presença de jovens nas associações, foi justificado pelo facto de este grupo, entender que a actividade agrícola é um trabalho que exige muito esforço e pouca recompensa, o que faz com que os jovens procurem por oportunidades fora do campo (nas vilas, cidades e na vizinha África do Sul) com rendimentos maiores e retornos imediatos.

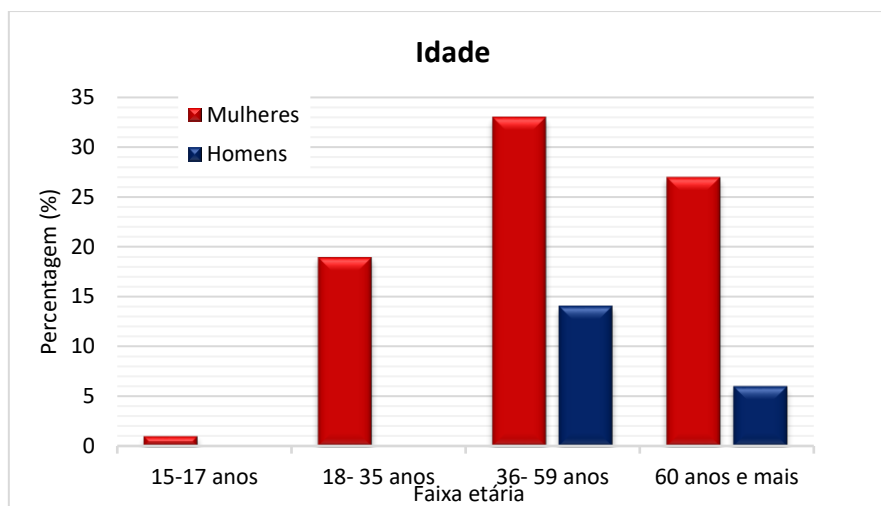


Figura 3- Faixa Etária do Grupo Alvo

Das mulheres 61% eram casadas (Figura 4), contudo, apenas em 19% dos casos foi possível entrevistar os cônjuges, pois estes, na sua maioria encontram-se a trabalhar fora, na vizinha África do Sul e na Açucareira de Xinavane. E, porque, de entre as mulheres casadas, parte delas encontravam-se em relações poligâmicas, ou seja, haviam domicílios em que 1 homem estava para 2 mulheres e outros com 1 homem para 3 mulheres. Estes achados corroboram com o estudo de Galatas *et al.* (2020), intitulado “*Demographic and health community-based surveys to inform a malaria elimination project in Magude district, southern Mozambique*” onde constatou-se que pouco mais de 60% das mulheres e homens de Magude eram casados ou encontravam-se em união de facto, e 3% dos homens casados assumiram que praticavam a poligamia.

A impossibilidade de entrevistar todos os cônjuges e a presença de casais poligâmicos, teve implicações directas no cálculo do GPI, uma vez que este indicador requer informação emparelhada de um homem e de uma mulher pertencentes ao mesmo domicílio (Malapit *et al.*, 2019; Seymour *et al.*, 2023). A ausência dos cônjuges, aliada à presença da poligamia, reduziu o número de domicílios elegíveis para o cálculo do GPI, comprometendo a comparabilidade plena entre homens e mulheres e limitando a representatividade deste subíndice no estudado. Consequentemente, o GPI calculado deve ser interpretado com cautela, uma vez que reflecte apenas os domicílios onde foi possível obter dados completos de ambos os membros do casal. No que respeita aos indicadores de empoderamento das mulheres, embora estes possam ser analisados de forma individual e permaneçam válidos para caracterizar os níveis de empoderamento feminino, a ausência da perspectiva masculina limita a análise relacional e comparativa, especialmente nos domínios associados à tomada de decisão, controlo de recursos

e divisão de trabalho. Assim, os resultados obtidos captam de forma mais robusta o empoderamento individual das mulheres do que a paridade de género no seio do domicílio.

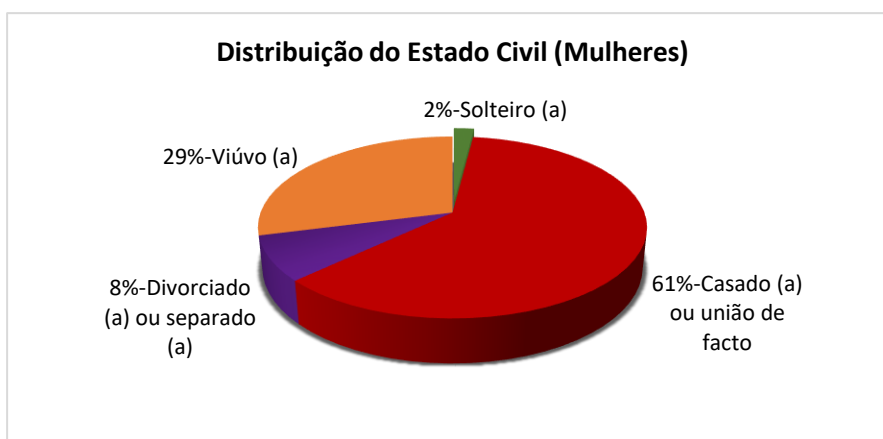


Figura 4- Distribuição do Estado Civil

Tanto as mulheres (99,17%) quanto os homens (96,43%) pertencem, na sua maioria, à religião cristã. Pouco mais de 60% das mulheres e dos homens frequentaram o nível primário (Figura 5), embora a maior parte tenha relatado que não concluiu todas as classes. Nota-se ainda, um elevado número de mulheres e homens sem nenhuma escolaridade, o que segundo os gestores e técnicos de campo tem dificultado a assimilação da informação que é dada nas capacitações. Estes níveis baixos de literacia, são vistos ainda com uma lacuna na capacidade de leitura dos beneficiários, pois, mesmo entre os que frequentaram o ensino secundário, há fraca capacidade de leitura e compreensão, mesmo com os esforços que são feitos de transcrever os panfletos e cartazes na língua local.

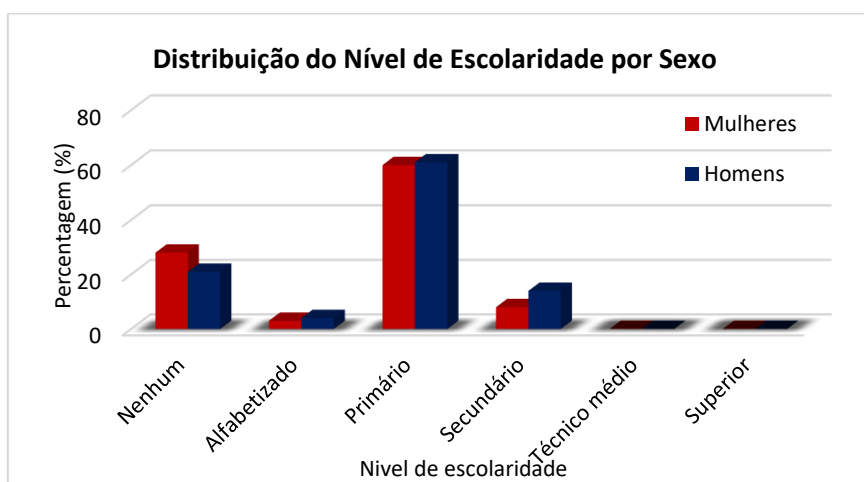


Figura 5- Distribuição do Nível de Escolaridade por Sexo

Adicionalmente, analisou-se a adequação das abordagens de comunicação e interacção adoptadas pelo F2M à luz do perfil dos beneficiários, pois, esta discussão não pode estar dissociada da análise de empoderamento. Analisou-se se o projecto observou o baixo nível de literacia dos beneficiários e como salvaguardou o direito de equidade no acesso à informação e intervenção. Pois entende-se que a capacidade dos beneficiários de compreender, decidir e agir com base nas informações que recebem, está directamente ligada à forma como essas informações são transmitidas. E, o empoderamento passa, necessariamente, pela consolidação de estratégias inclusivas e culturalmente adaptadas de comunicação e formação (Servaes, 2008). A análise qualitativa revelou que o projecto procurou incorporar elementos para maior participação dos beneficiários com a inclusão de técnicos do SDAE, uso de panfletos traduzidos, CDRs, CMs e formação de jovens para actuarem como facilitadores locais.

No entanto, a prática, mostrou desafios de compreensão, pois, a linguagem técnica usada nas capacitações, mesmo quando acompanhada de materiais traduzidos, nem sempre resultava numa assimilação efectiva da mensagem transmitida, por exemplo, um dos entrevistados que encontrava-se a beneficiar de um formação relatou que não entendia entre muitos outros termos, o que significavam “alfobres”, entretanto, através dos CDRs a compreensão tornou-se fácil ao aperceber-se que alfobres, podiam significar bacias localmente usadas para a germinação de sementes. Os CDRs permitiram uma maior compreensão das informações transmitidas mesmo entre aqueles com dificuldades de leitura, pois os beneficiários observavam, em tempo real, a aplicação das técnicas promovidas pelo projecto.

De modo geral, o perfil do grupo alvo é marcado pela predominância de adultos, idosos e baixa participação de jovens, baixos níveis de escolaridade, adesão maioritária a religião cristã e relações conjugais de poligamia. Este perfil revela um conjunto de factores que se não forem considerados, podem limitar significativamente o impacto dos projectos. E, porque estes factores influenciam directamente o empoderamento, reforçando desigualdades sociais e de género, o perfil será usado de forma a contrastar e reforçar os argumentos dos resultados que serão apresentados ao longo dos próximos subcapítulos.

4.1.3. Principais Resultados dos Indicadores Considerados no Cálculo do Pro-WEAI

A Tabela 6 resume os principais resultados do Pro-WEAI diferenciando os dados entre mulheres e homens (3DE) e considerando casais (GPI). A análise individual aplicou o subíndice 3DE para medir o empoderamento de cada pessoa com base em 10 indicadores (autonomia na renda, auto-eficácia, atitudes sobre a VBG, participação nas decisões de

subsistência, propriedade de activos, acesso e decisão sobre serviços financeiros, controlo sobre o uso da renda, equilíbrio de trabalho, visita a locais importantes e associação em grupo). O GPI foi aplicado para os AFs com casais e nos AFs não monogâmicos apenas a primeira esposa foi considerada no cálculo e as demais foram incluídas no cálculo do 3DE.

Tabela 6- Resultados Agregados do Pro-WEAI

	Resultados	
	Mulheres	Homens
Número de observações (n)	120	28
% de pessoas desempoderadas (Hp)	51%	18%
% de pessoas que alcançaram o empoderamento	49%	82%
Intensidade (ou amplitude) do desempoderamento (Ap)	37%	30%
Índice de desempoderamento (M0)	0,19	0,05
Subíndice 3DE (1-M0)	0,81	0,95
Resultados para AFs com dois adultos (homem e mulher)		
Número de AFs com dois adultos (homem e mulher)	28	
% de AFs sem paridade de género (HGPI)	61%	
% dos que alcançaram a paridade de género	39%	
Lacuna média de empoderamento (IGPI)	19%	
Subíndice de paridade de género (GPI)	0,88	
Pro-WEAI	0,82	

Intensidade ou amplitude de desempoderamento (Ap)

A pontuação média de desempoderamento entre as mulheres desempoderadas é de 37%, isto reflecte a intensidade ou amplitude do desempoderamento entre elas ou o quão distantes/perto as mulheres desempoderadas estão de se tornarem empoderadas.

Índice de desempoderamento (M0)

O M₀ (0,19) indica que em média, 19% das dimensões do empoderamento avaliadas pelo Pro-WEAI ainda não são alcançadas pelas mulheres, ou seja, as mulheres estão desempoderadas em 19% dos indicadores essenciais (Quadro 2; Figura 7), e empoderadas em 81% dos mesmos. Um índice de 0,19 indica um nível moderado de desempoderamento. Estudos que testaram o Pro-WEAI em contextos rurais africanos apresentam M₀ entre 0,15 e 0,30 (Malapit *et al.*, 2020). Assim, um valor de 0,19 coloca este grupo dentro da média, mas indica que há espaço substancial para melhoria.

Subíndice dos três domínios de empoderamento (3DE)

Os 3DE reflectem dois elementos essenciais, a incidência do empoderamento (percentagem de empoderados) e o quão perto os desempoderados estão de se tornarem empoderados (intensidade do desempoderamento). A diferença entre as pontuações agregadas dos 3DE das mulheres (0,81) e dos homens (0,95) revela desigualdades. Enquanto os homens são empoderados ou mais próximos (30%) de alcançar esse estatuto, 51% das mulheres são desempoderadas, com um grau de afastamento mais acentuado (37%). Estes dados e os dados qualitativos (Quadro 2) convergem para demonstrar que o empoderamento das mulheres neste contexto está condicionado por normas sociais que reforçam a autoridade masculina e limitam o *agency* das mulheres.

Ainda que as mulheres tenham alcançado o limiar do índice (0,8), a sua média esconde desigualdades internas, já que 51% das mulheres são desempoderadas, indicando a existência de um grupo heterogêneo, ou seja, enquanto algumas atingem pontuações elevadas, uma parte significativa está abaixo do mínimo exigido, portanto a pontuação global é influenciada por uma minoria mais empoderada (Tabela 7). Em contrapartida, os homens apresentam uma pontuação superior ao limiar do Pro-WEAI, com adequação em 9,5 dos 10 indicadores. Isso reflecte que os homens não só estão mais empoderados, como os poucos que não o são estão muito próximos de sê-lo.

Percentagem de AFs sem paridade de género e Lacuna média de empoderamento (IGPI)

A proporção de AFs que não alcançaram a paridade de género (61%) indica que em mais da metade dos domicílios, as mulheres estão em situação de desempoderamento em relação aos homens com quem vivem. A análise qualitativa (Quadro 2) confirma que a ausência de paridade em grande parte dos AFs deve-se a uma estrutura de poder intrafamiliar que favorece significativamente os homens. A IGPI de 19% mostra que nesses lares, as mulheres apresentam, em média, uma pontuação de empoderamento 19 pontos percentuais inferior à dos homens. Essa diferença reflecte não apenas a inadequação em indicadores específicos por parte das mulheres, mas também a profundidade da desigualdade de género nas dinâmicas familiares, indicando que o empoderamento masculino é mais consolidado do que o das mulheres.

Subíndice de paridade de género (GPI)

Assim como o 3DE, o GPI reflecte, tanto a incidência ou prevalência da paridade de género (proporção dos AFs que alcançaram a paridade de género), bem como, a intensidade da paridade de género na amostra. Um GPI de 0,88 mostra que as mulheres continuam em posição

desvantajosa em relação aos homens e que ainda persiste uma lacuna de 12% no empoderamento. Embora este valor revele avanços significativos, a igualdade plena (1,0) ainda não foi alcançada. Estudos em contextos rurais africanos corroboram com estes achados mostrando que o GPI varia geralmente entre 0,70 e 0,90 (Malapit *et al.*, 2019). O Quadro 2 mostra os resultados qualitativos dos indicadores e como estes contribuíram no índice. A análise qualitativa mostra como as mulheres vivenciam o desempoderamento no seu dia a dia e quais barreiras socioculturais e estruturais dificultam seu progresso no Pro-WEAI.

Quadro 2- Relação entre Variáveis Qualitativas e o Pro-WEAI

Indicador/Variável	Principais Narrativas (excertos das entrevistas)	Interpretação e contribuição para o Índice
Auto-Eficácia	<i>“Não sei se consigo realizar tarefas mais exigentes, pois a idade já não me permite grande esforço físico. Faço o que posso com os recursos disponíveis, mas conseguiria desempenhar tarefas mais difíceis se tivesse melhores meios.” (Mulher, 62 anos, membro da associação CH)</i>	As narrativas revelam baixa confiança e sentimentos de incapacidade, associados à idade e falta de recursos. Isso reduz o valor do indicador de e mostra dependência psicológica e material.
Equilíbrio do trabalho	<i>“Só descanso à noite quando vou dormir. Acordo no dia seguinte às 4h para limpar a casa, ir à machamba e cuidar das crianças, muitas vezes não termino tudo e as tarefas ficam acumuladas para o dia seguinte.” (Mulher, 38 anos, membro da associação CCC)</i>	A sobrecarga de trabalho doméstico e produtivo e a ausência de divisão de tarefas indicam desequilíbrio e falta de tempo pessoal, diminuindo o bem-estar e, conseqüentemente, o indicador.
Controlo sobre a renda	<i>“Mesmo quando vendo os meus produtos, entrego o dinheiro ao meu marido para que seja ele a decidir. Na sua ausência, essa decisão passa para os meus sogros.” (Mulher, 35 anos, membro da associação CO)</i>	Mostra a ausência de autonomia financeira das mulheres, mesmo quando contribuem para a renda familiar. Este aspecto reduz o indicador de autonomia e de decisão sobre rendimentos.
Acesso e tomada de decisão sobre serviços financeiros	<i>“Não sei como funciona um banco, o meu marido é que tem feito os empréstimos. Nem se quer faço empréstimo no M-Pesa e não peço dinheiro emprestado aos meus parentes porque não tenho como pagar.” (Mulher, 25 anos, membro da associação GM)</i>	Demonstra baixa literacia financeira, medo do endividamento e dependência dos homens para decisões financeiras. Isto limita o acesso a recursos produtivos e o controlo económico, contribuindo para baixas pontuações neste indicador.
Mobilidade	<i>“Em alguns lugares nunca fui, pois não é lugar para uma mulher, em outros só vou se o meu marido ou um familiar dele for junto”. (Mulher, 34 anos, membro da associação KH)</i>	Evidencia restrições de mobilidade impostas por normas culturais e controlo masculino sobre a circulação das mulheres, o que reduz o indicador de visita a locais importantes e conseqüentemente, limita o acesso a oportunidades.
Normas e relações de poder (contexto sociocultural)	<i>“Toda mulher cresce sabendo o seu lugar. A segunda e a terceira esposa não tomam nenhuma decisão.” (Mulher, 67 anos, membro da associação CO)</i>	Mostra a naturalização das hierarquias patriarcais e poligâmicas, reforçando a submissão feminina e a desigualdade de poder. Estas normas reduzem o empoderamento global e explicam as disparidades entre indicadores.
Autonomia e decisão dentro do lar	<i>“O meu marido é quem decide tudo, pois ele é que é o chefe da família. Quase sempre ele não me consulta, apenas vejo coisas novas em casa.” (Mulher, 52 anos, membro da associação ZZ)</i>	Mostra dependência na tomada de decisões domésticas e produtivas, limitando a capacidade da mulher de influenciar aspectos que afectam a vida familiar e económica.

Esta análise complementa os resultados quantitativos (Tabela 6; Figura 7) ao revelar que o desempoderamento das mulheres vai além da falta de acesso a recursos, estando enraizado em relações desiguais de poder, normas culturais e percepções internalizadas (muitas vezes pelas próprias mulheres) de inferioridade. A baixa literacia e a idade avançada limitam a Auto-Eficácia das mulheres, restringindo seu acesso à informação e experiências que poderiam fortalecer suas capacidades. A presença de relações poligâmicas, fortalece a existência de hierarquias entre esposas, onde, as intituladas “segunda e terceira mulher” são frequentemente chamadas a submissão e a sua capacidade de tomar decisões é nula, pois nestas situações apenas a primeira é que possui alguns direitos (Jansen e Agadjanian, 2020). Em sua pesquisa intitulada “*Polygyny and Intimate Partner Violence in Mozambique*” Jansen e Agadjanian (2020) alertam sobre a vulnerabilidade das mulheres em relações poligâmicas, pois, estas, enfrentam riscos mais elevados de VBG.

A poligamia favorece o domínio financeiro do marido e o cristianismo tradicional, em alguns locais, legitima o homem como provedor absoluto, dificultando a autonomia econômica da mulher. Estas barreiras comprometem o avanço de indicadores do Pro-WEAI. Contudo, foram visíveis as histórias de mulheres que conseguiram conquistar mais autonomia e que são admiradas e apontadas como exemplo por muitos, a título de exemplo estão as líderes de algumas associações entrevistadas. E, entre as menos populares foram relatadas narrativas que favorecem o empoderamento como: “*Depois que entrei para a associação, comecei a obter ganhos financeiros que me ajudam em casa e mesmo quando não tenho nenhum ganho, nunca me falta o que comer e dar de comer aos meus filhos (Mulher, 44 anos, membro da associação KH)*”; “*depois que entrei para associação nunca me faltou o que comer e produzir, porque tudo que é produzido é repartido de forma igual para todos (Mulher, 55 anos, membro da associação GM)*” e “*através da agricultura, consigo ter algum ganho e mandar os meus filhos para estudarem na cidade (Mulher, 46 anos, membro da associação CCC).*”

Tabela 7- Resultados do Pro-WEAI Desagregados por Associações de Produtores

Indicadores	Resultados					
	Mulheres					
	CH	CCC	CO	GM	KH	ZZ
Número de observações (n)	15	21	22	27	11	24
% de pessoas desempoderadas (Hp)	47%	48%	68%	48%	27%	54%
% de pessoas que alcançaram o empoderamento	53%	52%	32%	52%	73%	46%
Intensidade (ou amplitude) do desempoderamento (Ap)	31%	33%	39%	41%	37%	38%
Índice de desempoderamento (M0)	0.15	0.16	0.27	0.20	0.10	0.21
Subíndice 3DE (1-M0)	0.85	0.84	0.73	0.80	0.90	0.79
Número de AFs com dois adultos (homem e mulher)	4	5	3	6	3	7
% de AFs sem paridade de gênero (HGPI)	50%	80%	67%	33%	67%	71%
% dos que alcançaram a paridade de gênero	50%	20%	33%	67%	33%	29%
Lacuna média de Empoderamento (IGPI)	7%	12%	17%	37%	20%	23%
Subíndice de paridade de gênero (GPI)	0.96	0.9	0.88	0.87	0.86	0.83
Pro-WEAI	0.86	0.85	0.74	0.80	0.89	0.79

Nota: CH-liderança mista; CCC; CO; KH; GM-liderança feminina; ZZ-liderança masculina

Associação com liderança mista (CH)

A CH apresenta os seguintes resultados: 3DE- 0,85 e GPI- 0,96. O que indica que embora seja a associação com o melhor GPI dentre todas, seu 3DE é mediano pois está próximo ao limiar de empoderamento (≥ 0.80) e possui uma taxa alta de desempoderamento (47%). Isso sugere que embora a presença de homens e mulheres na liderança possa favorecer a equidade de gênero, por possibilitar uma gestão mais inclusiva e representativa das necessidades de ambos os sexos, há uma distribuição desigual do empoderamento entre as mulheres dentro da associação, e a média geral é influenciada por alguns casos mais bem-sucedidos. Os resultados qualitativos explicam estes resultados ao revelar que algumas mulheres têm pouco poder de decisão dentro das associações, narrativas como “*são os líderes quem decidem o que semear e o que fazer com os resultados da colheita (Mulher, 27 anos, membro da associação ZZ)*” sustentam estes dados ao evidenciar que, apesar da existência de uma liderança mista, a tomada de decisão continua concentrada nas figuras de liderança.

Associações com liderança feminina (CCC, CO, GM, KH)

A associação KH apresenta o melhor desempenho geral, com alto empoderamento (3DE = 0.90) e baixa taxa de desempoderamento (27%). Contudo, o GPI mediano (0.86) mostra

que a paridade de género ainda não é plenamente alcançada. A CO, apresenta o pior desempenho geral (3DE = 0.73, Hp = 68%), apesar de ter uma liderança feminina, sugerindo que este tipo de liderança por si só não é suficiente para reverter contextos de desigualdades profundas. As restantes, CCC e GM mostram resultados medianos, 3DE entre 0.84 e 0.80 e taxas de desempoderamento de 48%. Isto sugere que lideranças femininas podem contribuir para melhorias, mas necessitam de ser acompanhadas de estratégias que as fortaleçam, através de formações que incentivem a sua confiança e participação activa; garantir acesso igual a recursos, dar a todas as mulheres acesso a sementes, crédito e assistência técnica, permitir que controlem os rendimentos da produção; apoiar mudanças sociais que sensibilizem as comunidades sobre igualdade de género com a inclusão de homens e líderes locais.

Associação com liderança masculina (ZZ)

Mostra um baixo desempenho em todos os indicadores: GPI = 0.83 (o mais baixo), 3DE = 0.79, e Hp = 54%. Isso sugere que a liderança exclusivamente masculina está associada a um fraco desempenho em termos de equidade e empoderamento, possivelmente por reproduzir estruturas de poder tradicionais e de exclusão (Jansen e Agadjanian, 2020). De forma geral, a liderança feminina apresenta potencial para promover níveis mais altos de empoderamento, como visto em KH, mas se não for acompanhada de estratégias específicas de inclusão pode ter efeitos limitados, como em CO. A liderança mista mostrou-se mais promissora, especialmente na promoção da paridade de género, indicando que a partilha de poder entre homens e mulheres pode favorecer contextos mais equitativos. Pois, quando as mulheres participam em iniciativas de empoderamento, nota-se não só o fortalecimento individual em termos de autoconfiança, capacidade de decisão e maior liberdade de acção, mas também uma mudança gradual das normas de poder dentro das associações.

Pois, a presença feminina na liderança ajuda a trazer novas ideias, diferentes formas de trabalhar e promove maior atenção às desigualdades de género, criando um ambiente mais participativo. Essa partilha de poder entre homens e mulheres pode favorecer práticas mais colaborativas e decisões mais equilibradas, o que se reflecte em resultados colectivos mais equitativos e sustentáveis. Em contraste, os dados revelaram que a liderança masculina está associada a fracos resultados, o que sugere que a exclusividade masculina na liderança das associações pode reproduzir modelos hierárquicos tradicionais, menos abertos ao diálogo e à redistribuição de oportunidades. Isto reforça que a igualdade na tomada de decisão é um componente estratégico para o alcance do verdadeiro empoderamento.

Assim, os dados revelam uma grande variabilidade entre as associações, mostrando que o empoderamento não é uniforme nem garantido pela simples participação associativa. A associação KH é um exemplo positivo, em contraste, a associação CO requer atenção urgente. As demais associações mostram resultados medianos com forte desigualdade interna, sugerindo que intervenções direcionadas especialmente para os membros mais vulneráveis podem ajudar a elevar tanto o 3DE quanto a reduzir o M0.

4.1.3.1. Interpretação Agregada vs. Desagradada do Pro-WEAI

4.1.3.1.1. Interpretação Agregada

Vantagens observadas na aplicação do Pro-WEAI

O valor agregado de 0,82 indica avanços significativos no empoderamento feminino, mesmo em um contexto tradicional como o de Magude. A análise qualitativa reforça esse dado ao evidenciar que, apesar das normas conservadoras, muitas mulheres associam o empoderamento à independência, ao acesso à educação formal e à diversificação econômica para além da agricultura, por exemplo, muitas mulheres relataram que enviam os seus filhos para estudar fora da província em busca de melhores oportunidades. Esses avanços também foram impulsionados por diversas iniciativas de empoderamento, implementadas nos últimos anos por organizações como PASPE, PMA, PROCAVA, SUSTENTA, ADRA, KULIMA e Helpcode, cujos impactos foram amplamente reconhecidos pelas participantes.⁵

O índice mostrou sensibilidade para captar com precisão a desigualdade de género, pois, o GPI de 0,88 indica que, embora o valor agregado do índice seja alto, as mulheres ainda estão abaixo dos homens em termos de empoderamento, o que é coerente com a estrutura patriarcal e a prática da poligamia. Pois, estes têm efeitos directos e profundos sobre o subíndice, ao reforçar desigualdades de poder que dificultam que as mulheres alcancem o mesmo nível de empoderamento que os homens, pois neste tipo de contexto, as decisões sobre recursos, finanças, produção e mobilidade são tomadas maioritariamente pelos homens. E, isso reduz a pontuação das mulheres em indicadores de tomada de decisão, mobilidade, autonomia e controlo sobre renda, baixando o GPI. Narrativas como: “*O meu marido é quem decide tudo, pois ele é o chefe de casa*” ou “*Em alguns lugares nunca fui, pois não é lugar para uma mulher*” (Quadro 2) leva as próprias mulheres a aceitarem papéis subalternos, reduzindo sua autonomia e capacidade de acção - dimensões centrais do Pro-WEAI.

⁵ PASPE - Projectos de Acção Social Produtiva, PMA- Programa Mundial para a Alimentação, PROCAVA- Programa de Desenvolvimento Inclusivo de Cadeias de Valores Agroalimentares, SUSTENTA- Projecto de Gestão Integrada de Agricultura e Recursos Naturais, ADRA- Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais, KULIMA- Organismo para o Desenvolvimento Socioeconómico Integrado.

Além disso, a sobrecarga de tarefas domésticas e de cuidado recai sobre as mulheres, limitando o seu tempo para actividades produtivas, o que afecta negativamente o equilíbrio de trabalho. A restrição à presença feminina em espaços públicos e de decisão, reduz a mobilidade e o acesso a recursos produtivos e oportunidades, componentes que afectam o GPI. O Pro-WEAI, portanto, consegue revelar disparidades de género no interior dos AFs e mostra-se ainda preciso ao identificar as dimensões e indicadores que mais contribuem no desempoderamento das mulheres (Quadro 2; Figura 7).

Limitações e fragilidades observadas

Contradição entre o valor agregado e a percentagem de mulheres desempoderadas- apesar do índice global alto (0,82), 51% das mulheres foram classificadas como desempoderadas por não possuírem adequações nos indicadores. Sugerindo que a média global esconde desigualdades, pois mulheres com estatuto elevado de empoderamento elevam a média, sendo que grande parte delas continua marginalizada. Invisibilidade das normas conjugais e culturais- a existência da poligamia altera profundamente as dinâmicas de poder nas famílias e o Pro-WEAI não mede esse tipo de relações de forma directa. O mesmo pode ocorrer com a influência da religião, que pode legitimar papéis tradicionais de género, sem ser detectada pelo índice. Como exemplo, algumas mulheres relataram que as segundas esposas tendem a ter menos poder sobre decisões e bens do que as primeiras esposas, mas não existe nenhum indicador específico do índice que trás à tona estas diferenças.

4.1.3.1.2. Interpretação Desagradada

Os resultados desagregados em função da liderança das associações indicam que a liderança feminina tende a estar associada aos melhores resultados (CCC=0,85 e KH=0,89), sugerindo que mulheres em posições de liderança podem criar condições mais favoráveis para o empoderamento, ao tomar decisões inclusivas que envolvem outras mulheres e ao representar directamente os seus interesses. A presença de líderes femininas pode servir também como exemplo positivo, aumentando a autoconfiança e incentivando a participação de outras mulheres nas actividades da associação. Contudo, mesmo nas associações com melhores resultados, nem todas as mulheres alcançam empoderamento pleno, indicando que a liderança feminina, embora importante, não garante sozinha a paridade de género.

O caso da associação CO é especialmente revelador, pois, embora tenha uma liderança feminina, apresenta o menor índice (0,74). Esta contradição pode ser explicada pelo facto desta associação ser a que mais se distancia da vila, numa área de difícil acesso devido às más

condições da via e, portanto, tenha acesso limitado aos recursos. Contudo a análise desagregada revelou quais associações contribuíram para o valor global (0,82) elevado do índice, mostrando com precisão onde há desigualdades significativas, identificando quais grupos precisam de mais apoio, viabilizando intervenções mais direcionadas e eficazes. No entanto, mesmo que o índice facilite a desagregação entre os vários grupos ele ainda apresenta fragilidade na captação de normas sociais profundas, como a poligamia, a influência religiosa e a autoridade masculina, que condicionam o *agency* das mulheres em contextos tradicionais como Magude.

A Figura 6 mostra a combinação dos resultados desagregados e agregados do Pro-WEAI, nela constata-se que três associações encontram-se próximos e abaixo do limiar ($\geq 0,80$) nomeadamente: CO, GM e ZZ, sendo que a associação de CO é a que mais distante se encontra deste limite, sugerindo ser a associação que mais distante está de alcançar o empoderamento.

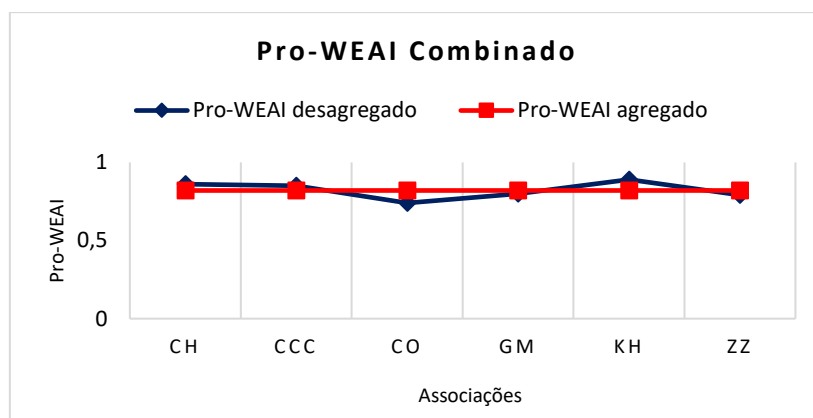


Figura 6- Combinação Entre o Valor Agregado e Desagregado do Pro-WEAI

4.2. Exame Crítico da Eficácia do Pro-WEAI em Captar os Indicadores de Empoderamento em Contextos Particulares

A secção inicia com a identificação dos indicadores e domínios que mais contribuíram no desempoderamento das mulheres, de seguida, é feita a descrição da relação das categorias-chave e os indicadores Pro-WEAI com o empoderamento. Por último, analisa-se a adequação metodológica e operacional feitas no Pro-WEAI para monitorar os impactos do projecto F2M.

4.2.1. Identificação das Lacunas no Empoderamento das Mulheres de Magude

Pouco mais de 55% das mulheres possuem lacunas na Auto-Eficácia. Este factor, segundo os técnicos de campo, associa-se ao facto de as mulheres possuírem uma idade avançada, o que faz com que suas capacidades sejam reduzidas. Por outro lado, 46% delas possuem cargas de trabalho maiores do que o recomendado. E 44% enfrentam restrições para

se deslocarem a lugares fora do seu convívio familiar, nos grupos de discussão aliou-se este facto às normas e barreiras culturais, que proibem as mulheres, sobretudo as casadas, de saírem para lugares públicos sem a companhia do seu marido ou de um familiar deste. Pouco menos da metade das mulheres (43%) revelaram limitações no acesso e na tomada de decisões sobre os serviços financeiros. E 39% das mulheres demonstraram falta de autonomia para decidir sobre a própria renda, especialmente as casadas (Figura 7).

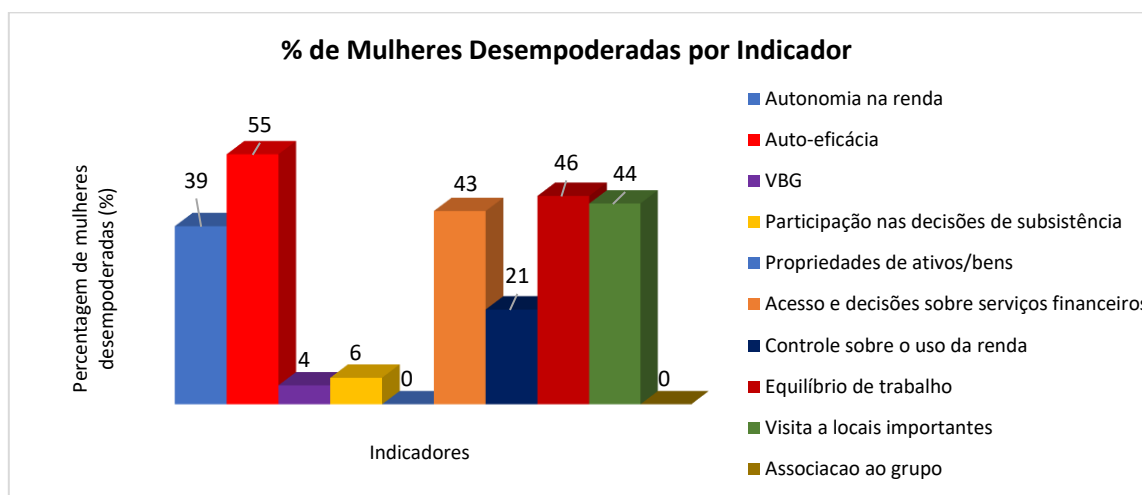


Figura 7- Proporção de Mulheres Desempoderadas por Indicador

Evidenciando, muito mais do que uma questão econômica, este dado corrobora a influência das normas culturais tradicionais, como a poligamia, nas relações de poder dentro das famílias. Neste contexto, a presença de várias esposas em um único AF reforça hierarquias internas, onde as mulheres competem entre si por recursos e atenção do marido, o que pode fragilizar ainda mais sua autonomia (Jansen e Agadjanian, 2020). Além disso, o controle masculino sobre os recursos é muitas vezes naturalizado pelas próprias práticas culturais, o que dificulta a negociação ou contestação dessas dinâmicas pelas mulheres (Mataka, 2021). Essa realidade interfere no empoderamento, pois, limita a capacidade da mulher de tomar decisões de forma independente, pois reforça o papel do homem como provedor absoluto, mesmo quando a mulher contribui activamente na renda familiar e fomentam desigualdades de gerações em gerações uma vez que as meninas são socializadas a aceitar essa dependência (Jansen e Agadjanian, 2020).

A Figura 8 mostra a proporção de mulheres desempoderadas em diferentes indicadores do Pro-WEAI, distribuídas pelas seis associações (CH, CCC, CO, GM, KH, ZZ). Valores elevados indicam maior lacuna (fragilidade em termos de empoderamento) e valores baixos indicam menor lacuna.

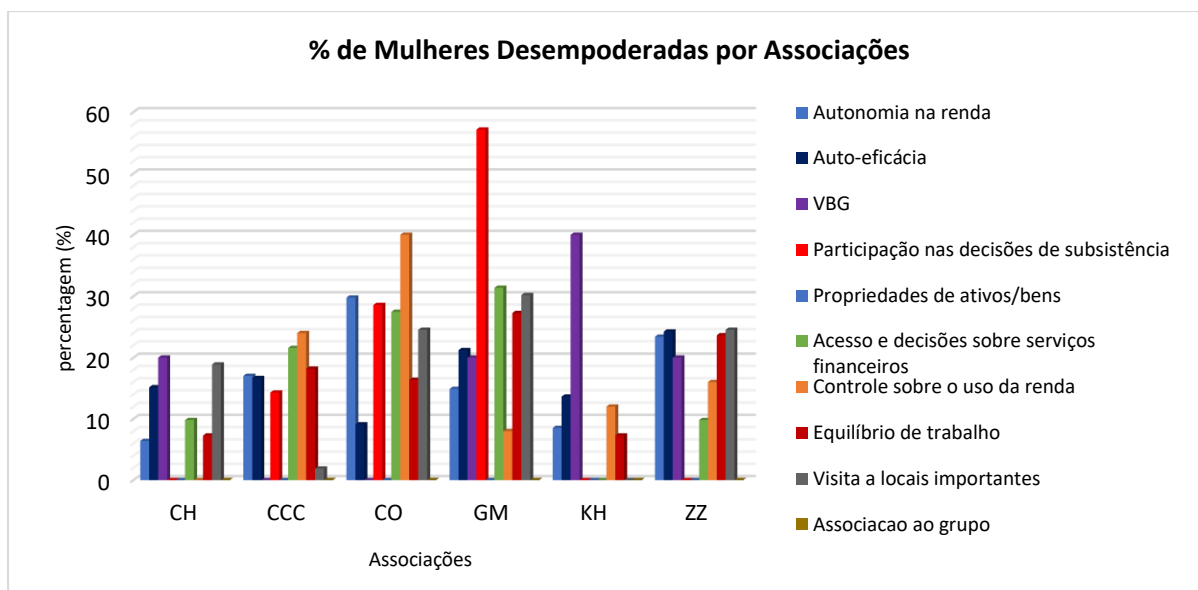


Figura 8- Proporção de Mulheres Desempoderadas por Associações

A análise por associação e em função da sua liderança mostra que:

- **CH (liderança mista):** possui valores baixos em quase todos os indicadores. No entanto, há vulnerabilidade em VBG (20%), Auto-Eficácia (15%), mostrando ainda restrições à mobilidade (19%). O que sugere que a liderança mista pode estar a favorecer alguma inclusão nas decisões, mas sem eliminar completamente desigualdades ligadas ao género e à mobilidade.
- **CCC (liderança feminina):** percentagens moderadas em quase todos os domínios, com destaque negativo para controlo sobre o uso da renda (24%) e acesso e tomada de decisão sobre serviços financeiros (22%). Contudo, este tipo de liderança sugere uma estrutura que promove maior equilíbrio e participação das mulheres, embora persistam desafios ligados à autonomia e ao controlo de recursos financeiros.
- **GM (liderança feminina):** possui a maior proporção de mulheres com lacunas no indicador de participação nas decisões de subsistência (57%), acesso e tomada de decisão sobre serviços financeiros (31%), restrições à mobilidade (30%), equilíbrio de trabalho (27%) e VBG (20%). Esses dados revelam um quadro de desempoderamento persistente, podendo reflectir barreiras socioculturais que limitam a efectividade da liderança feminina no fortalecimento das capacidades das mulheres associadas.
- **KH (liderança feminina):** embora apresente baixas percentagens nos demais indicadores, esta é a associação que apresenta alta vulnerabilidade em VBG (40%) entre todas as associações. Sugerindo que a liderança feminina enfrenta maiores obstáculos para

influenciar transformações sociais significativas em contextos locais resistentes à mudança de normas de gênero.

- **CO (liderança feminina):** possui lacunas em autonomia na renda (30%), participação nas decisões de subsistência (29%), acesso e tomada de decisão sobre serviços financeiros (27%), controlo sobre o uso da renda (40%) e visita a locais importantes (25%). Sugerindo que a presença de mulheres em posições de liderança por si só, não garante o empoderamento das mulheres se não houver mecanismos que eliminem estas fragilidades.
- **ZZ (liderança masculina):** mostra vulnerabilidade em VBG (20%), mobilidade (25%), equilíbrio de trabalho (24%), Auto-Eficácia (24%) e autonomia na renda (23%). Sugerindo que, embora possua uma vulnerabilidade mediana, a liderança exclusivamente masculina não promove ganhos maiores em termos de equidade e empoderamento.

Todas as associações não apresentaram lacunas nos indicadores de propriedades de ativos/bens e participação em grupos. Contudo, ainda persistem lacunas significativas em dimensões económicas (*instrumental*) e decisórias (*intrinsic*), evidenciando que o empoderamento financeiro e social das mulheres ainda é desigual entre as associações.

4.2.2. Contribuições Relativas de Cada Indicador no Desempoderamento

Como mostra a Figura 9, os indicadores de Auto-Eficácia (21%), equilíbrio de trabalho (18%), visita a locais importantes (17%), autonomia na renda (16%), acesso e tomada de decisões sobre serviços financeiros (16%) e controlo sobre o uso da renda (8%), além de serem os indicadores com maior número de mulheres inadequadas (Figura 7), são os indicadores que mais contribuíram no desempoderamento das mulheres pela elevada desproporcionalidade de inadequações destas em cada indicador.⁶ Mataka (2021) corrobora com estes resultados apontando que a autonomia na renda e o acesso e a tomada de decisões sobre serviços financeiros são os indicadores que mais contribuem no desempoderamento das mulheres. Igualmente, Malapit *et al.* (2019) confirmam que os indicadores de visita a locais importantes, equilíbrio de trabalho e Auto-Eficácia, são os maiores contribuintes no desempoderamento das mulheres. Estas descobertas, corroboram, ainda, com estudos de Sraboni *et al.* e Alkire *et al.* (2013) que comprovaram que os indicadores de acesso e tomada de decisões sobre serviços financeiros, a falta de controlo sobre a renda e a sobrecarga de tempo são os indicadores que mais contribuem no desempoderamento das mulheres.

⁶ A soma das contribuições relativas de cada indicador para o **M0** deve ser igual a 1 ou 100%, e, se a contribuição relativa de um indicador para o **M0** exceder largamente o seu peso, isto sugere que os desempoderados são desproporcionalmente mais inadequados nesse indicador em comparação com outros indicadores. A contribuição relativa de um indicador no **M0** é o produto do peso do indicador com o índice de pessoal de inadequação censurado dividido por **M0** (Seymour *et al.*, 2023).

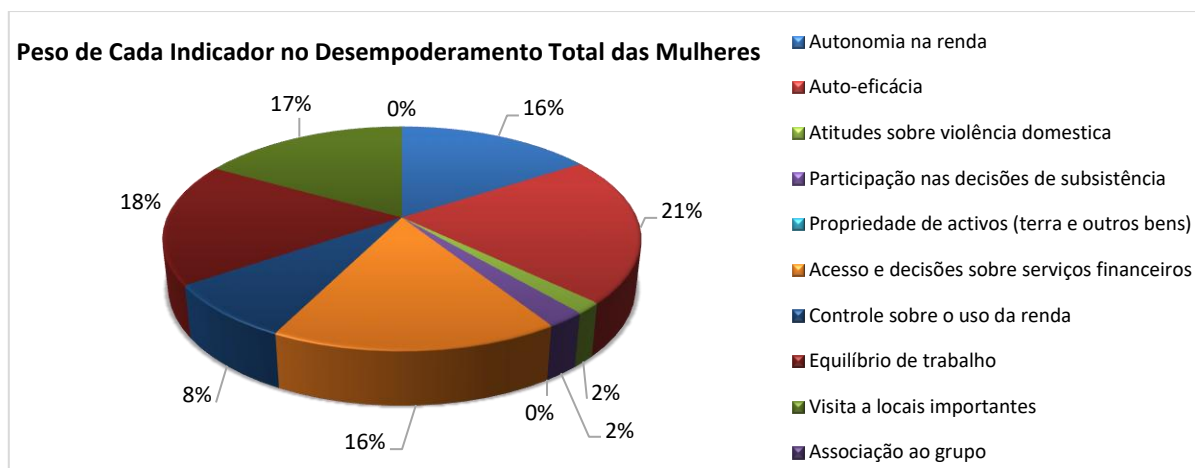


Figura 9- Contributo de Cada Indicador no Desempoderamento das mulheres

Os indicadores de propriedade de activos e associação em grupo não apresentaram nenhuma contribuição relativa no desempoderamento das mulheres em Magude, pelo facto de todas as beneficiárias pertencerem à associação de produtores e possuírem, conjuntamente, nos seus AFs, bens/activos. O que explica o contraste quando estes resultados são comparados aos achados de Sraboni *et al.* e Alkire *et al.* (2013) onde observou-se que mais da metade das mulheres da pesquisa não pertenciam a nenhum tipo de grupo.

4.2.3. Contributo dos 3DE na Identificação das Lacunas no Empoderamento das Mulheres

A Figura 10 ilustra o contributo de cada um dos 3DE no desempoderamento das mulheres entrevistadas. A *instrumental agency* (61%) apresenta a maior lacuna, sugerindo que as mulheres têm pouco poder para controlar e administrar os recursos. Seguido da *intrinsic agency* com uma proporção de 39% de mulheres desempoderadas.

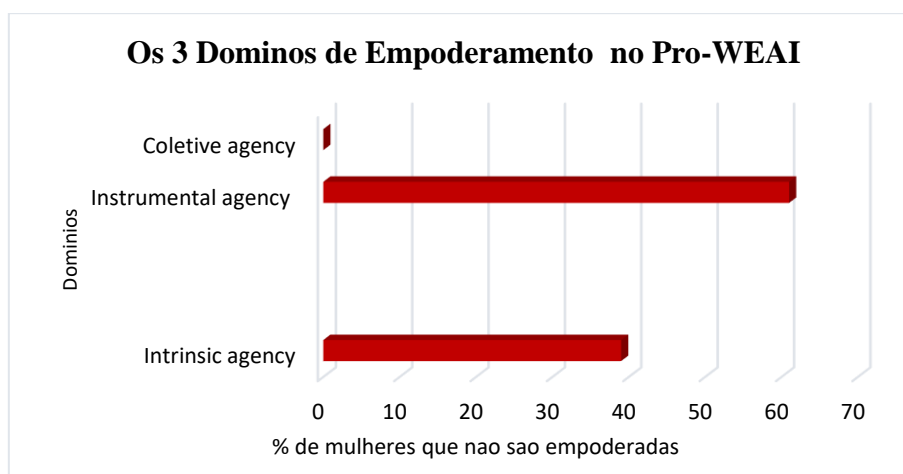


Figura 10- Contributo dos 3DE na Identificação das Lacunas no Empoderamento das Mulheres

Interpretação:***Intrinsic agency (Motivação interior)***

Refere-se ao poder interior ou “poder de dentro”, que envolve autoconfiança, autoestima, liberdade de expressão e atitudes face à VBG. O gráfico indica que 39% das mulheres não estão empoderadas neste domínio, sugerindo que embora uma parte significativa já tenha desenvolvido confiança e consciência dos seus direitos, ainda há muitas que enfrentam barreiras internas e sociais, como a normalização da VBG, a baixa autoestima ou a crença de que os homens devem ser os principais decisores, portanto, o progresso neste domínio tende a ser mais lento porque envolve mudança de mentalidades e valores culturais enraizados.

Instrumental agency (Capacidade de intervenção prática)

Refere-se ao “poder de agir”, ou seja, à capacidade de tomar decisões práticas e controlar recursos como renda, crédito e tempo. Este é o domínio com maior percentagem de mulheres não empoderadas (61%), sugerindo que, apesar de alguns avanços na percepção pessoal de autonomia, muitas mulheres ainda não controlam recursos produtivos nem tomam decisões económicas, mostrando que as desigualdades de género no acesso e controlo de recursos produtivos permanecem a principal limitação no alcance do empoderamento.

Collective agency (Capacidade de agir colectivamente)

Refere-se ao “poder com”, isto é, à capacidade de agir em conjunto com outras pessoas para alcançar objectivos comuns, participando em grupos ou associações. É o domínio com a menor percentagem de mulheres não empoderadas, o que indica um elevado nível de empoderamento colectivo. Entretanto, este resultado, embora positivo deve ser analisado à luz do contexto em que o Pro-WEAI foi aplicado. Pois, as mulheres avaliadas pertencem a associações de produtores agrícolas beneficiárias do projecto F2M, o que significa que já estavam inseridas em estruturas organizadas. O F2M trabalhou essencialmente com grupos de produtores, incentivando o trabalho conjunto e a tomada de decisões colectivas, criando assim um ambiente favorável à acção colectiva. Isso explica o desempenho elevado neste domínio, uma vez que o Pro-WEAI mede precisamente a capacidade de participação em grupos.

Por outro lado, este resultado também reflecte uma tendência mais ampla em Moçambique, onde as políticas agrícolas e programas de desenvolvimento tendem a promover o associativismo como estratégia central para melhorar o acesso a insumos, tecnologias, capacitação, crédito e mercados. Assim, a participação em associações tornou-se um caminho

quase obrigatório para que os pequenos produtores, especialmente as mulheres, tenham acesso a benefícios e oportunidades de crescimento.

No geral o resultado mostra que mesmo quando o poder individual e o econômico ainda são limitados, as mulheres têm encontrado força e reconhecimento na ação coletiva. Esta dimensão desempenha um papel fundamental, pois favorece o acesso à informação, ao crédito, à confiança pessoal, ao apoio mútuo e às oportunidades de aprendizagem, fortalecendo gradualmente as outras dimensões do empoderamento. Contudo, é importante salientar que a elevada participação não significa ausência de desafios. Em alguns casos, a participação pode ser apenas formal, sem que as mulheres tenham influência real nas decisões ou ocupem posições de liderança efetiva. Por isso, é essencial avaliar a qualidade da participação, distinguindo se é ativa e transformadora, ou apenas passiva e limitada.

4.2.4. Relação das Categorias-chave e dos Indicadores Pro-WEAI com o Empoderamento das Mulheres em Magude

A secção examina a relação entre o empoderamento e as seguintes variáveis:

- **Categorias-chave:** Idade, Sexo, Estado civil, Educação e Religião:
- **Indicadores:** Autonomia na renda; Auto-Eficácia; Atitudes sobre a VBG; Participação nas decisões de subsistência; Propriedade de terras e outros bens; Acesso e decisão sobre serviços financeiros; Controlo sobre o uso da renda; Equilíbrio de trabalho; Visita a locais importantes e Associação em grupo.

Para avaliar a significância estatística da associação entre o empoderamento e as categorias e indicadores acima descritos, as hipóteses foram testadas da seguinte forma:

- **Hipótese nula (H_0)** – as variáveis são independentes (não existe associação entre as variáveis);
- **Hipótese alternativa (H_1)** – as variáveis não são independentes (as variáveis estão associadas). Os resultados são exibidos nas Tabela 8 e Tabela 9 do Anexo 2.

Existe uma associação positiva e moderada entre as categorias (sexo e estado civil) e o empoderamento, ou seja, com a mudança de sexo e com a mudança de um estado civil para o outro resulta em um aumento no empoderamento (Tabela 8 do Anexo 2). Estatisticamente, não existem evidências suficientes para afirmar que as restantes categorias-chave (idade, educação e religião) influenciam no empoderamento dos entrevistados.

A Tabela 9 (Anexo 2) mostra a relação entre os indicadores Pro-WEAI e o empoderamento. Com base nela, nota-se que o indicador de VBG foi o único que se revelou fracamente relacionado ao empoderamento. Entretanto, nenhuma conclusão se pode tirar dos indicadores de propriedade de activos e outros bens e da associação em grupo, pois, pelo facto dos indicadores serem de natureza dicotómica, e todos entrevistados terem sido totalmente adequados nestes indicadores (apresentaram o mesmo resultado), estatisticamente, estes indicadores foram considerados como constantes devido a falta de variação entre os seus dados.

Os indicadores de autonomia na renda, acesso e decisão sobre serviços financeiros e controlo sobre o uso da renda são os que, estatisticamente, influenciaram de forma significativa no empoderamento dos entrevistados por apresentarem um coeficiente de correlação positivo e superior a 0,5. Os indicadores de Auto-Eficácia, participação nas decisões de subsistência, equilíbrio de trabalho e mobilidade também revelaram possuir uma associação positiva e moderada com o empoderamento. A correlação positiva indica que um aumento nestes indicadores, resulta em um aumento no empoderamento.

Estes resultados, corroboram com achados de Alkire *et al.* (2013) que conduziram uma análise de correlação tetracórica para estudar a associação entre os indicadores do WEAI e os resultados indicaram que a maioria dos indicadores, tinham coeficientes de correlação inferiores a 0,5. Exceptuando os casos dos indicadores de controlo sobre o uso da renda e propriedade de activos, cujos coeficientes de correlação foram superiores a 0,5, porém, os seus valores não ultrapassaram 0,67. Com isso, os autores constataram que os indicadores utilizados não eram altamente correlacionados, pois, tal como no Pro-WEAI, a sua construção, os indicadores escolhidos, bem como os pesos que foram atribuídos, foram escolhidos para que fossem consistentes com os pesos da USAID. E, portanto, não existe uma regra fixa sobre correlações altas ou baixas dos indicadores com o empoderamento, mas estuda-se as associações para verificar a existência ou não de relação.

A análise de associação entre as variáveis independentes, baseado no coeficiente de pearson, revelou a existem de correlações fracas e negativas entre as categorias e os indicadores Pro-WEAI, exceptuando os indicadores de autonomia na renda e controlo sobre o uso da renda, em que se verifica uma correlação moderada positiva, entretanto, o seu valor não excede 0,5 (Tabela 10 do Anexo 2). O que é ideal, pois, segundo Malapit *et al.* (2019) uma correlação alta entre estas variáveis resultaria na redução da significância estatística do modelo.

4.2.5. Adequações Metodológicas e Operacionais Feitas no Pro-WEAI Para Monitorar os Impactos do F2M no Contexto de Magude

Contextualização dos indicadores e perguntas de inquérito

Com a finalidade de tornar mais eficiente a aplicação do Pro-WEAI, foram feitos ajustes nos indicadores e nos questionários para que estes incluíssem terminologias locais, iniciando com a substituição de termos difíceis por termos comuns e específicos da região. Os questionários e os guiões de entrevista para grupos de discussão foram redigidos na língua portuguesa, entretanto a sua aplicação só foi possível mediante a tradução para a língua local. As perguntas assim como as opções de resposta sofreram modificações antes e durante a sua aplicação em campo, em alguns casos mais graves, em que as mulheres mostravam desconforto, as perguntas eram excluídas, como no caso do indicador de visita a locais importantes:

- **Participação produtiva:** adaptação das perguntas sobre envolvimento em actividades agrícolas para incluir actividades não agrícolas predominantes em Magude, como a venda de pão, lenha, carvão, bebidas tradicionais, entre outras.
- **Participação em grupo e propriedade de activos:** reformulação das perguntas para considerar os diferentes tipos de grupo predominantes na região (como grupos de poupanças ou grupos rotativos de xitique) e os tipos de bens/activos mais comuns da região (como terra, gado, motorizada, bicicleta, celular, painel solar, motobomba, entre outros).
- **Participação em decisões de subsistência e uso da renda:** as perguntas eram ajustadas em campo em função das respostas de cada um, para reflectir se as mulheres participavam da tomada de decisões tanto em casos em que quem tomava as decisões eram os seus cônjuges, sogros ou irmãos do marido, país.
- **Mobilidade:** foram excluídas algumas opções de perguntas e respostas propostas pelo Pro-WEAI, como com que frequência a pessoa visitava um centro de saúde, pois poucas mulheres respondiam de forma espontânea a esta questão e a maioria delas sentia-se constrangida ao responder a opções como, uma vez por mês, pois *“isso se associaria ao seu estado serológico em relação ao HIV”* – disse uma das entrevistadas. Em alguns casos algumas mulheres chegavam a questionar o porquê da pergunta sendo que o foco das outras perguntas era na agricultura.
- **Carga de Trabalho:** foram incorporadas perguntas que incluíam actividades de colecta de lenha e água, pois eram as que ocupavam grande parte do tempo das mulheres.

Abordagem sensível à diversidade geográfica

O estudo optou pela abordagem convencional na escolha das associações com a finalidade de reflectir a variabilidade geográfica do distrito (zonas mais próximas e distantes da vila) para capturar diferenças de acesso a mercados e serviços. E esta abordagem mostrou-se útil ao revelar que a associação de KH, com liderança feminina e mais próxima da Vila, foi a que apresentou o melhor índice de empoderamento, em contrapartida, a de CO, também com liderança feminina, porém a que mais distante fica da vila, apresentou o pior índice de empoderamento. Isso remete-nos à importância das condições estruturais e contextuais, como a localização geográfica, no avanço do empoderamento. A disparidade entre as associações sugere que a proximidade às zonas urbanas, como no caso de KH, não só facilita o acesso a mercados, serviços e informação, mas também expõe as mulheres a modelos alternativos de organização social e de papéis de género, o que pode contribuir para transformar normas tradicionais e ampliar o *agency*.

Em contraste, a CO, apesar de também contar com liderança feminina, está localizada em uma comunidade mais remota, onde as normas culturais tendem a ser mais rígidas e conservadoras. Como exemplo, uma das mulheres entrevistadas recusou-se a responder a maior parte das perguntas porque não tinha a permissão do seu marido. Nestes contextos, o empoderamento das mulheres enfrenta resistências maiores, uma vez que as estruturas patriarcais são fortemente preservadas, e como consequência, limitam a autonomia das mulheres nas esferas produtiva, social e doméstica. O que explica a fraca capacidade de influência da liderança feminina nestas zonas, uma vez que se encontra cerceada por normas sociais locais enraizadas.

Assim, a comparação entre KH e CO evidencia que a distância física em relação a Vila não implica apenas menor acesso a serviços, mas também maior enraizamento de normas culturais restritivas, o que compromete a efectividade dos projectos de empoderamento quando estes não são acompanhadas por acções de sensibilização comunitária. Portanto, para promover o empoderamento, em comunidades mais remotas, é necessário ir além da estrutura formal de liderança e considerar intervenções que actuem simultaneamente sobre factores institucionais, culturais e normativos.

Separação de Grupos de Discussão

Estrategicamente, optou-se pela separação dos grupos de discussão com base no sexo e na faixa etária dos participantes. Esta decisão visou criar um ambiente seguro e propício à livre

expressão, especialmente para as mulheres, permitindo-lhes partilhar experiências e percepções sem a influência directa dos homens. O objectivo principal desta abordagem foi identificar as principais barreiras culturais enfrentadas pelas mulheres, tanto nas actividades agrícolas quanto no seio familiar e na comunidade em geral. A metodologia revelou-se eficaz, pois, tal como previsto, nos grupos mistos compostos por adultos e idosos, as mulheres demonstraram maior relutância em abordar questões relacionadas às normas culturais locais. Em contraste, nos grupos exclusivamente femininos, bem como nos grupos mistos formados apenas por jovens, emergiram com mais clareza diversas normas socioculturais que limitam a actuação das mulheres. Entre as barreiras identificadas destacam-se:

Divisão de tarefas por género, tanto no lar como nas actividades agrícolas. Foi referido, por exemplo, que os homens não podem ajudar as suas esposas nas tarefas domésticas, e que, na machamba, certas actividades como destorroamento, desbravamento, pulverização e manuseio de motobombas são atribuídas exclusivamente aos homens. Restrições à participação das mulheres mais jovens em determinadas práticas agrícolas, como o controlo de pragas e doenças, consideradas da alçada apenas das mulheres mais velhas, assim como na confeição de bebidas alcoólicas tradicionais. Limitação da mobilidade e presença feminina em espaços predominantemente masculinos, sendo socialmente desencorajada a presença de mulheres, especialmente as casadas, em locais frequentados por muitos homens. Submissão das mulheres casadas à autoridade do marido no que diz respeito ao trabalho fora de casa. Foi observado que estas apenas podem exercer actividades externas com a permissão do cônjuge, sendo ainda obrigadas a garantir o cuidado exclusivo do lar.

Exclusão de jovens dos processos decisórios em algumas associações, foi referido que frequentemente os jovens, incluindo mulheres, não têm direito à palavra. Centralização das decisões agrícolas nas lideranças locais, sendo em certos contextos o líder local quem define as áreas de cultivo. No entanto, algumas mulheres solteiras relataram sentir-se mais livres em comparação tanto com o passado quanto com as mulheres casadas da actualidade. Disseram possuir maior autonomia sobre as suas decisões e mais possibilidades de escolha no que diz respeito à sua vida pessoal e profissional. Das seis associações em apenas uma foi relatado que não havia divisão de tarefas e que tanto os homens quanto as mulheres poderiam exercer qualquer actividade desde que quisessem, nesta associação as decisões são tomadas em conjunto (homens e mulheres).

4.3.Lições e Implicações da Aplicação do Pro-WEAI na Monitoria do Empoderamento das Mulheres em Contextos Locais Específicos

Esta secção, documenta as principais lições aprendidas durante a aplicação do Pro-WEAI em Magude, destacando as vantagens, desafios/limitações e adaptações necessárias. Bem como, analisa criticamente os resultados obtidos, evidenciando até que ponto o índice reflectiu com precisão o empoderamento real das mulheres. E, propõe melhorias metodológicas no instrumento para o aprimoramento das estratégias de empoderamento feminino.

4.3.1. Lições da Aplicação do Pro-WEAI em Magude

O Pro-WEAI foi aplicado como um instrumento de monitoria com o objectivo de medir o empoderamento das mulheres em 2 tipos de AFs: os com um único adulto feminino e lares com dois adultos (homem e mulher). No entanto, a presença da poligâmicas na região impôs limitações metodológicas e operacionais. O índice, originalmente concebido para contextos com dois tipos de estruturas familiares, mostrou-se insuficiente para captar a complexidade das relações de género e de poder típicas de lares compostos por múltiplas esposas.

A análise inicial apontou para um índice agregado de empoderamento elevado (0,82), sugerindo que uma proporção significativa de mulheres estava “empoderada”. No entanto, a desagregação dos dados e o cruzamento com análises qualitativas revelaram um cenário mais complexo e preocupante - 51% das mulheres permaneciam desempoderadas. Além disso, o GPI expôs desigualdades persistentes entre homens e mulheres, particularmente nos indicadores de Auto-Eficácia, equilíbrio do trabalho, controlo e tomada de decisão sobre a renda, acesso e tomada de decisões sobre os serviços financeiros e mobilidade. Esses resultados indicam que os avanços percebidos no empoderamento são parciais e, muitas vezes, mascarados por resultados agregados que não reflectem as realidades internas das famílias. A análise qualitativa mostrou que o desempoderamento vai além da ausência de recursos. Tratando-se, em grande parte, de uma condição moldada por valores socioculturais, estruturas familiares e relações de poder historicamente consolidadas.

No geral, embora o Pro-WEAI tenha captado com precisão 7 indicadores de empoderamento, o índice mostrou-se insuficiente para reflectir a complexidade do empoderamento real das mulheres em Magude. Entre as principais limitações destacam-se, a ausência de indicadores sobre poligamia, incapacidade de captar normas sociais patriarcais e religiosas que estruturam as relações de género e tendência à superestimação do empoderamento em resultados agregados que ocultam desigualdades internas.

4.3.2. Implicações da Aplicação do Pro-WEAI

Os resultados revelam avanços no empoderamento. Entretanto, reforçam a necessidade de adaptação de instrumentos de monitoria às realidades socioculturais locais. A experiência em Magude sugere caminhos importantes para o aprimoramento das estratégias de empoderamento no sector agrícola Moçambicano, que começam pela: 1) adaptação metodológica do índice - incorporando variáveis sobre estrutura familiar, posição relativa das mulheres em uniões poligâmicas; 2) Integração sistemática de métodos qualitativos - que permitam interpretar os dados numéricos à luz das dinâmicas socioculturais, incluindo perguntas que permitam explorar percepções internalizadas de inferioridade e obediência feminina; 3) educação transformadora e envolvimento de lideranças comunitárias - com foco em igualdade e equidade de género, e direitos das mulheres; 4) fortalecimento de espaços de participação e liderança feminina - especialmente em associações agrícolas, conselhos comunitários e instâncias locais de tomada de decisão.

De modo geral, a aplicação do Pro-WEAI em Magude evidenciou o potencial e os limites das ferramentas padronizadas de monitoria do empoderamento feminino em contextos rurais patriarcais e poligâmicos. Os resultados demonstram que o empoderamento não pode ser reduzido apenas à posse de recursos ou à participação em actividades produtivas. Trata-se de um processo multifacetado, profundamente enraizado nas estruturas sociais, familiares e culturais locais. Portanto, as políticas e projectos futuros devem combinar abordagens técnicas com sensibilidade contextual e metodologias participativas, para que o empoderamento seja de facto um instrumento de transformação social e equidade de género em Moçambique.

CAPÍTULO 5: CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

5.1. CONCLUSÕES

5.1.1. Objectivo I: Testagem do Pro-WEAI e Respective Indicadores no F2M

O Pro-WEAI revelou-se num instrumento eficaz para monitorar o empoderamento feminino ao demonstrar sensibilidade para captar desigualdades de género persistentes. O índice global de 0,82 embora evidencie progressos expressivos no empoderamento das mulheres de Magude, contrasta com o GPI de 0,88 e com a taxa de desempoderamento (51%), sugerindo que o índice, em sua forma agregada, pode ocultar desigualdades profundas. Entre os pontos positivos, destaca-se a capacidade do índice em captar os domínios mais críticos que contribuem no desempoderamento feminino e expor desigualdades intrafamiliares de género. No entanto, o principal mérito do índice reside na sua capacidade de produzir diagnósticos detalhados e de orientar acções focalizadas, especialmente quando seus resultados são desagregados por subgrupos (associações e tipo de liderança), oferecendo uma base analítica para intervenções direccionadas, ao demonstrar que o tipo de liderança exerce influência directa sobre os níveis de empoderamento das associações.

Embora nenhum modelo de liderança elimine totalmente as desigualdades de género, o Pro-WEAI mostrou que a liderança mista tem potencial para favorecer a inclusão nas decisões, mas ainda enfrenta restrições à mobilidade e à auto-eficácia. As lideranças femininas apresentaram desempenhos variados, com alguns progressos, mas enfrentam limitações significativas ligadas à autonomia financeira, à mobilidade, ao equilíbrio de trabalho e à VBG. Já a liderança masculina, mostrou fraco destaque, com vulnerabilidades que indicam pouca contribuição para a promoção da equidade. Concluindo-se, assim, que a presença de mulheres na liderança é um passo importante, mas insuficiente isoladamente, sendo necessária uma transformação estrutural nas relações de poder e nas normas de género para que a liderança feminina se traduza efectivamente em empoderamento e equidade.

5.1.2. Objectivo II: Exame Crítico da Aplicabilidade do Pro-WEAI em Captar os Indicadores de Empoderamento em Um Contexto Particular

O índice mostrou sensibilidade para captar 7 dos 10 indicadores de empoderamento, destacando-se por identificar lacunas nos indicadores de auto-eficácia, equilíbrio de trabalho, mobilidade, autonomia na renda, acesso e tomada de decisões sobre serviços financeiros e controlo sobre o uso da renda. O Pro-WEAI mostrou-se crítico ainda, ao mostrar qual dos 3DE contribuiu para os resultados, tendo revelado que, o *instrumental agency* apresentou a maior

proporção de mulheres desempoderadas, sugerindo que as mulheres entrevistadas têm pouco poder para controlar e administrar recursos produtivos. Seguindo do *intrinsic agency*, sugerindo que as mulheres ainda enfrentam barreiras internas e sociais. A análise crítica evidenciou que, embora o Pro-WEAI seja metodologicamente robusto, sua aplicação em contextos socioculturais complexos, revela limitações estruturais, pois, o índice foi concebido com base em contextos familiares convencionais (monogâmicos), o que restringe sua capacidade de captar dinâmicas de poder em lares poligâmicos presentes em Magude.

Além disso, a análise qualitativa mostrou que o desempoderamento das mulheres deste distrito não está apenas ligado a carência ou ao acesso desigual de recursos, mas está fortemente enraizado em normas culturais patriarcais, na autoridade masculina enraizada e em percepções internalizadas de inferioridade feminina e o índice não possui indicadores e nem domínios específicos para estas variáveis. As adequações metodológicas e operacionais realizadas no Pro-WEAI demonstraram que adaptar as ferramentas de monitoria ao contexto local é fundamental para obter resultados mais fieis e significativos. A tradução para a língua local e a substituição de termos técnicos por expressões conhecidas facilitaram a compreensão e reduziram o desconforto dos participantes. As alterações nos indicadores também permitiram captar melhor as dinâmicas socioeconómicas locais, incorporando actividades e activos relevantes para a realidade de Magude.

Adicionalmente, o estudo evidenciou que factores geográficos e culturais influenciam fortemente os resultados, com as mulheres de associações próximas à vila a apresentarem maiores níveis de empoderamento em relação as associações mais distantes. A estratégia de separação dos grupos de discussão por sexo e faixa etária revelou-se essencial para compreender de forma mais aberta as barreiras culturais que ainda persistem, como a divisão de tarefas, a limitação da mobilidade feminina e a dependência das mulheres em relação à autoridade masculina. No geral, as adaptações feitas ao Pro-WEAI permitiram uma avaliação mais sensível e realista do empoderamento feminino em Magude. Mostrando, assim que o sucesso de projectos como o F2M não depende apenas de ferramentas robustas de monitoria, mas também da capacidade de adaptar metodologias ao contexto local.

Entretanto, devido ao critério do Pro-WEAI, o estudo procurou medir o empoderamento exclusivamente em associações que já integravam em projectos. Esta opção metodológica restringe a generalização dos resultados para contextos onde não existe apoio externo ou intervenção estruturada. Consequentemente, não é possível afirmar se o instrumento

apresentaria a mesma eficácia, sensibilidade ou validade quando aplicado a associações que operam fora de projectos de intervenção.

5.1.3. Objectivo III: Discussão das Lições e Implicações da Aplicação do Pro-WEAI na Monitoria do Empoderamento das Mulheres em Contextos Específicos

A aplicação do Pro-WEAI em Magude trouxe lições sobre os desafios e as potencialidades de medir o empoderamento em contextos rurais marcados por práticas poligâmicas e normas patriarcais. O instrumento mostrou-se útil para identificar dimensões-chave do empoderamento, mas também revelou limitações importantes ao não captar de forma plena as dinâmicas socioculturais e familiares que moldam as relações de poder entre homens e mulheres. Embora o índice agregado tenha indicado níveis altos de empoderamento, a análise desagregada evidenciou desigualdades persistentes e uma proporção significativa de mulheres ainda desempoderadas, mostrando que os números, por si só, não reflectem a realidade vivida. Esses resultados reforçam a necessidade de adaptar metodologias como o Pro-WEAI às especificidades locais, incorporando variáveis que abordem a poligamia, a hierarquia entre esposas e as normas sociais que limitam a autonomia feminina.

Também destacam a importância de integrar abordagens qualitativas e participativas, capazes de revelar dimensões simbólicas e culturais do empoderamento que as métricas tradicionais não captam. Portanto, a experiência de Magude demonstra que o empoderamento das mulheres não se resume à posse de recursos ou à participação em actividades produtivas, mas depende de transformações mais profundas nas estruturas socioculturais. Para que o empoderamento se traduza em mudanças reais e duradouras, é fundamental que futuros projectos e políticas combinem a monitoria técnica com intervenções educativas, o envolvimento das lideranças comunitárias e o fortalecimento da voz e da participação das mulheres em todos os níveis da vida social.

Adicionalmente, os resultados deste estudo devem ser interpretados com cautela, tendo em conta as limitações identificadas. Primeiramente, a pesquisa não incluiu associações fora da área de influência do projecto F2M, as quais poderiam servir como grupo de controlo. Consequentemente, os resultados podem reflectir tanto a realidade interna das associações como a influência acumulada de diferentes iniciativas de apoio. Adicionalmente, a generalização dos resultados foi limitada pelo número reduzido de beneficiários, em grande parte devido a restrições financeiras. Por fim, o cálculo do subíndice GPI foi comprometido

pela ausência de alguns cônjuges e pela existência de uniões poligâmicas, dado que este subíndice só pode ser calculado em domicílios com casais monogâmicos.

5.2.RECOMENDAÇÕES

Em síntese, o Pro-WEAI é uma ferramenta eficaz, mas que exige adaptação e ampliação metodológica para reflectir com mais fidelidade os desafios e oportunidades do empoderamento feminino em contextos marcados por complexidade cultural, como o de Magude. Portanto, recomenda-se que estudos futuros incluam associações que não estejam inseridas em projectos de intervenção, permitindo a comparação entre grupos com e sem apoio externo. A inclusão de um grupo de controlo possibilitaria uma análise mais robusta dos efeitos das intervenções no empoderamento feminino, contribuindo para uma melhor compreensão das dinâmicas associativas e dos factores que influenciam os níveis de empoderamento. Igualmente, esta abordagem validaria a sensibilidade e a capacidade do Pro-WEAI na captura das diferentes dimensões do empoderamento em contextos sem nenhuma intervenção.

Adicionalmente, recomenda-se que o índice contenha versões alternativas de questionário que contemplem indicadores sobre o tipo de estrutura familiar (monogâmica ou poligâmica), incluindo hierarquias entre esposas (posição relativa entre as esposas), divisão de responsabilidades e acesso diferenciado ao poder e recursos dentro do mesmo lar; Incorpore indicadores específicos de normas sociais e práticas culturais, grau de autonomia da mulher dentro de estruturas religiosas e tradicionais, percepções sobre papéis de género e aceitação da poligamia e seus impactos na autoestima e no agency da mulher.

Recomenda-se a realização de análises desagregadas por critérios como: tipo de união (monogâmica vs. poligâmica), número de esposas por lar, idade, participação em associações ou cooperativas, distanciamento geográfico. Pois, isso permite identificar subgrupos com maior vulnerabilidade e direccionar melhor as intervenções e políticas públicas; Formação de inquiridores para lidar com temas sensíveis de forma ética e culturalmente apropriada, especialmente em comunidades com forte influência de normas patriarcais e religiosas. Utilizar colecta de dados digital (como *tablets*) pois os questionários individuais são muito extensos, com backups para zonas mais remotas, sem rede celular. Optar sempre pelo uso de terminologias menos invasivas e localmente populares, garantir confidencialidade, segurança e pautar pela separação dos grupos de discussão de acordo com o sexo e faixa etária para que as mulheres possam se expressar livremente.

6. LISTA DE REFERÊNCIAS

- Agy, A. R. (2020). Género e Desenvolvimento: Factores para o empoderamento da mulher rural. *Working Paper Observador Rural (OMR)* (97).
- Albuquerque, M. R., & Cunha, M. S. (2012). Uma análise da pobreza sob o enfoque multidimensional no Paraná. *Revista de Economia*, 38(36), 45-64.
- Alkire, S. (2008). Concepts of measures and agency. In arguments for a better world: essays in honor of Amartya Sen. *Ethics, Welfare, and Measurement* 1 (pp. 455–474).
- Alkire, S., Meinzen-Dick, R., Peterman, A., Quisumbing, A., Seymour, G., & Vaz, A. (2012). The women's empowerment in agriculture index. *IFPRI Discussion Paper* (01240).
- Alkire, S., Meinzen-Dick, R., Peterman, A., Quisumbing, A. R., Seymour, G., & Vaz, A. (2013). The women's empowerment in agriculture index. *OPHI Working Paper* (58).
- Alsop, R., Bertelsen, M., & Holland, J. (2006). *Empowerment in practice from analysis to implementation*. Washington, DC: World Bank.
- Armand, F. (2018). Are women's empowerment programs failing- or are we measuring wrong? <https://apolitical.co/solution-articles/pt>
- Arnfred, S. (2001) Questions of Power: Women's Movements, Feminist Theory and Development Aid. *SIDA studies* 3 (pp. 73-87).
- Attah, R., Barca, V., Mac Auslan, I., Pellerano, L., Ragno, L.P., Riemenschneider, N., & Simon, C. (2015). How to move beyond the impact evaluation trap? Challenges and solutions for the setting up of comprehensive M&E systems for Social Safety Nets. *International Policy Centre for Inclusive Growth* (298).
- Banco Mundial (2021). Time for bold action to advance gender parity in Mozambique. <https://www.worldbank.org/pt/news/opinion/2021/03/08/time-for-bold-action-to-advance-gender-parity-in-mozambique>
- Banco Mundial. (2023). Avaliação de género em Moçambique: alavancar o potencial das mulheres e raparigas. *The World Bank*.
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. (Ed.) 70. São Paulo.
- Bishop, D., & Bowman, K. (2014). Still learning: a critical reflection on three years of measuring women's empowerment in Oxfam. *Gend Dev* 22 (pp.253–69).
- Bolfarine, W., & Bussab, H. (2005). *Elementos de amostragem*. São Paulo, Brasil.
- Bonis-Profumo, G., Stacey, N., & Brimblecombe, J. (2021). Measuring women's empowerment in agriculture, food production, and child and maternal dietary diversity in Timor-Leste. *Food Policy*. <https://doi.org/10.1016/j.foodpol.2021.102102>
- Casimiro, I., & Souto, A. (2010). Empoderamento económico da mulher, movimento associativo e acesso a fundos de desenvolvimento local. *Livros e Multimédia Lda*. CEA, UEM.
- Cornwall, A., & Rivas, A. M. (2015). From gender equality and women's empowerment to global justice: reclaiming a transformative agenda for gender and development. *Third World* 36 (2), 396–415. <https://doi.org/10.1080/01436597.2015.1013341>
- Crookston, B. T., West, J. H., Davis, S. F., Hall, P. C., Seymour, G. & Gray, B. L. (2021). Understanding female and male empowerment in Burkina Faso using the project-level

- women's empowerment in agriculture index (Pro-WEAI): a longitudinal study. *BMC Women's Health*
<https://doi.org/10.1186/s12905-021-01371-9>
- Dilli, S., Carmichael, S. G., & Rijpma, A. (2019). Introducing the Historical Gender Equality Index. *Feminist Economics*, 25(1), 31-57.
<https://doi.org/10.1080/13545701.2018.1442582>
- Eves, R., & Crawford, J. (2014). Do no harm: The relationship between violence against women and women's economic empowerment in the Pacific. *SSGM*
- Ewerling, F., Lynch, J. W., Victora, C. G., Eerdekijk, A. V., Tyszler, M., & Barros, A. J. D. (2017). The SWPER index for women's empowerment in Africa: development and validation of an index based on survey data. *Lancet Global Health* 5 (9), 916–923.
[https://doi.org/10.1016/S2214-109X\(17\)30292-9](https://doi.org/10.1016/S2214-109X(17)30292-9)
- Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO). (2011). Women in agriculture: closing the gender gap for development. The states of food and agriculture. Rome.
- Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO). (2021). States of food security and nutrition in the world: transforming food systems for food security, improved nutrition and affordable healthy diets for all. Rome.
- Galatas, B., Nhacolo, A., Marti, H., Munguambe, H., Jamise, E., Guinovart, C., Cirera, L., Amone, F., Macete, E., Bassat, Q., Rabinovich, R., Alonso, P., Aide, P., Saute, F., & Sacoor, C. (2020). Demographic and health community- based surveys to inform a malaria elimination project in Magude district, southern Mozambique. *BMJ Open*
<https://doi:10.1136/bmjopen-2019-033985>
- Gil, A.C. (2008). Métodos e técnicas de pesquisa social. (Ed) 5, *Atlas*, São Paulo.
- Hair, J. F., Black, W. C., Babin, B. J., & Anderson, R. E. (2019). Multivariate data analysis (Ed.) 8. *Cengage Learning*.
- Ibrahim, S., & S. Alkire. (2007). Agency and Empowerment: A proposal for internationally comparable indicators. *Oxford Development Studies* 35 (4), 379–403.
- International Food Policy Research Institute (IFPRI). (2018). Introducing Pro-WEAI: a tool for measuring women's empowerment in agricultural development projects.
weai.ifpri.info
- International Food Policy Research Institute (IFPRI). (2023). Project-level women's empowerment in agriculture index for market inclusion (Pro-WEAI + MI): Malawi case study. Washington, DC.
<https://doi.org/10.7910/DVN/QQABTY>
- Jansen, N. A. and Agadjanian, V. (2020). Polygyny and Intimate Partner Violence in Mozambique. *J Fam Issues*.
- Kabeer, N. (1999). Resources, Agency, Achievements: Reflections on measurement of women's empowerment. *Development and Change* 30 (3), 435–464.
<https://doi.org/10.1111/1467-7660.00125>
- Kabber, N. (2001). Resources, Agency, Achievements: reflections on the measurement of women's empowerment. *SIDA studies* 3 (pp. 17-57).
- Kabeer, N. (2005). Gender equality and women's empowerment: a critical analysis of the third millennium development goal. *Gender & development* 13(1), 13–24.

- Kim, H. Y. (2017). Statistical notes for clinical researchers: logistic regression. *Restorative Dentistry Endodontics*, Korea.
- Kotrlik, J. W., Williams, H. A., & Jabor, M. K. (2011). Reporting and interpreting effect size in quantitative agricultural education research. *Journal of Agricultural Education*.
- Klassen, S. (2006). PNUD's Gender related Measures: some conceptual problems & possible solutions. *Journal of Human Development* (pp.243-274).
- Kusek, J. Z., & Rist, R. C. (2004). Ten steps to a results-based monitoring and evaluation system: A handbook for development practitioners. *World Bank*.
- León, M. (2001). El empoderamiento de las mujeres: Encuentro del primer y del tercer mundos en estudios de género. *Revista de Estudios de Género La Ventana* (11).
- Loforte, A. (2000). Género e poder entre os tsongas de Moçambique. Maputo.
- Maia, C., & Lopes, M. F. (2001). As desigualdades de género no contexto do desenvolvimento humano. *Unimontes Científica*, Montes Claros.
- Maitho, T., & Kyalo, D.N. (2025). Monitoring and evaluation of agricultural-based project outcomes on household food security in Murang'a County. Kenya.
- Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER). (2021). Quadro de Gestão Ambiental e Social – Moz Norte.
- Mataka, T. (2021). *Women's empowerment, livestock and household food and nutrition security: Empirical evidence from Malawi*. Lincoln University Digital Thesis.
- Malapit, H., Pinkstaff, C., Sproule, K., Kovarik, C., Quisumbing, A., & Meinzen-Dick, R. (2017). The Abbreviated Women's Empowerment in Agriculture Index. *IFPRI Discussion Paper* (1647).
- Malapit, H. J., Quisumbing, A. R., Meinzen-Dick, R., Seymour, G., Martinez, E., Heckert, J., Rubin, D., A. Vaz, A., & Yount, K. (2019). Development of the project-level women's empowerment in agriculture index (Pro-WEAI). *World Development* 122, 675–692. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2019.06.018>
- Martins, G. A. (2007). Metodologia da investigação científica para ciências sociais. São Paulo: Atlas.
- Meinzen-Dick, R., Rubin, D., Elias, M., Mulema, A. A., & Myers, E. (2019). Women's Empowerment in Agriculture: lessons from qualitative research. *IFPRI Discussion Paper* (01797).
- Moraes, L. C. G. (2022). Empoderamento: fundamentos históricos e ideológicos e práxis política feminista. *Revista de Políticas Públicas ISSN*, 2178-2865.
- Muianga, D., Comissário, D., & Munhangane, V. (2018). Qual é o espaço político da Mulher em Moçambique? Estudo sobre a representação parlamentar da mulher em Moçambique.
- Ministério do Género, Criança e Acção Social (MGCAS). (2016). Perfil de Género de Moçambique.
- Ministério Do Género, Criança e Acção Social (MGCAS). (2022). Perfil de Igualdade de Género de Moçambique.
- Nações Unidas. (2015). Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development. Nova Iorque. <https://sdgs.un.org/2030agenda>
- Narayan, D. (2002). Empowerment and Poverty Reduction. Washington, DC: World Bank.

- ONU Mulheres (2017). Princípios de empoderamento das mulheres. *Pacto Global*, Brasil.
- Resolução nº 19/2007 do Conselho de Ministros. (2018). Política de Género e Estratégia da sua Implantação. Republica de Moçambique.
- Rettig E. M., & Hijmans R. J. (2022). Increasing women's empowerment and regional inequality in sub-Saharan Africa between 1995 and 2015. *Journal pone* (0272909).
- Rocha, S. (2003). Pobreza no Brasil, afinal do que se trata? Rio de Janeiro.
- Roy, C., Chatterjee, S., & Gupta, S. D. (2018). Women empowerment index: construction of a tool to measure rural women empowerment level in India. 54(O16), I15-I25.
- Saíde, M. (2020). Nossa agricultura não pode parar: percepções, processos transformativos e estratégias diante da seca entre agricultores no distrito de Magude, Moçambique. Porto Alegre, Brasil.
- Sen, A. K. (1976). Poverty: an ordinal approach to measurement. *Econométrica*.
- Sen. A. K. (1989). Desenvolvimento como Liberdade. *Companhia das Letras*, São Paulo.
- Seymour, G., Ferguson, N., Biljon, C. V., & Malapit, H. (2023). User Guide on the Project-level Women's Empowerment in Agriculture Index (Pro-WEAI). IFPRI.
- Sharma, D., Chaudhary, R., & Kumar, K. (2020). Women empowerment in agriculture and its dimensions: a conceptual review. *Jornal Internacional de Plantas Económicas*, 7(3),111-114.
<https://doi.org/10.23910/2/2020.0371>
- Servaes, J. (2008). Communication for development and social change. *SAGE Publications*.
- Sraboni, E., Quisumbing, A. R., & Ahmed, A. U. (2013). The women's empowerment in agriculture index: results from the 2011-2012 Bangladesh integrated household survey. *World Development* 61, 11-52.
- Srivastava, S.P., & Srivastava, S.P. (2017). Role of women in Indian agriculture-Issues and challenges. *Journal of Agroecology and Natural Resource Management* 4, 37-43.
- Transform, (2017). Legal frameworks for rights based social protection floors – manual for a leadership and transformation curriculum on building and managing social protection floors in Africa.
<http://socialprotection.org/institutions/transform>
- União Nacional de Camponeses (UNAC). (2024). Histórias de sucesso.
<https://unac.org.mz/historia/engajar-a-mulher-na-agricultura-e-garantir-o-aumento-da-producao>
- United Nations Development Programme (UNDP). (2024). Human Development Report 2023/2024.
- Vedana, R., Shikida, P. F. A., Garcias, M. O., & Arends-Kuenning, M. P. (2023). Empoderamento feminino na agricultura: um estudo no lar cooperativa agroindustrial (Paraná). *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasil.
- Yount, K. M., Cheong, Y. F., Maxwell, L., Heckert, J, Martinez, E. M., & Seymour, G. (2019). Measurement properties of the project-level Women's Empowerment in Agriculture Index (Pro-WEAI). *World Development*.
<http://www.elsevier.com/locate/worlddev>

ANEXOS E APÊNDICES

ANEXOS

Anexo 1- Quadros

Quadro 3- Indicadores Utilizados para Medir o Empoderamento Antes e Depois dos Anos 90

Dimensões	Indicadores (antes de 1990 até 1995)	Indicadores (depois de 1995)
Educação	Taxa de alfabetização feminina (anos médios de escolaridade) – considerado um dos principais indicadores do progresso das mulheres, na avaliação do acesso à educação primária e secundária (Alkire <i>et al.</i> , 2013; Agy, 2020).	- Proporção de mulheres com educação secundária ou superior (PNUD,2010). Considerado uma medida indirecta, analisa-se o tipo de relação existente entre o nível de escolaridade das mulheres e o empoderamento (Alkire <i>et al.</i> , 2013; Malapit <i>et al.</i> , 2019; Rettig e Hijmans, 2022).
Trabalho e rendimento	- Taxa de participação feminina na força de trabalho: media-se quantas mulheres estavam empregadas formal ou informalmente (Alkire <i>et al.</i> , 2013; Agy, 2020).	- Controlo sobre o uso da renda; Tipo de trabalho: mede-se o grau de autonomia para tomar decisões sobre a renda e analisa-se o tipo de trabalho realizado pelas mulheres (Alkire <i>et al.</i> , 2013; Malapit <i>et al.</i> , 2019; Rettig e Hijmans, 2022). - Taxa de participação feminina no mercado de trabalho (PNUD, 2010).
Saúde e direitos reprodutivos	- Taxa de fecundidade e uso de métodos contraceptivos: media-se o grau de controlo das mulheres sobre seus corpos e decisões familiares (Agy, 2020).	- Taxa de mortalidade materna; Taxa de fecundidade adolescente (PNUD, 2010) - Autonomia para tomar decisões sobre saúde (planeamento familiar); Acesso a serviços de saúde reprodutiva (consultas pré-natais e visitas pós-natal no prazo de dois meses após o nascimento das crianças) (Rettig e Hijmans, 2022).
Acesso a serviços de saúde	Mortalidade materna e infantil - usados indirectamente para avaliar o bem-estar das mulheres e o nível de atenção a elas nos sistemas de saúde (Agy, 2020).	
Família e casamento	Participação feminina na renda (PNUD, 1995).	- Participação em decisões de subsistência (trabalho produtivo, casamento, filhos, finanças); - VBG (Rettig e Hijmans, 2022; Alkire <i>et al.</i> , 2013; Malapit <i>et al.</i> , 2019; Meinzen-Dick <i>et al.</i> , 2019)
Política e representação	- Número de mulheres em cargos políticos (PNUD, 1995; Agy, 2020)	- Participação em organizações comunitárias, associações, grupos de poupança, grupos de ajuda mútua (Alkire <i>et al.</i> , 2013; Malapit <i>et al.</i> , 2019). - Proporção de assentos ocupados por mulheres no parlamento (PNUD, 2010).
Recursos e propriedade	Não era o foco das medições	- Propriedade legal de terra- Direito de tomar decisões sobre o uso da terra e de bens (Alkire <i>et al.</i> , 2013; Malapit <i>et al.</i> , 2019; Vedana <i>et al.</i> , 2023).
Carga de trabalho/alocação de tempo	Não era o foco das medições	- Distribuição do tempo entre trabalho produtivo, doméstico e lazer (Alkire <i>et al.</i> , 2013; Malapit <i>et al.</i> , 2019; Vedana <i>et al.</i> , 2023).
Agency	Não era o foco das medições	- O foco da mediação é na capacidade de agir (Alkire <i>et al.</i> , 2013; Malapit <i>et al.</i> , 2019; Meinzen-Dick <i>et al.</i> , 2019; Yount <i>et al.</i> , 2019; Seymour <i>et al.</i> , 2023).

Quadro 4- Indicadores Testados em Função do Tipo e Fonte de Informação e Instrumentos de Recolha de Dados

Variáveis	Indicadores	Tipo de informação colhida	Fonte de informação	Instrumentos
Perfil dos beneficiários	Idade	Idade do respondente	Beneficiárias do projecto	Questionário
	Sexo	A categoria do ponto de vista biológico em que o respondente pertence (feminino ou masculino)		
	Nível de escolaridade	Se o respondente é alfabetizado ou não (até que nível de ensino frequentou e concluiu)		
	Estado civil	A situação actual do respondente em relação à sociedade conjugal ou matrimônio		
	Religião	O sistema sociocultural, as crenças e práticas religiosas no qual o respondente pertence.		
Motivação interna	Autonomia na renda	A capacidade que o entrevistado tem de agir de acordo com o que acredita, de fazer com que suas próprias motivações intrínsecas prevaleçam sobre as motivações para agradar os outros, em relação às actividades do uso da renda gerada por actividades agrícolas e não agrícolas.	Beneficiárias do projecto e Grupo focal	Questionário e Guião
	Auto-Eficácia	Percepção do entrevistado sobre suas capacidades e sobre as capacidades de ele/ela atingir seus objectivos quando realiza determinada actividade.	Beneficiárias do projecto	Questionário
	Atitudes sobre a VBG	As atitudes do respondente em relação à aceitabilidade da violência contra as mulheres.	Beneficiárias do projecto e Grupo focal	Questionário Guião
Capacidade de intervenção prática	Participação nas decisões de subsistência	Participação do entrevistado em pelo menos uma actividade (agrícola ou não), e para cada actividade em que participa, se tem alguma contribuição nas decisões ou sente que poderia tomá-la até certo ponto, se quisesse.	Beneficiárias do projecto e Grupo focal	Questionário e Guião
	Propriedade de terras e outros bens	A posse única ou conjunta, de terra ou pelo menos três outros activos, por parte do entrevistado.	Beneficiárias do projecto e Grupo focal	
	Acesso e decisão sobre serviços financeiros	Se o respondente pertence a um AF que obteve crédito de diferentes fontes no último ano e se participou de pelo menos uma decisão, única ou conjunta sobre o mesmo.	Beneficiárias do projecto e Grupo focal	

	Controlo sobre o uso da renda	A participação e o contributo do respondente nas decisões sobre a renda e a produção de todas as actividades agrícolas e não agrícolas das quais participa.	Beneficiárias do projecto e Grupo focal	
	Equilíbrio de trabalho	O número de horas que o respondente trabalhou nas últimas 24 horas.	Beneficiárias do projecto e Grupo focal	
	Visita á locais	A frequência com que o entrevistado visita locais públicos.	Beneficiárias do projecto e Grupo focal	
Ação colectiva	Associação em grupo	Se o entrevistado é membro de pelo menos um grupo que pode influenciar a comunidade.	Beneficiárias do projecto e Grupo focal	Questionário e Guião

Quadro 5- Análise de Conteúdo Temática

Dimensão	Categoria	Justificativa da análise	Análise e interpretação
Dinâmicas de poder e percepções locais sobre o empoderamento	Concepções locais de empoderamento (significado de empoderamento; características de mulheres e homens empoderados)	Compreender como as comunidades interpretam o conceito de empoderamento, evidenciando dimensões socioculturais que influenciam a aplicação do Pro-WEAI	Análise das narrativas e identificação de padrões semânticos (leitura e agrupamento das respostas conforme o número de repetições)
	Tomada de decisão sobre recursos produtivos, financeiros e participação nas decisões familiares e comunitárias	Identificar se o poder de decisão reflecte uma autonomia genuína das mulheres ou simbólica, permitindo avaliar a pertinência dos indicadores Pro-WEAI em captar essa dimensão	Análise comparativa entre relatos de homens e mulheres sobre quem decide, quando e em que situações há decisões conjuntas, com foco na identificação de falas que mencionam participação real, exclusão ou liderança feminina
	Autonomia no uso da renda	Verificar se o indicador de autonomia realmente reflecte o que acontece na prática, entendendo dentre as mulheres quem detém o poder de decisão em relação a renda gerada quer seja por elas ou pelos seus cônjuges	Interpretação das respostas sobre quem controla o rendimento e como a comunidade vê o uso do dinheiro pelas mulheres
	Divisão de tarefas e papéis de género	Entender como as tarefas domésticas e produtivas são divididas e como isso afecta o tempo e a liberdade das mulheres	Agrupamento de narrativas sobre carga doméstica, papéis produtivos e percepções de apoio masculino nas tarefas de casa
Atitudes em relação à VBG	Percepção da VBG e impacto no empoderamento	Explorar a relação entre normalização da violência e limitação do poder feminino	Identificação de falas sobre aceitação, tipos de violência e como isso limita a liberdade e a autoestima das mulheres
Visita a locais importantes	Liberdade de deslocamento e restrições sociais	Avaliar se as mulheres podem circular livremente e o que limita sua mobilidade	Análise de relatos sobre locais permitidos, restrições por género, idade ou estado civil
Implementação e monitoria do projecto F2M (<i>From Field to Market</i>)	Processos e abordagens de monitoria	Entender como o F2M faz a monitoria do empoderamento feminino e se este integra o uso do Pro-WEAI	Análise documental e triangulação com entrevistas sobre a realização da monitoria (ferramentas e indicadores usados) e periodicidade (frequência)
	Resultados, desafios de implementação e aprendizagens	Identificar os principais resultados alcançados e as dificuldades encontradas na implementação do projecto, descrever principais lições aprendidas	Interpretação de narrativas sobre desafios, sucessos e factores contextuais que afectam a monitoria do empoderamento feminino e identificação de ideias centrais sobre o que funcionou bem e o que precisa ser ajustado
Percepções sobre projectos de desenvolvimento agrícola	Avaliação dos impactos dos projectos	Entender como as comunidades avaliam os resultados dos projectos agrícolas e como estes ajudam a empoderar as mulheres	Análise temática das percepções sobre eficácia e sustentabilidade dos projectos
	Transformações percebidas nas vidas das mulheres	Compreender o que as pessoas percebem como mudanças positivas na vida das mulheres após os projectos	Identificação de falas sobre melhorias em rendimento, confiança/autoestima e tomada de decisões
	Recomendações e sugestões	Extrair ideias e recomendações para melhorar a actuação dos projectos e adaptar o uso do Pro-WEAI à realidade local	Agrupamento das sugestões sobre o que deve ser mantido, mudado ou reforçado nas futuras intervenções

Quadro 6- Análise das Linhas de Intervenção e Contribuição Esperada do F2M no Empoderamento

Ação	Descrição da actividade	Metodologias e abordagens	Tecnologias disseminadas e efeitos esperados	Contribuição esperada no empoderamento
Promoção de práticas agrícolas sustentáveis e adaptadas às mudanças climáticas	Formação de pequenos produtores em técnicas de produção sustentável, diversificação de culturas e agroecologia	Campos de demonstração de resultados (CDRs) e campos de multiplicação (CM); Panfletos traduzidos; Aprendizagem prática com acompanhamento técnico contínuo dos SDAE	Tecnologias agrícolas sustentáveis-compostagem, biochar e adubos orgânicos. Espera-se maior produtividade, redução de custos e menor dependência por insumos externos	Aumentar o conhecimento técnico e a autonomia produtiva, reforçando a capacidade de decisão dos produtores, especialmente das mulheres, sobre o uso de tecnologias agrícolas sustentáveis
Formação em agroprocessamento, gestão pós-colheita, empreendedorismo e empoderamento económico	Capacitação em técnicas de conservação, transformação e comercialização de produtos agrícolas	Sessões práticas de processamento de alimentos e trocas de experiências em grupos de produtores; Promoção de feiras de venda de insumos agrícolas a preço bonificado	Tecnologias de processamento, secagem e armazenamento. Efeito: redução das perdas pós-colheita e aumento de rendimentos; Melhoramento da nutrição das crianças, idosos e mulheres grávidas.	Fortalecer a autonomia financeira, aumentando o rendimento das mulheres e melhorar a sua nutrição. Estimular o empreendedorismo e o autoempoderamento
Capacitação em género	Formação em igualdade de género, casamentos prematuros e VBG	Discussões em grupos e partilha de experiências; Uso de panfletos traduzidos em língua local	Melhoria da qualidade de vida das mulheres e famílias rurais	Melhorar o reconhecimento social e a participação das mulheres nas esferas de decisões
Acesso ao mercado e fortalecimento das cadeias de valor	Facilitação da ligação entre associações de produtores e mercados locais; Apoio à legalização das associações	Parcerias com empresas privadas e instituições locais; mediação para obtenção de alvarás e contratos comerciais	Espera-se maior estabilidade de rendimentos e independência económica das associações	Aumentar as oportunidades de acesso ao mercado para jovens produtores membros de associações e reforçar a sua autonomia financeira e visibilidade no mercado
Formação de jovens facilitadores locais (extensão participativa)	Formação técnica de jovens em escolas agrárias distritais para actuarem como multiplicadores locais	Aprendizagem teórica e prática com CDRs	Tecnologias agrícolas resilientes e sustentáveis. Espera-se maior adopção e adaptação das comunidades às mudanças climáticas	Ampliar a rede de apoio técnico local, melhorar as competências técnicas dos jovens e estimular o autoempoderamento
Infraestruturas agrícolas e apoio técnico-institucional	Construção de armazéns e Moageiras; Distribuição de motobombas e motorizadas; Montagem de sistemas de rega.	Implementação em parceria com os SDAE e acompanhamento técnico	Tecnologias de rega gota-a-gota, motobombas e equipamentos de processamento. Efeito: aumento da eficiência produtiva e redução do trabalho manual	Melhorar a autonomia produtiva e fortalecer a sustentabilidade económica das mulheres e suas famílias

Quadro 7- Resumo das Variáveis Estudadas

Variáveis	Variáveis explicativas	Descrição
Perfil	Idade	Contínua (anos)
	Sexo	1= Feminino; 0= Masculino
	Nível de escolaridade	0= Nenhum; 1= Primário; 2= Secundário; 3= Técnico; 4= Superior
	Estado civil	1= Solteira; 2= Casada; 3= Viúva; 4= Divorciada; 5- Outro
	Religião	1= Cristã; 2=Islâmica; 3=Outro
Motivação interna	Autonomia na renda	Se: RAI ≥ 1 – adequado, RAI < 1 – não adequado. A pontuação do RAI é calculada somando os pesos das três respostas para motivação: <ol style="list-style-type: none"> 1) Externa ou coagida (-2); 2) Introjectada ou tentar agradar (-1); e 3) Autónoma ou valores próprios (+3)
	Auto-Eficácia	Escala de resposta para saber se o individuo concorda com cada uma das 4 afirmações de Auto-Eficácia: Discorda totalmente = 1; Discorda = 2; Não concorda e não discorda = 3; Concorda = 4; e Concorda totalmente = 5. Se a pontuação na NGSE ≥ 16 – adequado e não adequado caso contrário
	Atitudes sobre a VBG	Dicotómica ou binária, acredita= 0 ou não acredita= 1 que o marido tem justificativa para bater na esposa em todos os 5 cenários: <ol style="list-style-type: none"> 1) Ela sai sem avisar; 2) Ela negligencia as crianças; 3) Ela briga com ele; 4) Ela se recusa a fazer sexo com ele; 5) Ela queima a comida.
Capacidade pratica de intervenção	Participação nas decisões de subsistência	Dicotómica ou binária, adequado= 1 ou não adequado = 0 Adequado, se o respondente participa de pelo menos uma actividade (agrícola e não agrícola), e para cada actividade em que participa, tem alguma contribuição nas decisões, toma a decisão ou sente que poderia tomá-la até certo ponto, se quisesse
	Propriedade de terras e outros bens	Dicotómica ou binária, se possui= 1 ou não possui = 0, única ou conjuntamente, pelo menos UM dos seguintes: <ol style="list-style-type: none"> 1) Terra; 2) Pelo menos TRÊS activos;
	Acesso e decisão sobre serviços financeiros	Dicotómica ou binária, se atende= 1 ou não atende= 0 a pelo menos UMA das seguintes condições: <ol style="list-style-type: none"> 1) Pertence a um AF que utilizou uma fonte de crédito no último ano e participou de pelo menos UMA decisão, única ou conjunta sobre ela;

		<p>2) Pertence a um AF que não utilizou crédito no último ano, mas poderia fazê-lo, se quisesse, de pelo menos UMA fonte;</p> <p>3) Tem acesso, única ou conjuntamente, a uma conta financeira.</p>
	Controlo sobre o uso da renda	<p>Dicotómica ou binária, adequado= 1 ou não adequado= 0,</p> <p>Se o respondente contribui nas decisões sobre a renda e a produção de TODAS as actividades agrícolas das quais participa; e se contribui nas decisões relacionadas à renda de TODAS as actividades não agrícolas das quais participa.</p>
	Equilíbrio de trabalho	<p>Dicotómica ou binária, adequado= 1 (se trabalha menos de 10,5 h/dia), não adequado=0 (se trabalha mais de 10,5 h/dia):</p> <p>Carga horária = tempo gasto na actividade principal + (1/2) tempo gasto em cuidar de crianças como actividade secundária.</p>
	Visita a locais importantes	<p>Dicotómica ou binária, adequado= 1 ou não adequado= 0,</p> <p>Se cumpre pelo menos uma de duas condições:</p> <p>1) visita pelo menos DOIS dos três locais: centro urbano, mercado, família/parente, pelo menos uma vez por semana; e</p> <p>2) visita pelo menos UM dos dois locais: unidade de saúde ou reunião pública, pelo menos uma vez por mês.</p>
Capacidade de agir colectivamente	Associação ao grupo	<p>Dicotómica ou binária, se sim= 1 ou não= 0, se é membro activo de pelo menos UM grupo.</p>

Anexo 2- Tabelas

Tabela 8- Relação Entre as Categorias-chave e o Empoderamento

Categorias	Teste Qui-Quadrado de Pearson		Teste Exacto de Fisher (p-valor)	Coeficiente Phi	Conclusão
	X ² cal	X ² crit			
Empoderamento* Idade	6,517	11,070	0,105	0,210	X ² cal < X ² crit Não se rejeita H ₀ Associação moderada
Empoderamento* Sexo	9,992	3,841	0,001	0,260	X ² cal > X ² crit Se rejeita H ₀ Associação moderada
Empoderamento* Estado civil	6,463	3,841	0,015	0,209	X ² cal > X ² crit Se rejeita H ₀ Associação moderada
Empoderamento* Educação	0,522	7,815	0,823	0,059	X ² cal < X ² crit Não se rejeita H ₀ Associação fraca
Empoderamento* Religião	2,048	5,991	0,1	0,118	X ² cal < X ² crit Não se rejeita H ₀ Associação fraca

Nota: o nível de significância estabelecido foi de 5% (P=0,05)

Tabela 9- Relação Entre os Indicadores Pro-WEAI e o Empoderamento

Indicadores	Teste Qui-Quadrado de Pearson		Teste Exacto de Fisher (p-valor)	Coeficiente Phi	Conclusão
	X ² cal	X ² crit			
Empoderamento* Autonomia na renda	42,760	3,841	0,000	0,538	X ² cal > X ² crit Se rejeita H ₀ Associação forte
Empoderamento* Auto-Eficácia	11,500	3,841	0,001	0,279	X ² cal > X ² crit Se rejeita H ₀ Associação moderada
Empoderamento* Atitudes sobre VBG	1,233	3,841	0,267	0,091	X ² cal < X ² crit Não se rejeita H ₀ Associação fraca
Empoderamento* Participação nas decisões de subsistência	9,129	3,841	0,003	0,248	X ² cal > X ² crit Se rejeita H ₀ Associação moderada
Empoderamento* Acesso e decisão sobre serviços financeiros	37,783	3,841	0,000	0,505	X ² cal > X ² crit Se rejeita H ₀ Associação forte
Empoderamento* Controlo sobre o uso da renda	27,360	3,841	0,000	0,430	X ² cal > X ² crit Se rejeita H ₀ Associação forte
Empoderamento* Equilíbrio de trabalho	17,692	3,841	0,000	0,346	X ² cal > X ² crit Se rejeita H ₀ Associação moderada
Empoderamento* Mobilidade	7,617	3,841	0,006	0,227	X ² cal > X ² crit Se rejeita H ₀ Associação moderada

Nota: o nível de significância estabelecido foi de 5% (P=0,05)

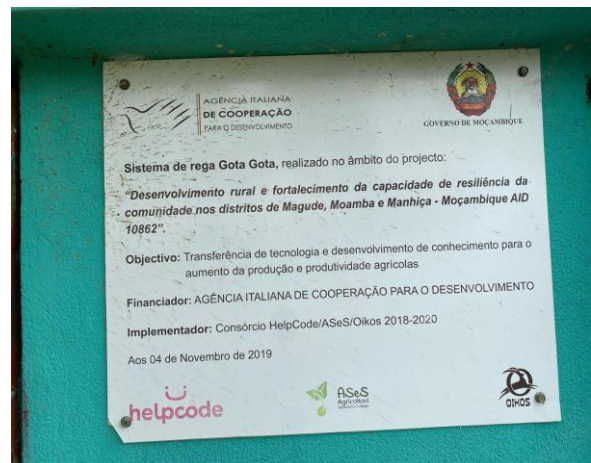
Tabela 10- Associação Entre as Categorias-chave e os Indicadores Pro-WEAI

	Sexo	Idade	Estado Civil	Educação	Religião	Autonomia na renda	Autoeficácia	Atitudes de VBG	Part. decisões de subsis.	Acesso/decisão de serviço financeiro	Controle da renda	Equilíbrio de trabalho	Mobilidade
Sexo	1	-,029	,294	-,077	,148	,309	,348	,012	,108	,199	,218	-,005	-,158
Idade	-,029	1	,472	-,354	,000	-,331	,491	,081	-,297	-,115	-,364	-,270	,037
Estado Civil	,294	,472	1	-,202	,000	-,451	,354	,112	-,099	-,008	-,295	-,279	-,085
Educação	-,077	-,354	-,202	1	,000	,043	-,218	-,039	,205	-,002	,109	,159	-,068
Religião	,148	,000	,000	,000	1	,123	,117	,000	,000	,000	,000	,117	,000
Autonomia na renda	,309	-,331	-,451	,043	,123	1	-,009	-,002	,110	,120	,593	,230	-,085
Autoeficácia	,348	,491	,354	-,218	,117	-,009	1	,151	-,081	-,031	-,132	,035	-,057
Atitudes de VBG	,012	,081	,112	-,039	,000	-,002	,151	1	,116	-,019	,090	-,052	-,060
Part. decisões de subsis.	,108	-,297	-,099	,205	,000	,110	-,081	,116	1	,286	,324	,050	,041
Acesso/decisão de serviço financeiro	,199	-,115	-,008	-,002	,000	,120	-,031	-,019	,286	1	,169	-,020	,115
Controle da renda	,218	-,364	-,295	,109	,000	,593	-,132	,090	,324	,169*	1	,091	-,144
Equilíbrio de trabalho	-,005	-,270	-,279	,159	,117	,230	,035	-,052	,050	-,020	,091	1	,092
Mobilidade	-,158	,037	-,085	-,068	,000	-,085	-,057	-,060	,041	,115	-,144	,092	1

Anexo 3- Imagens Capturadas na Área de Estudo: Entrevistas e Grupos de Discussão



Anexo 4- Imagens Capturadas na Área de Estudo: Construção de Armazéns e Moageiras no Âmbito do Projecto F2M



APÊNDICES

Apêndice 1- Questionário Dirigido aos Beneficiários do Projecto F2M



Estudo Sobre a Análise da Eficácia do Pro-WEAI Como Instrumento de Monitoria

Questionário dirigido aos beneficiários do projecto F2M

Data da entrevista: ____/____/____

SECÇÃO 1: APRESENTAÇÃO E CONSENTIMENTO

Nr. da questão	Questão	Opções
Apresentação		
	Bom dia/boa tarde. Chamo-me _____ sou estudante da UEM-FAEF. Estamos aqui porque achamos que o sr/sra pode contribuir para este estudo, partilhando a sua experiência respondendo às questões abaixo. As informações que irá nos facultar vão ajudar a estimar o nível de empoderamento das mulheres beneficiárias do projecto PAEF. O estudo é de carácter anónimo, confidencial e a informação será tratada de forma agregada, ou seja, ninguém saberá quem foi o respondente e o que disse. Dada a importância deste trabalho para o País, pedimos a sua colaboração e compreensão. Esperamos gastar não mais do que 30 minutos do seu precioso tempo.	
Consentimento		
1.1	Concorda em participar da entrevista?	Sim Não

SECÇÃO 2: IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

Nr. da questão	Questão	Opções
2.1	Qual é o seu nome?	
2.2	Sexo	Masculino Feminino
2.3	Qual é a sua idade?	
2.4	Qual é o seu estado civil?	Solteiro(a) Casado(a) ou união de facto Divorciado(a) ou separado (a)

		Viúvo(a)
2.5	Qual é o seu grau de alfabetização?	Nenhum Primário Secundário Técnico Superior
2.6	Qual é a sua religião?	Cristão Islâmico Não possui crenças religiosas Outra (especifique)
2.7	Tipo de família ou agregado familiar (AF)?	Adulto masculino e feminino Apenas adulto feminino

SECÇÃO 3: PERGUNTAS PARA CONSTRUÇÃO DOS INDICADORES PRO-WEAI

Nr. da questão	Indicador	Questão	Opções
Collective Agency			
3.1	Associação ao grupo	O sr./sra. é membro activo de algum dos seguintes grupos?	Associação de produtores agrícolas/pecuários/pescadores Associação de jovens/mulheres Grupo de poupança/xitique Congregação religiosa Associação de vendedores Grupo de ajuda mútua Outro (especifique)
Intrinsic Agency			
3.2	Autonomia na renda (Como usar a renda gerada a partir de actividades agrícolas e não agrícolas)	O sr./sra. usa sua renda como outra pessoa diz que você deve usar?	Sim Não
		Ninguém diz o sr./sra como usar sua renda. Mas, você usa sua renda da maneira que os outros esperam?	Sim Não
		O sr./sra escolhe usar a sua renda como deseja e acha que é melhor?	Sim Não
3.3	Auto-Eficácia	De 1 a 5 como avalia o seu sentimento em relação às tarefas que realiza no seu dia-a-dia, por exemplo:	

		Ao enfrentar tarefas difíceis, tem a certeza de que irá realizá-las com sucesso?	1-Discordo totalmente 2-Discordo 3-Não concordo e nem discordo 4-Concordo 5-Concordo totalmente
		Em geral, acredita que possa obter resultados que sejam importantes para si?	1-Discordo totalmente 2-Discordo 3-Não concordo e nem discordo 4-Concordo 5-Concordo totalmente
		Acredita que possa desempenhar de forma eficaz muitas tarefas diferentes?	1-Discordo totalmente 2-Discordo 3-Não concordo e nem discordo 4-Concordo 5-Concordo totalmente
		Mesmo quando as coisas estão difíceis, consegue ter um bom desempenho?	1-Discordo totalmente 2-Discordo 3-Não concordo e nem discordo 4-Concordo 5-Concordo totalmente
3.4	Atitudes sobre a VPI contra mulheres	Na sua opinião, o marido tem justificativa para agredir a sua parceira nas seguintes situações: Se ela sair sem avisar?	1-Discordo totalmente 2-Discordo 3-Não concordo e nem discordo 4-Concordo 5-Concordo totalmente
		Se ela descuidar-se/negligenciar os filhos?	1-Discordo totalmente 2-Discordo 3-Não concordo e nem discordo 4-Concordo 5-Concordo totalmente
		Se ela discutir com ele?	1-Discordo totalmente 2-Discordo 3-Não concordo e nem discordo 4-Concordo 5-Concordo totalmente
		Se ela se recusar a fazer sexo com ele?	1-Discordo totalmente 2-Discordo 3-Não concordo e nem discordo 4-Concordo

			5-Concordo totalmente	
		Se ela queimar a comida?	1-Discordo totalmente 2-Discordo 3-Não concordo e nem discordo 4-Concordo 5-Concordo totalmente	
Instrumental Agency				
3.5	Participação nas decisões de subsistência	Que contribuição você teve na tomada de decisões sobre as seguintes actividades: Cultivo de grãos básicos (ex.: milho, arroz, feijão, etc.)	1-Pouca á nenhuma contribuição nas decisões 2-Participação em algumas decisões 3- Contribuição na maioria ou em todas as decisões	Até que ponto você acha que poderia participar nas decisões relativas a essas actividades, se quisesse: 1-De jeito nenhum 2-Pequena extensão 3-Extensão média 4-Em grande medida
		Horticultura	1-Pouca á nenhuma contribuição nas decisões 2-Participação em algumas decisões 3- Contribuição na maioria ou em todas as decisões	1-De jeito nenhum 2-Pequena extensão 3-Extensão média 4-Em grande medida
		Criação e processamento de gado	1-Pouca á nenhuma contribuição nas decisões 2-Participação em algumas decisões 3- Contribuição na maioria ou em todas as decisões	1-De jeito nenhum 2-Pequena extensão 3-Extensão média 4-Em grande medida
		Criação e processamento de pequenos animais	1-Pouca á nenhuma contribuição nas decisões 2-Participação em algumas decisões 3- Contribuição na maioria ou em todas as decisões	1-De jeito nenhum 2-Pequena extensão 3-Extensão média 4-Em grande medida

		Pesca ou produção de peixe em viveiros	1-Pouca á nenhuma contribuição nas decisões 2-Participação em algumas decisões 3- Contribuição na maioria ou em todas as decisões	1-De jeito nenhum 2-Pequena extensão 3-Extensão média 4-Em grande medida
		Actividades económicas não agrícolas,	1-Pouca á nenhuma contribuição nas decisões 2-Participação em algumas decisões 3- Contribuição na maioria ou em todas as decisões	1-De jeito nenhum 2-Pequena extensão 3-Extensão média 4-Em grande medida
		Emprego remunerado/assalariado	1-Pouca á nenhuma contribuição nas decisões 2-Participação em algumas decisões 3- Contribuição na maioria ou em todas as decisões	1-De jeito nenhum 2-Pequena extensão 3-Extensão média 4-Em grande medida
3.6	Propriedade de terra e outros bens (Pecuária de grande e pequeno porte; Equipamento agrícola e não agrícola; Casa; Celular; Carro; entre outros bens duráveis)	Alguém no seu AF ou você possui algum activo/bem actualmente? Você possui algum desses bens?	Sim Não 1-Sim (unicamente) 2-Sim (em conjunto) 3-Sim (única e conjuntamente) 4-Não	
3.7	Acesso e decisões sobre	Você ou alguém do seu AF poderia contrair um empréstimo ou pedir emprestado dinheiro de		Alguém no seu AF tomou algum empréstimo de uma das fontes nos últimos 12 meses?

	serviços financeiros	uma das seguintes fontes se quisesse:			
		Organização governamental (ONG)	Não	1-Sim 2-Não 3-Talvez	Sim Não
		Instituição financeira/Banco		1-Sim 2-Não 3-Talvez	Sim Não
		Carteira móvel (mpesa; e-mola; m-kesh)		1-Sim 2-Não 3-Talvez	Sim Não
		Amigos ou parentes		1-Sim 2-Não 3-Talvez	Sim Não
		Microfinanças ou empréstimos baseados em grupo (grupos de poupança/xitique)		1-Sim 2-Não 3-Talvez	Sim Não
		Quem tomou a decisão de pedir emprestado/o que fazer com o dinheiro/item emprestado?			
		Possui, sozinho ou em conjunto, uma conta em um banco ou outra instituição formal?	Sim Não		
3.8	Controlo sobre o uso da renda	Que contribuição você teve nas decisões sobre o uso da renda gerada pelas seguintes actividades:		Que contributo teve nas decisões sobre a utilização de produtos para manter para consumo em casa em vez de vender provenientes dessas actividades:	
		Cultivo de grãos básicos (ex.: milho, arroz, feijão, etc.)		1-Pouca á nenhuma contribuição nas decisões 2-Participação em algumas decisões 3- Contribuição na maioria ou em todas as decisões	1-Pouca á nenhuma contribuição nas decisões 2-Participação em algumas decisões 3- Contribuição na maioria ou em todas as decisões
		Horticultura	1-Pouca á nenhuma contribuição nas decisões	1-Pouca á nenhuma contribuição nas decisões	

			2-Participação em algumas decisões 3- Contribuição na maioria ou em todas as decisões	2-Participação em algumas decisões 3- Contribuição na maioria ou em todas as decisões
		Criação e processamento de gado	1-Pouca á nenhuma contribuição nas decisões 2-Participação em algumas decisões 3- Contribuição na maioria ou em todas as decisões	1-Pouca á nenhuma contribuição nas decisões 2-Participação em algumas decisões 3- Contribuição na maioria ou em todas as decisões
		Criação e processamento de pequenos animais	1-Pouca á nenhuma contribuição nas decisões 2-Participação em algumas decisões 3- Contribuição na maioria ou em todas as decisões	1-Pouca á nenhuma contribuição nas decisões 2-Participação em algumas decisões 3- Contribuição na maioria ou em todas as decisões
		Pesca ou produção de peixe em viveiros	1-Pouca á nenhuma contribuição nas decisões 2-Participação em algumas decisões 3- Contribuição na maioria ou em todas as decisões	1-Pouca á nenhuma contribuição nas decisões 2-Participação em algumas decisões 3- Contribuição na maioria ou em todas as decisões
		Actividades económicas não agrícolas,	1-Pouca á nenhuma contribuição nas decisões 2-Participação em algumas decisões 3- Contribuição na maioria ou em todas as decisões	1-Pouca á nenhuma contribuição nas decisões 2-Participação em algumas decisões 3- Contribuição na maioria ou em todas as decisões
		Emprego remunerado/assalariado	1-Pouca á nenhuma contribuição nas decisões 2-Participação em algumas decisões 3- Contribuição na maioria ou em todas as decisões	1-Pouca á nenhuma contribuição nas decisões 2-Participação em algumas decisões 3- Contribuição na maioria ou em todas as decisões
3.9	Equilíbrio de trabalho	Gostaria de saber se nas últimas 24 horas você trabalhou (em casa ou fora de casa, incluindo tarefas domésticas ou outras actividades) menos do que o	Mais de 10,5 Menos de 10,5	

		habitual ou mais (mais ou menos de 10,5 horas)?	
3.10	Mobilidade física (visita a locais importantes)	Com que frequência você visita o centro da cidade?	1-Diariamente 2-Pelo menos uma vez por semana 3-Pelo menos uma vez a cada duas semanas 4-Pelo menos uma vez por mês 5-Nunca
		Com que frequência você vai ao mercado?	1-Diariamente 2-Pelo menos uma vez por semana 3-Pelo menos uma vez a cada duas semanas 4-Pelo menos uma vez por mês 5-Nunca
		Com que frequência você visita familiares ou parentes?	1-Diariamente 2-Pelo menos uma vez por semana 3-Pelo menos uma vez a cada duas semanas 4-Pelo menos uma vez por mês 5-Nunca
		Com que frequência você procura por serviço de saúde (vai ao hospital/clínica/médico)?	1-Diariamente 2-Pelo menos uma vez por semana 3-Pelo menos uma vez a cada duas semanas 4-Pelo menos uma vez por mês 5-Nunca
		Com que frequência você vai a um comício/reunião comunitária?	1-Diariamente 2-Pelo menos uma vez por semana 3-Pelo menos uma vez a cada duas semanas 4-Pelo menos uma vez por mês 5-Nunca
		Com que frequência você vai a uma reunião de formação de ONGs ou programas do Governo?	1-Diariamente 2-Pelo menos uma vez por semana 3-Pelo menos uma vez a cada duas semanas 4-Pelo menos uma vez por mês 5-Nunca

SECCÃO 4: DIVERSOS

Nr. da questão	Questão	Opções
4.1	Na sua opinião, o que significa uma pessoa empoderada?	Uma pessoa bem-sucedida Uma pessoa destemida, capaz de fazer suas próprias escolhas Uma pessoa respeitada por todos e que trabalha pelo bem da comunidade

		Outro (especifique):
4.2	Está satisfeito com as iniciativas/projectos que têm vindo a surgir para ajudar no empoderamento das mulheres?	Sim Não
4.3	Alguma vez já se beneficiou de alguma destas iniciativas/projectos?	Sim Não
4.4	Caso tenha respondido sim à pergunta anterior, que projectos?	
	Que benefícios/mudanças estes geraram na sua vida?	

Apêndice 2- Guião Dirigido aos Informantes-chave



Estudo Sobre a Análise da Eficácia do Pro-WEAI Como Instrumento de Monitoria Guião de Entrevista aos Gestores/Implementadores/Animadores

Data da entrevista ____/____/____

Guião de entrevista	
Secção	Questões
Informações sobre o entrevistado	Qual é o seu nome?
	Seu contacto?
	Sexo
	Qual é a sua idade?
	Qual é o seu grau de escolaridade?
	Qual é o papel que ocupa no projecto/organização?
	A quanto tempo?
Informações sobre os beneficiários	Quais as características do grupo alvo do projecto F2M?
	Quais foram os critérios usados para seleccionar este grupo?
	Como foram definidos esses critérios?
	Como foram aplicados estes critérios na prática?

	Quais são as principais intervenções realizadas no grupo alvo?
	Como as intervenções foram selecionadas?
	Quais os principais resultados das intervenções?
	Quais as principais abordagens de intervenções usadas pelo projecto?
	Quais os factores de sucesso das intervenções?
	Quais os principais desafios enfrentados durante as intervenções do projecto?
	Como estes desafios foram ultrapassados?
	Dentre os objectivos do projecto, quais aqueles que considera que estão a ser implementados como planificados?
	Quais objectivos sofreram alteração?
	Quais as razões para as modificações dos objectivos?
	Na prática, como caracteriza o nível de implementação dos objectivos do projecto?
	Qual é a sua percepção sobre as mudanças alcançadas pelo projecto?
	Que balanço faz em relação aos resultados que o projecto alcançou, especialmente no que diz respeito ao resultado esperado 3 de melhorar as competências técnicas dos jovens no sector agrícola e estimular o autoempoderamento?
	Pode explicar como fazem a monitoria e avaliação do projecto? Os indicadores, abordagens, ferramentas, informação colectada, e gestão do mesmo?
	Com que frequência a monitoria é feita?
	Alguma vez terá ouvido falar ou conhece/sabe para que serve a metodologia Pro-WEAI?
	De que forma acha que cada uma das variáveis e indicadores abaixo tem contribuído ou não no empoderamento das mulheres beneficiárias do F2M: <ul style="list-style-type: none"> ● Nível de escolaridade; ● Estado civil; ● Religião; ● Autonomia para controlar e usar a renda, fruto das actividades do dia-a-dia; ● Acesso e participação nas decisões sobre os recursos produtivos e financeiros; ● Pertença de um indivíduo a um determinado grupo; e ● Violência baseada no género.

Apêndice 3- Guião de Entrevista em Grupos de Discussão



Estudo Sobre a Análise da Eficácia do Pro-WEAI Como Instrumento de Monitoria

Guião de entrevista em Grupos de Discussão

Data de realização: ____/____/____ Duração: _____ Total de participantes: _____

INTRODUÇÃO	<ol style="list-style-type: none">1. Apresentação dos participantes e integrantes do grupo focal;2. Apresentação da temática e dos objectivos do debate;3. Divulgação das formas de registro da entrevista, bem como do anonimato dos envolvidos e obtenção de consentimento;4. Exposição das perguntas propostas para o debate, apelando para o envolvimento de todos e dar a conhecer a duração aproximada do encontro.
DESENVOLVIMENTO	<ol style="list-style-type: none">1. SOBRE O EMPODERAMENTO<ol style="list-style-type: none">1.1. Características de uma pessoa empoderada:<ul style="list-style-type: none">- Vocês podem falar um pouco sobre as mulheres em sua comunidade? Que tarefas a maioria das mulheres faz aqui? (incluindo tarefas domésticas e não domésticas, se a mulher trabalha para obter renda fora de casa)- Que tipo de mulher é considerada como uma boa mulher, é admirada por todos/têm boa reputação na vossa comunidade? por quê?- Que tipo de homem é considerado como um bom homem é admirado por todos/têm boa reputação na vossa comunidade? por quê?- Como vocês descreveriam uma mulher/homem em sua comunidade que é livre para tomar decisões importantes em sua vida e colocá-las em prática? Existem muitas mulheres e homens assim na comunidade? Porque não?- É mais difícil ou mais fácil para as mulheres tomarem decisões importantes e agir de acordo com elas querem na vossa comunidade?1.2. Mobilidade:<ul style="list-style-type: none">- Que tipos de lugares as mulheres da comunidade podem ir sozinhas? Existem lugares que as mulheres gostariam de ir, mas não podem?- Existem lugares onde elas podem ir apenas se estiverem acompanhadas ou com a permissão de alguém?- Há diferenças no tratamento, se a mulher for solteira, separada, viúva ou casada?- Há diferenças no tratamento, se a mulher for jovem ou mais velha?

	<p>- As mulheres saem mais ou menos de casa se compararmos com o passado? Que situações dentro e fora da comunidade podem estar a causar essa mudança?</p> <p>1.3. Decisões relacionadas a produção</p> <p>- Existem decisões relacionadas à produção que as mulheres tomam sozinhas? Quais?</p> <p>- Existem decisões relacionadas à produção que os homens tomam sozinhos? Quais?</p> <p>- Quais decisões agrícolas homens e mulheres tomam juntos, se houver?</p> <p>- Homens e mulheres tomam decisões sobre o uso da renda juntos?</p> <p>- Existem maridos que ajudam as suas esposas nas tarefas domésticas? O que pensam/acham desse homem?</p> <p>1.4. Associação ao grupo:</p> <p>Existe alguma diferença entre pertencer a um grupo e não pertencer? O que mudou na vossa vida após fazerem parte de uma associação?</p> <p>2. SOBRE OS PROJECTOS DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA</p> <p>2.2. O que acham dos projectos que têm vindo a surgir para melhorar a produção e produtividade agrícola?</p> <p>2.3. E, como estes têm ajudado a melhorar/transformar a vida das mulheres deste distrito?</p> <p>2.4. No futuro, o que gostariam de ver melhorado na vida das mulheres da vossa comunidade?</p>
<p>CONCLUSÃO</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Alerta aos participantes que a discussão está se aproximando do final. 2. Solicitação aos participantes que exponham os seus comentários ou observações finais de algo particular que se relacione com a temática da discussão, e que não tenha sido abordado, incluindo críticas e sugestões sobre o debate. 3. Agradecimentos pela participação e encerramento do debate.

Apêndice 4- Credenciais de Recolha de Dados



Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal

CREDECIAL

A Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal credencia a Sra. **Lina Alexandre Matavele** estudante desta Faculdade no curso de Mestrado em Desenvolvimento Rural a deslocar-se aos Serviços Distritais de Actividades Económicas no distrito de Magde, para recolha de dados para sua dissertação com o tema: "Estudo sobre a adequação da metodologia pro-weai (índice de empoderamento da mulher na agricultura ao nível do projecto) para monitoria e progresso da implementação dos projectos de desenvolvimento ligados ao empoderamento das mulheres no sector agrícola." A estudante é Supervisionada pela Profa. Doutora Nícia Giva. De salientar que os dados colhidos serão usados apenas para fins de formação académica e sem nenhum fim lucrativo.

Para o efeito, a Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal vem solicitar junto de V.Excia., todo o apoio e assistência necessário para que se realizem com sucesso todas as actividades agendadas para o cumprimento dos objectivos deste trabalho.

Serviços de Mestrados da Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal da Universidade Eduardo Mondlane em Maputo, aos 25 de Janeiro de 2024.

Atenciosamente

O Director-adjunto para Administração

(Prof. Doutor Alfredo B. J. da C. Nhantumbo, Eng.)



Autógrafa!
07.02.2024
Ex. Senhor,

Maputo, aos 29 de Janeiro de 2024

Director do Serviço Distrital de Actividades Económicas de Magde - SDAE

Respondo pelo nome de Lina Alexandre Matavela, natural da Cidade de Maputo, portadora do BI nº: 110100480980B, estudante bolsista da Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal da UEM. V. Exa tomei a liberdade de escrever esta carta para expressar o meu interesse em realizar a minha pesquisa para a culminação do curso de mestrado em Desenvolvimento Rural junto da vossa instituição.

O objectivo desta pesquisa é o de colher dados por meio de inquéritos a produtores agrícolas, especialmente mulheres, que tenham se beneficiado de projectos de empoderamento para a realização do projecto de pesquisa sobre o "estudo da adequação da metodologia Pro-WEIA (Índice de Empoderamento da Mulher na Agricultura ao Nível de Projecto) para a monitoria de projectos de desenvolvimento relacionados ao empoderamento das mulheres no sector agrícola". Com a finalidade de contribuir na geração de informação sobre os reais impactos da implementação dos projectos de desenvolvimento agrícola e no aprimoramento dos objectivos das políticas/programas de empoderamento, com a identificação das áreas de desempoderamento das mulheres e através de novos indicadores de empoderamento.

Neste sentido, subscrevo-me, reiterando o meu forte interesse em conduzir esta pesquisa junto da vossa instituição como parte da conclusão dos meus estudos. Tenho a convicção de que esta oportunidade me proporcionará o sucesso necessário nos desafios aos quais me proponho.

Com os melhores cumprimentos,

Lina Alexandre Matavela

Serviço Distrital de Actividades Económicas - Magde
Entrada n.º 09
Data 30.01.24
Ass. [Assinatura]